



D I Á R I O da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Manuel Alves Oliveira
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

S U M Á R I O

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos

Ao abrigo do n^º 2 do artigo 245º do Regimento da Assembleia da República, abriu o debate sobre o estado da Nação o Sr Primeiro-Ministro (António Guterres)

Seguiram-se no uso da palavra, a diverso título, além daquele orador e do Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade (Ferro Rodrigues), os Srs Deputados Durão Barroso (PSD), Francisco de Assis (PS), Carlos Carvalhas (PCP), Paulo Portas (CDS-PP) — que deu conta da

apresentação, pelo seu partido, de uma moção de censura ao Governo —, Isabel Castro (Os Verdes), Francisco Louçã (BE), Manuel dos Santos (PS), António Capucho (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), José Junqueiro e Carlos Zorrinho (PS) e Heloísa Apolónia (Os Verdes)

No encerramento do debate, interveio o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama)

Entretanto, o Sr Presidente deu conta da entrada na Mesa da moção de censura n^º 1/VIII (CDS-PP)

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 45 minutos

O Sr Presidente — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarna Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 António Rui Esteves Solheiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carla Maria Nunes Tavares Gaspar
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Emanuel Silva Martins
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco D'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Mamedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José Aurélio da Silva Barros Moura

José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânia
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luisa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custodia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria Luisa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luis de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rui do Nascimento Rabaça Viera
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Victor Brito de Moura
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins

António D'Orey Capucho
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 José Manuel Macedo Abrantes
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres V Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas

Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Miguel de Azevedo Duarte
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queirado Amaral
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França
 Fernando Alves Moreno
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr. Presidente — Srs Deputados, a ordem do dia de hoje é preenchida em exclusivo pelo debate sobre o estado da Nação, que é composto por três partes a abertura, o debate propriamente dito e o encerramento

Assim, para uma intervenção de abertura, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro, dispondo, para o efeito, de 45 minutos

O Sr Primeiro-Ministro (António Guterres) — Sr Presidente, Sr " e Srs. Deputados Decorre hoje o último dia da presidência portuguesa da União Europeia, mas não é hoje o dia de fazer o seu balanço

Recordo apenas que aqui disse, em Maio, que nada nem ninguém me impediria de fazer tudo quanto pudesse

e soubesse para, em nome de Portugal, garantir o êxito da presidência da União Europeia e projectar internacionalmente o prestígio do nosso país

Posso afirmar, com a consciência tranquila que, apesar de todas as dificuldades, nada nem ninguém me impediu de fazer tudo quanto podia e sabia para, em nome de Portugal, garantir o êxito da presidência da União Europeia e projectar internacionalmente o prestígio do nosso país

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr.^m e Srs Deputados
Penso que é meu dever responder às dúvidas e inquietações sobre a situação económica do País e os problemas acrescidos de muitas famílias, nomeadamente pelo impacto dos aumentos dos combustíveis e das taxas de juro, em consequência da subida do preço do petróleo, do valor do dólar e das decisões do Banco Central Europeu

Comecemos pelo País no seu conjunto Ninguém pode negar o salto apreciável que foi dado pela nossa economia desde 1995

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Para baixo!

O Orador — Não vou repetir a evolução dos índices de crescimento, de emprego, de investimento, o aumento do poder de compra da população e, em particular, dos salários reais

A expansão rápida da nossa economia ocorreu, no entanto, num período de oscilação dos indicadores europeus Por isso, teve de ser em grande medida sustentada — e foi-o — pela procura interna, nomeadamente o investimento e o próprio consumo, que a redução permanente das taxas de juro até ao ano passado estimulou muito significativamente.

Esta estratégia teve, no entanto, um preço Numa economia relativamente pequena e muito aberta, fortemente dependente da Europa, cujos ritmos de crescimento tiveram quebras relevantes, quer em 1996, quer em 1999, tornou-se inevitável um crescimento do défice de transacções correntes com o exterior

Vozes do PS — É uma vergonha!

O Orador — É um problema real que, como tal, tem de ser encarado, mas que não justifica a onda de alarmismo que alguns têm procurado gerar,.. .

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — dando a entender que nos aproximamos de uma recessão ou que deveríamos sair do euro para restabelecer o equilíbrio das nossas contas externas

Vozes do PS — É uma vergonha!

Protestos do PSD

O Orador — Na verdade, é completamente diferente analisar a balança de pagamentos de um país com moeda própria, como Portugal era nos anos 70 ou 80, com a de um país integrado numa União Monetária que partilha uma moeda comum, como agora acontece

O problema da balança de pagamentos não se põe hoje em Portugal em termos macro-económicos, como não se põe nos Açores, na Baviera ou na Califórnia. Não faz assim qualquer sentido propor uma política macro-económica recessiva em Portugal. As restrições externas à economia portuguesa têm agora um carácter microeconómico O limite do défice externo está na capacidade de endividamento das famílias, das empresas e dos próprios bancos portugueses junto do sistema financeiro do euro

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Temos, por isso, uma margem de manobra acrescida, embora naturalmente não ilimitada E não faz, por isso, sentido apregoar um alarmismo que as novas circunstâncias não justificam.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — Faz, sim, sentido orientar a nossa estratégia para permitir uma «aterragem» suave da nossa economia numa Europa que parece querer entrar num ciclo de crescimento sustentado

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Por isso todos — Estado, empresas e sociedade — temos de apostar ainda mais claramente no crescimento das exportações e no investimento produtivo, para o que orientámos, em larga medida, o novo Quadro Comunitário de Apoio e, em particular, o Programa Operacional da Economia

O primeiro trimestre deste ano aponta já nesta direcção Há uma clara moderação do crescimento do consumo, mas um aumento das exportações de 14,5%, face ao mesmo período de 1999, do investimento directo estrangeiro em 118% e do crédito ao investimento empresarial em 31,5% Complementarmente, de Janeiro a Maio, adjudicaram-se obras públicas 38% acima do valor de 1999

Os projectos de investimento estrangeiro mais recentemente negociados concentram-se agora em tecnologias evoluídas. É assim, entre outros, no novo projecto anunciado pela Siemens para Évora, na localização em Portugal pela Alcatel de um *call center* de primeiro nível para o mercado mundial, e nos próximos investimentos da Opel na Azambuja

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr.^m e Srs Deputados: Tudo teria sido, naturalmente, mais fácil para a economia portuguesa, para as finanças públicas e para as famílias com o petróleo mais barato, aos preços médios da década passada, com o valor do dólar em relação ao euro mais razoável e se a dívida pública não sofresse o aumento dos encargos decorrentes da elevação das taxas de juro

Mas não faz qualquer sentido procurar quebrar a confiança dos investidores Tem toda a lógica, sim — e estamos a fazê-lo —, moderar o crescimento da despesa pública e do consumo privado.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Nota-se!

O Orador — Por isso, as medidas extremamente exigentes na execução orçamental deste ano; e, por isso,

também, as cautelas que temos tido na moderação do crescimento dos salários reais que, em todo o caso, continua a verificar-se, efectivamente.

Verdadeiramente irresponsável é defender a saída do euro para reequilibrar a economia portuguesa. E um partido político que proponha essa medida manifesta a mais completa incapacidade para governar o País

Aplausos do PS.

O PSD oferece às famílias portuguesas, como alternativa à política do Governo, o reatar do círculo vicioso desvalorização/inflação, os salários reais em queda, as taxas de juro pelo menos no dobro, isto sem falar no efeito devastador que uma atitude deste tipo teria nos investidores nacionais e estrangeiros.

O Sr José Junqueiro (PS) — São uns irresponsáveis!

O Orador — Mas provavelmente é isto mesmo que o PSD quer: apostar no quanto pior melhor; provocar a instabilidade...

Aplausos do PS

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, peço-vos que criem condições para que o orador possa fazer a sua intervenção

O Orador — Srs. Deputados, comprehendo que estejam muito enervados com o que disseram, mas não fui eu que inventei este problema,...

Vozes do PSD. — Foi, foi!

O Orador. — . foram os senhores!

Aplausos do PS.

Mas, como eu dizia, o que, provavelmente, o PSD quer é apostar no quanto pior melhor; provocar a instabilidade, meter medo para quebrar a confiança dos agentes económicos, para diminuir o crescimento e voltar a fazer subir o desemprego, que há 41 meses desce em Portugal

Aplausos do PS.

A situação actual recomenda a prudência, não a irresponsabilidade. Moderemos o crescimento da despesa pública e do consumo privado, apostemos em novos factores de competitividade para a economia, valorizemos as pessoas e modernizemos as infra-estruturas, tornemos mais competitivo o nosso sistema fiscal, mais eficaz a nossa Administração Pública, apostemos decididamente, como aqui propus perante o vosso ceticismo, em massificar o acesso às tecnologias de informação e à Internet,...

Vozes do PSD. — Já cá faltava essa!

O Orador: — ... valor hoje universalmente reconhecido como essencial para o desenvolvimento.

Aplausos do PS.

Este é o caminho.

Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados. A pedra-de-toque do Governo do PS é, e continuará a ser, a consciência social.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Agora a forma de traduzir a consciência social em políticas concretas tem, em cada momento, de se adaptar às limitações exteriores da nossa economia, que não são controladas por nós.

A consciência social teve, tem e terá sempre no emprego e nas estratégias promovidas para o desenvolver e valorizar uma marca inquestionável da nossa acção governativa quer ao nível nacional quer ao nível europeu.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Mas, entre 1995 e 2000, foi também possível pôr o acento tónico no crescimento do peso das despesas de carácter social no conjunto da despesa pública, elas passaram de 47,4%, em 1995, para 56% no Orçamento do Estado para 2000.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — Partimos de um défice social intolerável, no qual um número significativo de famílias não tinha sequer acesso a qualquer rendimento legal. Aproveitámos por isso — e bem! — a nossa margem de manobra para colmatar em larga medida esta brecha

Por isso criámos, e bem, o rendimento mínimo garantido ..

Vozes do PSD. — Mal!

O Orador: — ... e aumentámos, e bem, para cerca de 200 os programas de luta contra a pobreza em todo o País

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Por isso duplicámos — e bem! — o número de idosos apoiados em suas casas para vencer a solidão e garantir a dignidade das suas vidas.

Vozes do PS — E bem!

O Orador: — Por isso colocámos — e bem! — a educação no centro das nossas prioridades, ..

Vozes do PSD. — Oh!

O Orador. — . consagrando-lhe o maior aumento de sempre dos recursos disponíveis.

Aplausos do PS.

Daí, também, o investimento sem precedentes em creches, em lares, em centros de dia, em equipamentos de apoio a cidadãos com deficiência ou a grandes dependentes.

O orçamento destinado ao combate à toxicodependência multiplicou-se por dois, como por dois se multiplicou, por exemplo, o número de consultas a ela destinadas

Estes problemas não estão, naturalmente, resolvidos, apesar do enorme salto qualitativo que foi dado, continuarão a merecer o nosso empenhamento para que continuem a

melhorar sustentadamente as condições de vida das famílias, sobretudo das que enfrentam maiores dificuldades

Há mesmo áreas, como a saúde e a segurança social, que exigem de todos nós uma atenção redobrada.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Redobrada, diz bem!

O Orador — A saúde, cujo programa de acção me mereceu uma referência detalhada na intervenção que fiz há um mês e meio, e não foram apenas palavras, pois já estão contratualizadas, só até agora, 23 000 cirurgias para recuperar listas de espera e o programa de convenções vai continuar!

Aplausos do PS

A segurança social que, para além da reforma em curso, exige um esforço crescente de solidariedade. Vamos continuar a política que temos seguido, de corrigir gradualmente as graves insuficiências e injustiças herdadas, com a progressiva melhoria das pensões de reforma, com base em três critérios essenciais: diferenciação positiva a favor das pensões mais baixas, reforço da ligação entre o valor das pensões e a duração da carreira contributiva; evolução das possibilidades da economia portuguesa.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Dito isto, e mantendo tudo o que afirmei, é também óbvio que não será possível continuar a fazer crescer ao mesmo ritmo a despesa social e o seu peso no conjunto da despesa pública.

Por isso, a consciência social terá agora de se afirmar de uma forma ainda mais evidente do que no passado ao nível da receita pública, pelo aprofundamento das medidas de reforma fiscal.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Fizemos já progressos significativos no combate à fraude e à evasão, com mais técnicos e inspectores, mais ações de fiscalização, a multiplicação dos meios informáticos.

Só em IRS e IRC já entraram para o sistema, desde 1995, 320 000 novos contribuintes, que até então nada pagavam.

O Sr José Junqueiro (PS) — Bem lembrado!

O Orador — Mas não basta. A questão essencial a que temos, devemos e vamos dar resposta é obrigar a pagar impostos os que ainda não pagam, para que os que cumprem possam pagar menos, especialmente os trabalhadores por conta de outrem.

Aplausos do PS

Este é o sentido do Pacto de Justiça Fiscal que propusemos aos cidadãos e à sociedade e que está na base das medidas de aprofundamento da reforma fiscal previstas para a Legislatura. Não se trata de palavras, mas de actos e decisões. Definimos um programa de trabalho para o aprofundamento da reforma fiscal, do qual quero sublinhar três fases:

A primeira fase inicia-se hoje com a apresentação de uma proposta de lei de autorização legislativa para, em articulação com o Orçamento do Estado para 2001, alterar o Código do IRS, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e o Código de Procedimento e de Processo Tributário.

A segunda fase traduzir-se-á nas propostas de alteração do Código do IRC e nos diplomas necessários a clarificar, de uma forma sólida e coerente, os regimes de infrações tributárias e de garantias dos contribuintes.

A terceira fase terá como prioridade os aspectos relevantes das tributações do património e energética, para cumprir os compromissos constantes do Programa do Governo.

Teremos também em conta que, no domínio da tributação dos rendimentos das poupanças dos não residentes, o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, decidiu que o objectivo final da União Europeia deve ser a troca de informação entre as administrações fiscais, por forma a que todos sejam tributados, independentemente do local da sua residência.

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Com a concretização da autorização legislativa hoje apresentada e do Orçamento do Estado para 2001 queremos alargar a base tributária.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Também nós!

O Orador — ... caminhar no sentido de um tratamento mais igualitário das diversas formas de rendimento, criar novos instrumentos, mais eficazes e efectivos de combate à fraude e à evasão. Tudo isto para permitir diminuir o esforço fiscal dos trabalhadores por conta de outrem, das classes médias e das famílias.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Por enquanto ainda não ouvi qualquer novidade!

O Orador — Vejamos, em primeiro lugar, o alargamento da base tributária e a maior equidade no tratamento das diversas formas de rendimento.

A título de exemplo, destaco: a sujeição à tributação progressiva das mais-valias líquidas obtidas com ações, com a abolição da actual taxa liberatória.

Aplausos do PS

o englobamento dos dividendos para determinação da taxa aplicável ao rendimento colectável,

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — ... a fusão das categorias B, C e D numa única categoria designada «rendimentos de actividades empresariais e do trabalho independente».

Em segundo lugar, o combate à fraude e à fuga ao fisco, como condição de justiça fiscal. Repito só assim, obrigando os que fogem a pagar, é possível fazer com que os que cumprem paguem menos.

Aplausos do PS

Para travar este combate não basta, como a experiência mostra, prosseguir o caminho já percorrido. É indispensável

que, salvaguardando sempre as normas do Estado de direito, se criem novos instrumentos e procedimentos, mais eficazes e credíveis, tanto na prevenção e na dissuasão da fraude e do crime fiscais, como na sua efectiva repressão

O princípio básico da relação dos contribuintes com a administração tributária deve ser o da colaboração e o do sigilo fiscal, que está e tem de estar garantido a todos os contribuintes, em todas as circunstâncias

Sem quebra do sigilo fiscal, quando o contribuinte se recusa a prestar à administração tributária a colaboração, a informação e o esclarecimento que ela, no quadro da lei, lhe solicita sobre a sua situação fiscal, têm de ser previstos mecanismos que permitam ultrapassar este bloqueio

Aplausos do PS

Temos em conta a dimensão, os meios e instrumentos da evasão e fraude fiscais existentes, o caminho definido no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, as tendências e procedimentos que crescentemente se afirmam na legislação fiscal e financeira da grande maioria dos Estados-membros da União Europeia e, também, o recente relatório da OCDE. Por isso, entendemos ser chegado o momento de introduzir, com a prudência necessária, algumas regras específicas de flexibilização e harmonização de normas e condições bem tipificadas de acesso, por parte da administração tributária, à informação bancária relevante

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — A regra continuará a ser a do sigilo bancário. As exceções, traduzidas numa derrogação fixada na proposta de autorização legislativa, que hoje entregamos, serão bem tipificadas na lei e sujeitas sempre a audição prévia, obrigatória, dos contribuintes, os quais terão ainda direito, nos casos em que possa haver decisão arbitrária da administração fiscal, ao recurso com carácter suspensivo, no quadro de um novo processo judicial especial, tramitado como processo urgente

Além das garantias de defesa e contestação, o contribuinte terá direito a garantias suplementares de que a regra e os preceitos do sigilo fiscal serão não só mantidos como reforçados. Apenas os Directores-Gerais (dos Impostos e das Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo) ou os seus substitutos legais (sem possibilidade de delegação de competências) terão o poder de desencadear aqueles procedimentos tributários. O mesmo se aplica aos casos de fixação da matéria tributável por métodos indirectos, em situações tipificadas na lei, claramente indicadoras de evasão ou fraude fiscal, tendo ai também o contribuinte a possibilidade de recurso judicial com efeito suspensivo, nos mesmos termos do processo urgente referido, por forma a evitar qualquer possibilidade de abuso por parte da administração fiscal

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Agora é que é!

O Orador — A adopção destas medidas pelo Parlamento permitirá a aprovação, em sede de Orçamento do Estado para 2001, de um desagravamento geral nas taxas e escalões do IRS, visando não apenas as famílias de menores rendimentos, mas também e significativamente as de classe média, sobretudo as que vivem dos rendimentos do trabalho por conta de outrem.

Aplausos do PS

Tais propostas, que, como disse, queremos consubstanciar no Orçamento do Estado para 2001, significam uma actualização de todos os escalões do IRS em 5%, com excepção do primeiro, que será actualizado em 10%; a diminuição para 12% (menos dois pontos percentuais) da taxa de tributação do 1.º escalão, actualizado para 800 contos,..

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — a diminuição de um ponto percentual nas taxas de tributação dos restantes escalões intermédios, que passarão, assim, de 15% para 14% (até 1210 contos), de 25% para 24% (até 3000 contos) e de 35% para 34% (até 6900 contos), a criação de um novo escalão, entre 6900 e 10 000 contos, tributado pela taxa de 38%, diminuindo, portanto, em dois pontos percentuais a taxa actual; e a redefinição do actual sistema de deduções à colecta em função do número de dependentes e a elevação do montante das deduções às despesas de educação, especialmente nas famílias mais numerosas, incluindo os encargos com creches, jardins de infância e estabelecimentos de ensino pré-escolar

Aplausos do PS.

Vejamos o alcance destas medidas em três exemplos de situações correntes com deduções típicas para os respectivos escalões de rendimento.

Um casal com um filho e rendimentos de trabalho no montante de 290 contos/mês, em conjunto, terá uma redução de 22% no IRS pago, face à situação actual

Aplausos do PS

Para um casal com dois filhos e um rendimento total de 560 contos/mês a diminuição correspondente será de 10%.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Um casal com dois filhos e um rendimento total de 800 contos/mês pagará menos 7%.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados É também em nome da verdade, do rigor e da justiça fiscais que deve ser abordada a questão das zonas francas. Está fora de questão, por parte do Governo, o tratamento demagógico da Zona Franca da Madeira, assim como está fora de questão qualquer incumprimento, por parte do Estado, dos compromissos assumidos.

Mas o que também tem de passar a estar fora de questão é a verificação rigorosa, expedita e justa, por parte da administração tributária, das condições fiscais tipificadas na lei em que as respectivas sociedades actuam, nomeadamente quando se trata de sucursais financeiras exteriores de instituições financeiras

Aplausos do PS

É por isso que, desde já, na presente proposta de alteração legislativa se impõe a clarificação do artigo 41.º do Estatuto de Benefícios Fiscais, no sentido de controlar efectivamente a qualidade de não residente das entidades que efectuem operações nas zonas francas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Mas isso já existe, Sr Primeiro-Ministro!

O Orador: — É também por isso que, na proposta de lei do Orçamento para 2001, se deverão clarificar objectivamente, sem margem para dúvidas quanto à sua aplicação, dois pontos essenciais: os critérios de imputação de custos e proveitos entre as instituições financeiras e as suas sucursais na Zona Franca da Madeira e a clarificação do regime de dedutibilidade dos pagamentos feitos a *off-shores*, que só deverão ser autorizados quando o sujeito passivo puder provar que tais encargos correspondem a operações efectivamente realizadas e não têm um carácter anormal ou um montante exagerado.

A República tem de ser e é solidária com a Região Autónoma da Madeira na criação das condições necessárias para o seu desenvolvimento, como região ultraperiférica. Queremos apenas evitar que, sem qualquer benefício para aquela região, a República se veja privada de receitas fiscais a que tem direito para benefício do bem-estar de todos os portugueses, incluindo os madeirenses.

Aplausos do PS

Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados O que hoje anunciei em matéria de IRS confere um novo alcance à preocupação que tenho vindo a sublinhar com a situação das famílias portuguesas, juntando-se ao conjunto de medidas que referi há um mês e meio.

O Sr António Capucho (PSD): — Quais são as contrapartidas?

O Orador: — Particularmente sensível é, no entanto, o problema do impacto das taxas de juro de quem adquiriu casa própria.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Até que enfim!

O Orador — O Estado faz em 2000 um esforço de 90 milhões de contos em bonificações de juros para este efeito. Por outro lado, o sistema que herdámos prestava-se a inúmeras injustiças e situações de fraude que, progressivamente, têm vindo a ser corrigidas. Uma das distorções mais significativas provinha, no passado, do uso de taxas de juro de referência para as bonificações claramente acima das melhores condições de crédito disponíveis no mercado, o que se traduziu, durante anos, num duplo efeito perverso: induziu os bancos a praticarem, em geral, taxas mais elevadas no crédito bonificado do que no crédito comum, em prejuízo das famílias mais pobres, e contribuiu para favorecer a especulação dos preços no mercado imobiliário.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — Não é moralmente aceitável que devam os contribuintes subsidiar os bancos ou os vendedores de imóveis, e, por isso, fomos reduzindo gradualmente as taxas de referência, visando aproximar-las das melhores condições disponíveis no mercado. E assim procurámos fazer, uma vez mais, no último trimestre do ano passado.

Acontece que a subida das taxas de juro veio a colocar a taxa de referência abaixo dessas mesmas condições, o que levou a uma penalização adicional das famílias que o Governo reconhece. É, por isso, nosso dever procurar corrigir esse factor de penalização, intensificando em

simultâneo as medidas destinadas a evitar qualquer forma de abuso ou fraude.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador: — Por isso mesmo o Governo irá, ao mesmo tempo, criar um novo sistema de actualização automática semestral da taxa de referência para o cálculo das bonificações em função das condições do mercado, permitir contratos de concessão de crédito bonificado com duração superior a 30 anos e aumentar a selectividade e o controlo na atribuição das bonificações, facilitando a detecção de benefícios indevidos conseguidos por falseamento de declarações.

Aplausos do PS

As medidas legislativas e regulamentares destinadas a enquadrar e a permitir este novo regime serão concretizadas nas próximas semanas e estarão operacionais a partir do próximo dia 1 de Outubro deste ano.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Mais três meses de bonificações!

O Orador — Mas a política de habitação não se resume ao apoio para aquisição de casa própria. O Programa Especial de Realojamento (PER) passou de 700 casas concluídas, em 1994, para 7200, em 1999. O Governo discutiu já no Parlamento o pedido de autorização legislativa para o Pacto de Modernização do Parque Habitacional de Arrendamento e serão disponibilizados terrenos para habitação a custos controlados para venda e arrendamento a famílias jovens, para além da intensificação prevista do Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem, que, aliás, já duplicou com os governos do PS.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: A segurança e o acesso à justiça são hoje preocupações essenciais de todos os cidadãos nas sociedades modernas. Na cúpula deste sistema está necessariamente o funcionamento do sistema de justiça. Uma justiça que não é rápida, não só não é justa, porque favorece os mais ricos, como não é eficaz na dissuasão do crime. Daí que a nova agenda da justiça tenha, como sabem, como prioridade assumida combater a morosidade processual.

Uma justiça mais rápida exige maior prevenção de litígios e criação de meios alternativos para a sua resolução (estamos a fazê-lo!), reforço de meios humanos, instalações e recursos tecnológicos (estamos a fazê-lo!), melhor administração do sistema (estamos a promovê-la!), mas exige também simplificação processual. Neste domínio, o Governo assumiu uma estratégia legislativa em três momentos: no curto prazo, concluída a apreciação pública das 11 medidas apresentadas em Março e ponderadas as sugestões e as críticas recebidas, o próximo Conselho de Ministros vai aprovar um conjunto de alterações precisas aos códigos de processo, intentando que vigorem já no próximo dia 1 de Janeiro, para eliminar de imediato os bloqueios mais relevantes.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — Todas as reformas têm momentos de ruptura, e este tem de ser o momento de ruptura com o entorpecimento do nosso sistema de Justiça

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador. — Romper com a facilidade com que os réus se furtam à citação, porque não levantam as cartas que lhes são dirigidas com aviso de recepção pelo tribunal, romper com as sucessivas deslocações de testemunhas ao tribunal sem que sejam ouvidas, porque o julgamento é adiado, romper com a burocracia que paralisa os processos, vezes sem conta, para, por exemplo, cálculo da taxa de justiça ou apreciação do apoio judiciário, romper com o atraso tecnológico, começando a substituir o processo em papel pelo processo digital e substituindo a audição de testemunhas à distância, através de cartas precatórias, pela sua audição em videoconferência e perante o próprio juiz da causa

Risos do PSD

Quatro exemplos apenas dos 11 conjuntos de medidas que serão amanhã aprovadas

Aplausos do PS.

No médio prazo, para produzir efeitos em Janeiro de 2002, a Reforma do Sistema de Recursos e de Acção Executiva e a avaliação do novo código do processo penal

No longo prazo, a adopção de um novo paradigma processual para o Código do Processo Civil.

Iremos, desde já, promover a elaboração de um documento-guia deste novo paradigma processual, a apresentar até ao final deste ano, para posterior apreciação pública. O Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro Cardona Ferreira, deu-nos a honra de aceitar o convite que lhe foi dirigido pelo Governo para elaborar este documento.

Mas o sentimento de segurança dos cidadãos depende em grande medida da visibilidade e eficácia das próprias forças de segurança. Esta é uma medida que interessa a todos, que a todos preocupa e que a todos deve mobilizar com objectividade. Aos aumentos da criminalidade registada poderia argumentar com o facto dos nossos níveis estarem próximos de um terço da média europeia, só que auto-satisfação baseada neste indicador seria tão incorrecta politicamente como uma cruzada alarmista ou amplificadora de propaganda sobre a insegurança

Aplausos do PS

Não se pode — e o Governo não o faz — desvalorizar os sentimentos de insegurança, bem compreensíveis nos cidadãos. Por isso, o Governo está profundamente empenhado em combater não só estes sentimentos como as suas causas, o que, para além das políticas sociais, implica apostar também, em particular, no policiamento de proximidade mais eficaz

Dentro de 15 dias entram ao serviço mais 2090 agentes da PSP e da GNR, a somar aos 8000 formados de 1996 a 1999;..

O Sr. António Capucho (PSD): — E quantos é que saem?!

Aplausos do PS.

O Orador: — Sr. Deputado António Capucho, a resposta é muito simples com o nosso Governo entram muito menos do que aqueles que saem; ..

Risos do PSD

infelizmente, no período anterior, saíam muito mais do que aqueles que entravam

Risos do PSD

O Sr Presidente: — Srs Deputados, peço-vos que façam silêncio

Faça favor de prosseguir, Sr Primeiro-Ministro

O Orador — Srs Deputados, a verdade dói e o riso é a pior maneira de esconder a dor!

Aplausos do PS.

O Corpo de Intervenção da PSP vai realizar de imediato missões de policiamento nos transportes públicos de grande capacidade, como os comboios, o metropolitano e as suas estações, sobretudo nas horas de maior risco. Vão ser criados grupos especializados em bairros problemáticos, numa lógica de intervenção integrada de toda a comunidade, serão até ao fim do ano afectados ao patrulhamento das ruas 10% dos efectivos da PSP empenhados actualmente em trabalho de gabinete, de retaguarda ou administrativo, para o que contribuirá o conjunto de medidas a aprovar no âmbito das iniciativas do Ministério da Justiça, está a ser feito um investimento sem precedentes em instalações, viaturas, meios informáticos e telecomunicações e há, como é sabido, novos programas dedicados à segurança nas escolas, no comércio, no apoio a idosos ou aos que passam férias, e, finalmente, vão entrar em funcionamento os primeiros corpos de Polícia Municipal

Sr. Presidente, Sr.º e Srs Deputados Todas estas observações são complementares do objectivo central que anunciei, quer na apresentação do Orçamento do Estado para 2000, quer no debate parlamentar de 17 de Maio. Vencer o atraso estrutural Não vou hoje repetir os temas que foquei a 17 de Maio, mas entendo referir, hoje, com particular incidência, a educação como área crucial para recuperar esse atraso estrutural.

Portugal tem há quatro anos e meio uma política de educação coerente e uma prioridade clara na afectação dos recursos ao sector. O investimento público em todos os níveis de ensino aumentou a sua percentagem no PIB em mais de 1%. Por isso, os resultados começam já a ver-se de forma insatisfatória. Alguns exemplos: criámos mais de 40 000 lugares na educação pré-escolar, o que não tem paralelo em qualquer outro sistema educativo europeu proporcionalmente. atingimos na prática os 100% de escolaridade nos 15 anos de idade, graças, aliás, em larga medida, ao apoio de medidas sociais, que vão desde as condições de atribuição do Rendimento Mínimo Garantido ao estabelecimento dos territórios educativos de intervenção prioritária e aos currículos alternativos. E é bom recordar que, em 1995, nem sequer nos 12 anos de idade se atingiam os 100% da taxa de escolarização. As taxas de escolarização dos ensinos básico e secundário registaram, em Portugal, os maiores crescimentos da União Europeia.

Hoje, nos 2.º e 3.º ciclos do básico e no secundário, temos já mais de metade de escolas completas, em comparação com as «fábricas de aulas» a que estávamos habituados.

Aplausos do PS

Escolas com biblioteca, mediateca, laboratórios, ginásios e equipamento coberto para a prática de educação física e de desporto.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Aonde é que isso fica?

O Orador — E não descansaremos até atingir os 100%

Não posso deixar de referir aqui a normalidade e a estabilidade verificadas na realização dos exames nacionais do 12.º ano — realizadas, alias, de forma bem mais serena do que a do comportamento de alguns Srs Deputados da oposição —

Aplausos do PS

Porventura, os alunos do 12.º ano estavam mais serenos em se submeterem a provas do que os Srs Deputados neste debate!

Aplausos do PS

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente — Srs Deputados, agradeço que cumpram o vosso dever de escutar em silêncio, para terem o mesmo tratamento quando usarem da palavra.

Faça favor de prosseguir, Sr Primeiro-Ministro

O Orador — Vejo que a verdade continua a doer!

Vozes do PSD — Isso não é a verdade!

O Orador. — E não deixa de ser significativo que ao riso se substituam os protestos ruidosos!

Mas, como eu dizia, a normalidade e a estabilidade verificadas na realização dos exames nacionais do 12.º ano constituem um sinal claro de maturidade do sistema. Por outro lado, a realização, este ano, das primeiras provas aferidas para todos os alunos do 4.º ano de escolaridade constituiu um sinal muito importante de que a batalha do rigor e da qualidade está em marcha.

Todos vimos o empenhamento dos professores, educadores e alunos na organização impecável de uma operação muito complexa que envolveu 9000 escolas e 150 000 alunos. Devo recordar que há mais de um quarto de século não funcionava este tipo de avaliação universal e sistemática, que prosseguiu para o ano e no ano seguinte, para os restantes ciclos do ensino básico.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Isso é um elogio ao Estado Novo!

O Orador — E vamos divulgar publicamente os resultados nacionais para que possamos comparar e verificar os progressos, de que ainda necessitamos, em especial na língua portuguesa e na matemática.

O país do conhecimento e da educação está a mudar, mas não podemos esquecer que herdámos uma situação

de grandes carências, que hoje se manifesta na baixa qualificação média da população adulta. Os níveis da literacia são disso um sinal evidente. Por isso, não ficámos quietos, criámos a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, instituição pioneira na Europa, onde, hoje, é apontada por todos como um exemplo do combate ao fatalismo nas baixas qualificações da população adulta.

Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados O exercício da presidência da União Europeia não nos distraiu dos problemas do País e muito menos nos poderia tornar insensíveis aos problemas das pessoas. Para as novas dificuldades propomos novas soluções. Se detectarmos erros de avaliação ou análise dispomos-nos a corrigi-los sem teimosias, nem complexos. Mas também não permitimos que se «tome a nuvem por Juno».

Portugal enfrenta dificuldades, até pelos novos factores externos que lhe são desfavoráveis, mas a situação do País não corresponde ao retrato caricatural anunciado pelos profetas da desgraça.

O Sr Presidente. — Terminou o seu tempo, Sr. Primeiro-Ministro, agradeço que complete o seu raciocínio, pois não tenho margem para qualquer tolerância.

O Orador — Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados. Contem comigo e com o Governo para discutir com serena objectividade o estado da Nação. Mas contem sobretudo connosco para agir pelo futuro da Nação; o futuro da Nação é o futuro das pessoas, única motivação e única justificação válidas para a vida política.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr Presidente: — Informo a Câmara que, a partir deste momento, entramos no debate propriamente dito, com os pedidos de esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro, os quais serão feitos do maior partido para o mais pequeno e em duas rondas, cabendo a cada pedido de esclarecimento, na primeira, 5 minutos e, na segunda, 3 minutos, tempo que será cumprido rigorosamente.

Estão inscritos para a primeira ronda de pedidos de esclarecimento os Srs Deputados Durão Barroso, Francisco de Assis, Carlos Carvalhas, Paulo Portas, Isabel Castro e Francisco Louçã.

Tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, o Sr Primeiro-Ministro veio, hoje, aqui fazer mais uma das suas operações e manobras políticas!

Vozes do PSD — Muito bem!

Vozes do PS — Oh!..

O Orador — Julgávamo que estávamos aqui hoje para discutir o estado da Nação, mas o Sr Primeiro-Ministro quis desviar as atenções do estado em que o seu Governo deixa a Nação. Já sabíamos que o Sr Primeiro-Ministro gostava de fugir do País real, refugiando-se na realidade virtual. Hoje, ficámos também a saber que o Sr Primeiro-Ministro, incapaz de enfrentar o presente, foge para o futuro, foge para promessas, mais promessas, mais promessas, em que verdadeiramente já ninguém acredita!

Aplausos do PSD.

Ainda ontem, o programa das Nações Unidas para o desenvolvimento divulgou o seu relatório anual sobre o desenvolvimento humano, onde Portugal aparece em 28º lugar e em último lugar entre os países da União Europeia, atrás da Grécia!

O Sr Caio Roque (PS): — Muito contribuíram os senhores para isso!

O Orador: — Portugal vem, nesse relatório, atrás do Chipre, de Israel, de Malta e de outros países. Eu gostava que o Primeiro-Ministro nos explicasse como é possível que, durante estes anos, de aparente prosperidade económica, Portugal tenha vindo a perder posições em termos de desenvolvimento social e humano, mas o Primeiro-Ministro optou por trazer aqui uma encenação de reforma fiscal

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Orador — Uma reforma fiscal a retalho! E já agora, Sr. Primeiro-Ministro, então o que é feito da sua promessa, da promessa da reforma da tributação sobre o património, que V. Ex.ª apresentou já lá vão quase cinco anos? Não terá V. Ex.ª perdido uma folha do seu discurso, aquela em que anunciava o fim da sisa, o imposto mais estúpido do mundo?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ainda há dias, o seu Ministro delecto, Jorge Coelho, anunciava, num almoço da Associação dos Promotores Imobiliários, o fim da sisa dentro de alguns dias! Então, Sua Ex.ª Sr Primeiro-Ministro, não traz aqui o anúncio do fim da sisa?

Vozes do PSD — Esqueceu-se!

Protestos do PS

O Orador — Onde está, então, a reforma fiscal global que V. Ex.ª propunha?

O Sr António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.ª, Sr. Primeiro-Ministro, quis surpreender, quis desviar as atenções e tentou surpreender, mas a verdade, Sr Primeiro-Ministro, é que V. Ex.ª, hoje, já não surpreende ninguém!

Aplausos do PSD

Só se é capaz de surpreender quando as pessoas acreditam em nós,

Risos do PS.

... e os portugueses já não acreditam em si, Sr Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Sr. Presidente — Srs Deputados, peço silêncio, pois se fazem ruido quando Deputados de outros grupos

parlamentares estão no uso da palavra, é evidente que nenhum será respeitado

Faça favor de continuar, Sr Deputado

O Orador: — Os portugueses já não acreditam em si, Sr Primeiro-Ministro, e perguntam-se: como haveriam de acreditar? Aquando da discussão do Orçamento do Estado, nesta Assembleia, dissemos tratar-se de um Orçamento com falta de rigor e despesista, ao que V. Ex.ª respondeu «Os que entendem que o Orçamento do Estado é despesista deverão seguramente querer fazer cortes.» — e, demagogicamente, perguntava — «Querem despedir trabalhadores da função pública? Quantos e onde? Nós, pela nossa parte, não queremos!»

Vozes do PS — Exactamente!

O Orador: — Agora, que V. Ex.ª e o seu Governo já anunciaram cortes de 100 ou 200 milhões de contos, pergunto onde é que V. Ex.ª tem cortado, Sr Primeiro-Ministro?

Aplausos do PSD

O seu discurso, Sr. Primeiro-Ministro, não resolveu o problema da credibilidade perdida. O seu discurso foi uma operação demagógica de desviar as atenções. Hoje, o Sr Primeiro-Ministro deveria entender que não é afirmando mais promessas que se foge às responsabilidades

Há dias, o Sr Primeiro-Ministro falava no excesso de carga da governação, no excesso de carga do «barco» do seu Governo. Sr. Primeiro-Ministro, hoje o seu Governo não passa de uma jangada de naufragos à deriva!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para responder, querendo, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro, dispondo, para o efeito, de 5 minutos

O Sr Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Sr Deputado Durão Barroso, o que é trágico na sua intervenção é que ela revela que hoje o Sr Deputado Durão Barroso nada tem para dizer ao País!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD

E nada tem para dizer ao País porque o PSD só tem dois discursos: quando está no Governo, o do oásis; quando está na oposição, o do caos!

Vozes do PSD. — Outra vez?

O Sr Luis Marques Guedes (PSD) — Vai ouvir!

O Orador — Ora, a realidade não é nem o oásis nem o caos. Aquilo de que o Sr. Deputado não estava à espera era de que eu hoje viesse aqui afrontar os problemas concretos que o País tem e os portugueses sentem, .

Aplausos do PS.

Protestos do PSD

O Sr Presidente — Srs Deputados, mais uma vez, peço que façam silêncio!

O Orador — não fazer promessa alguma.

Risos do PSD

mas indicar um conjunto de medidas que está em curso, outras que são entregues hoje e outras que estão calendarizadas e clarificadas de forma precisa, de modo a que não haja qualquer equívoco em relação ao que foi, ao que está e ao que vai ser feito!

Agora, aquilo com que o Sr Deputado não contava era que, face àquela que é hoje a convicção dos portugueses, de que é necessária uma reforma fiscal, o Governo saísse da generalidade e, para além de apontar um calendário claro de passos, clarificasse de forma precisa o primeiro passo, o passo decisivo, aquele que atinge a vida de todos nós, de todas as famílias, porque há um imposto que todos pagam, que é o IRS!

Aplausos do PS

Vozes do PSD — E a sisa?

O Orador — E quero dizer-lhe, Sr Deputado, que uma reforma fiscal não se faz de uma só vez, faz-se por etapas. É assim em todos os países do mundo. E não fui eu que me esqueci de alguma folha do meu discurso, foi o Sr Deputado que esteve desatento em relação ao que eu disse, porque eu disse claramente que iríamos,...

Vozes do PSD — Iriamos?

O Orador — na terceira fase das nossas medidas,

Vozes do PSD — Ah! É mais tarde!

O Sr Presidente. — Srs Deputados, a nossa reunião está a ser transmitida para o País! Peço-vos que tomem isso em conta! Façam-me esse favor, Srs Deputados. Faça favor de continuar, Sr Primeiro-Ministro

O Orador — Como eu dizia, referi claramente que, na terceira fase das nossas medidas, com incidência nos Orçamentos do Estado para 2002 e 2003 — acrescento-lhe agora, para clarificar com precisão, já que no Orçamento do Estado para 2001 vamos tratar essencialmente dos impostos sobre o rendimento —, iríamos cumprir os compromissos do Programa do Governo. O Sr. Deputado sabe muito bem — e, se não sabe, deveria saber! — que esses compromissos têm a ver com a extinção da sisa....

Vozes do PSD — Quando?

O Orador — . do imposto sucessório e com a alteração da contribuição autárquica por forma a que, no seu conjunto, haja mais justiça e não haja agravamento da carga fiscal.

Vozes do PSD — Quando?

O Orador — Acabo de dizer as datas. Nem, hoje, os Srs Deputados me ouvem!

Agora, há algo que é evidente: Portugal não é um oásis! Portugal tem problemas, nomeadamente de

desenvolvimento humano, os quais decorrem, em grande medida, do esquecimento a que foram votadas as políticas sociais.

Aplausos do PS

E tenho muito orgulho em dizer-lhe, Sr. Deputado, que coube a nós inverter essa situação, sendo que a questão central é a do desenvolvimento humano

Sr Deputado, no desenvolvimento humano, onde a educação é a chave de todos os problemas do futuro, compare o caos que foi nos sucessivos Ministérios da Educação dos governos do seu partido com a coerência, a determinação e a persistência daquilo que está a ser feito pelos governos do Partido Socialista em matéria de educação!

Aplausos do PS

Mas há algo em que tem razão. não pretendo surpreender ninguém, .

O Sr António Capucho (PSD) — Isso é verdade!

O Orador — porque há uma diferença entre nós nós não queremos surpreender ninguém, nós somos previsíveis!

Vozes do PSD — Lá isso são!

O Orador — Quem, todos os dias, surpreende o País é o PSD!

Vozes do PSD — Nós?

O Orador. — E o PSD surpreende o País todos os dias, porque todos os dias diz o contrário daquilo que tinha vivido ou assumido no passado!

Aplausos do PS

Quanto aos cortes, que são necessários para não fazer suportar pelos portugueses, de uma forma mais intensa, os aumentos dos preços dos combustíveis, como os Srs Deputados do PSD queriam —. .

Vozes do PSD — Nós?

O Orador. — queriam e afirmaram-no! —, eles decorrem de cavações bem definidas, em que tivemos um objectivo criterioso

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — É sempre a mesma coisa!

O Orador: — . seleccionar despesas que em nada possam macular os nossos compromissos sociais, que têm a ver com equipamentos e edifícios que podem ser adiados por um ano, para que não adiemos por um ano a recuperação de consultas, as melhorias na educação, as melhorias na segurança social, as melhorias na habitação!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Francisco de Assis

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, no momento em que fazemos uma avaliação, naturalmente diversa e que reproduzirá a pluralidade que constitui esta Câmara, do estado da Nação, é sempre fácil enunciar dificuldades, recensear obstáculos. Infelizmente, há hoje partidos em Portugal que se limitam a plagiar a realidade, enfatizando aquilo que ela ainda comporta de mais negativo.

Mas, em relação do Governo, a qualquer governo, a questão que se tem de colocar é a de saber se estamos perante um governo acomodado, que se tenha resignado a transformar a realidade nacional, ou se, pelo contrário, estamos perante um governo determinado, um governo com projecto, com rumo, com uma ideia para Portugal e que dá, todos os dias, concretização prática a essa ideia, a esse rumo, a esse projecto!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — E a intervenção que o Sr Primeiro-Ministro hoje aqui fez demonstra isso mesmo

Nos últimos cinco anos, demos, no Governo, um contributo decisivo para a modernização do País, para a qualificação da sociedade portuguesa em todas as áreas, para o reforço da coesão social, para a modernização do Estado e da Administração Pública! Como estaria hoje Portugal, como viveriam hoje os portugueses se há cinco anos não tivéssemos assumido responsabilidades governativas?

Nesta altura, também é importante convocar a memória, justamente para saber fazer uma avaliação séria do que foi a acção do Governo desenvolvida ao longo destes anos

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — Mas o importante, neste momento, é salientar que o Governo não está acomodado no que já fez. O Governo está voltado para o futuro e está apostado em responder aos problemas reais que se colocam aos portugueses!

O Sr. José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador: — E não deixa de ser estranho que o Sr. Deputado Durão Barroso evidencie tanta indignação pelo facto de termos um Primeiro-Ministro preocupado e voltado para o futuro de Portugal!

Aplausos do PS

Provavelmente, V. Ex.^a gostaria de ter um Primeiro-Ministro acomodado, dominado por uma lógica autista, que se limitasse a autocomtemplar o que já fez, que não fosse sensível aos problemas reais do País e não se preocupasse em encontrar soluções para esses mesmos problemas!

Sr. Primeiro-Ministro, a intervenção que aqui fez demonstra que o Governo conhece claramente os problemas reais com que o País se defronta e está apostado em contribuir para a sua resolução, procurando materializar o essencial dos compromissos assumidos perante esta Assembleia e o País no momento da discussão do Programa do Governo

Em nome do Grupo Parlamentar do PS, quero, em primeiro lugar, saudar as medidas que aqui apresentou em matéria de concretização de um pacto de justiça fiscal. Todos, em Portugal, temos a noção de que há uma enorme

iniquidade ao nível do sistema fiscal. No diagnóstico, estamos todos de acordo: é preciso encontrar soluções, mas, no momento em que elas são apresentadas, a oposição limita-se a contestá-las, não apresentando, nunca, qualquer alternativa e não reconhecendo o mérito de quem está, de forma decidida e determinada, correndo os riscos, empenhado em contribuir para a resolução desse problema!

Aplausos do PS

O País reconhece-se seguramente nesta forma de actuação, porque tem consciência da gravidade do problema e da necessidade de encontrar respostas e soluções adequadas para o mesmo. Combater a fraude e a evasão fiscais constitui uma inadiável prioridade nacional que inequivocamente suscita a adesão da esmagadora maioria dos portugueses, tenham eles as opções ideológicas ou partidárias que tiverem. E, neste domínio, temos legitimidade para propor o que aqui propomos, precisamente porque o Governo também já tem a seu crédito um esforço sério que levou a cabo e que se tem traduzido num combate eficaz à fraude e à evasão fiscais!

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Muito bem!

O Orador — E é nesta perspectiva que queremos saudar esta iniciativa, como queremos saudar todas as medidas apresentadas nesse domínio, que se inserem claramente na linha de um governo de esquerda democrática empenhado em contribuir, também pela fiscal, para aumentar a justiça social no país, concorrendo assim para melhorar as condições e o nível de vida dos portugueses mais carenteiados e das famílias que ainda se confrontam com más dificuldades

Sr. Primeiro-Ministro, queremos ainda, e sobretudo, a saudar a sua atitude, que me parece a atitude essencial. Há pouco, V. Ex.^a recordou que o PSD vive numa dialéctica infernal entre o oásis, quando estão no poder, e o caos, quando estão na oposição. Tal significa que o PSD nunca é ou não tem sido capaz de produzir um discurso lúcido sobre a realidade portuguesa.

Protestos do PSD

Ainda bem que temos um Primeiro-Ministro que não sucumbe à tentação do oásis, mas também não se resigna a viver dominado por qualquer ideia de caos no nosso país!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente. — Para responder, querendo, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Sr Deputado Francisco de Assis, a sua intervenção, que agradeço, permite-me clarificar a postura com que o Governo está neste debate

O País tem problemas, o país não vive uma situação apocalíptica mas tem problemas. Do que o País precisa é de homens políticos, que, na oposição e no governo, sejam capazes de identificar com objectividade esses problemas ..

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E que apoiem o governo!

O Orador — e de propor soluções para os mesmos Esta é a atitude do Governo

Sabemos que há que fazer um esforço no sentido de promover as exportações e o investimento produtivo para dar sustentabilidade ao nosso crescimento Definimos, para isto, uma estratégia sólida. Queremos saber se há outras ideias melhores do que as nossas

O Sr António Capucho (PSD) — Já vai ouvir!

O Orador — Sentimos que há problemas que as famílias querem ver resolvidos; são problemas complexos e múltiplos, que têm a ver com a sua situação e o seu rendimento. Mas é evidente que tudo passa por encontrar uma estratégia para a reforma fiscal Foi essa estratégia que encontrámos, a qual passa por dois aspectos complementares e essenciais: fazer com que os que não pagam, e deviam pagar, paguem, para que os outros paguem menos E apresentámos aqui propostas concretas que o Parlamento aprovará, ou não, mas sobre as quais tem de pronunciar-se, no sentido de levar aqueles que não pagam paguem e os que pagam passem a pagar menos

O que é importante saber é se o Parlamento está ou não disposto a trabalhar sobre essas propostas, agora e em sede de Orçamento, para ajudar a resolver os problemas das famílias

Da mesma forma, não ficámos indiferentes aos problemas sentidos por causa da elevação das taxas de juro e não ficámos indiferentes aos problemas sentidos pelas pessoas em relação à insegurança, tomando medidas, propondo novas alternativas quando as antigas falham, mas, sobretudo, estando determinados, a partir da realidade, para resolver os problemas das pessoas Isto porque há uma coisa que é totalmente impossível quem, em vez de partiu da realidade, partir da propaganda, nunca resolverá os problemas das pessoas

Aplausos do PS

O Sr Presidente. — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Carvalhas

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP) — Sr Presidente, Srs. Deputados, Srs Membros do Governo, Sr Primeiro-Ministro, algumas oposições, no seu permanente criticismo, até no seu «bota-abaxismo», não têm em conta o afã do Sr Primeiro-Ministro e os trabalhos que tem realizado, nomeadamente nestes últimos meses!

Risos do PCP

Nós reconhecemos! Reconhecemos quando o Sr Primeiro-Ministro se desmultiplica em múltiplas inaugurações, micro, pequenas médias e grandes — algumas até já inauguradas, como a da Amadora, em que o Primeiro-Ministro não foi inaugurar as estações mas os parques de estacionamento —, ou quando se desmultiplica em múltiplas declarações e entrevistas, ou quando, inclusivamente, se encosta aos êxitos da Selecção

Risos do PCP

E não me estou a referir àquela do cachecol em Santa Maria da Feira mas àquela entrevista em que afirmou que o desbloqueamento da harmonização fiscal pela Áustria era

comparável ao golo da Selecção contra a Roménia no último minuto de jogo!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Efectivamente, o Sr Primeiro-Ministro tem feito esforços, contrariamente ao que dizem certas oposições E a prova de que tem feito esforços é o discurso que hoje nos fez Só que se enganou, porque, hoje, do que se trata é de um debate sobre o estado da Nação e o Sr Primeiro-Ministro fez um discurso de apresentação do Programa do Governo, situação ocorrida há oito meses, em que fez um conjunto de promessas!

Risos do PCP.

Mas, no âmbito daquilo que nos apresentou, há duas questões importantes: uma, a da muni-reforma fiscal, que vem com um atraso de, pelo menos, seis meses Para além de eu pensar que poderia ter-se baseado na nossa medida, não está garantido que essa reforma fiscal possa ser incluída no próximo Orçamento Aliás, também nada nos disse sobre o IRC., mas esperamos que tudo vá a bom porto!

Outra das medidas que disse que iria rever, que iria olhar para ela, é a da famigerada baixa das bonificações em relação à habitação própria Congratulamo-nos com o facto de dizer que vai olhar para esta situação Batemos-nos por isso, denunciámo-la, juntamente com outros partidos, e, inclusivamente, propusemos um debate de urgência para que fosse aprovado o nosso projecto de resolução. No entanto, infeliz e vergonhosamente, o Partido Socialista não deixou fazer esse agendamento!

Vozes do PCP — Exacto! Muito bem!

O Orador. — Sr Primeiro-Ministro, é aceitável que se condenem esses jovens casais durante seis meses, de Abril a Outubro, a pagarem mais do que deveriam? O desafio que lhe faço aqui, hoje, é no sentido de que, em relação a tudo o que já foi contratualizado, seja reposta a taxa de 6,5%, isto é, que seja reposta a taxa de bonificação, de hoje em diante.

Aplausos do PCP

É o desafio que lhe faço

Depois, Sr. Primeiro-Ministro, apesar de todo esse seu afã, não é por ingratidão que os professores, os magistrados, os militares, se sentem, hoje, em clima de protesto e estão desencantados. É que ninguém pode aceitar uma gestão eleitoralista dos combustíveis, nem o congelamento dos salários da Administração Pública, nem o estado em que se encontra a agricultura .

Disse o Sr Primeiro-Ministro que, quanto aos défices externos, que a situação é muito diferente da de um país que tem uma moeda única ou que está integrado numa moeda comum Mas nós não temos que pagar as dívidas?! As famílias não têm que pagar as dívidas?! As empresas não têm que pagar as dívidas?! O Estado não tem que pagar as dívidas?!

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!

O Orador. — Ou será que vamos encontrar uma situação, como na Madeira e nos Açores, em que, por

vezes, resolvem estes problemas com o Governo para fazerem passar o Orçamento? A questão não é essa!

E, Sr Primeiro-Ministro, é aceitável a situação escandalosa da Lisnave, depois de terem sido entregues dezenas de milhões de contos à família Mello?! Ou o caso da siderurgia, em que vai ser encerrado o alto forno, deixando Portugal de poder transformar minério em aço?!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Sr. Primeiro-Ministro, esta situação de estarmos na cauda da Europa em relação aos salários, em relação às reformas, em relação aos cuidados da saúde, em relação ao ensino leva-nos a pensar que é necessário mudar de política.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador. — Sr Primeiro-Ministro, não siga os conselhos do Sr. Seguélá: não mude só de imagem, mude de política, porque, se não houver mudança de política, creio que o País corre riscos e, certamente, o Governo, daqui a uns meses, pode não ir a «prolongamento», pode nem sequer ir a «penalties».

Aplausos do PCP.

O Sr Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr Presidente, gostaria de tentar perceber se a última intervenção do Sr Deputado Carlos Carvalhas prenuncia a vontade do Partido Comunista Português de derrubar o Governo rapidamente. Gostaria de saber se é esse o seu objectivo. Se é, penso que comete um grave erro político, porque os portugueses querem estabilidade.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — Mesmos aqueles portugueses que podem, hoje, discordar de um governo, querem estabilidade

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Querem estabilidade quando o governo é bom!

O Orador — Mas vamos ao que interessa. O Sr Deputado Carlos Carvalhas começou com ironia, mas devo dizer que a sua ironia só seria possível se eu tivesse o dom da ubiquidade. É que dizer-se, simultaneamente, que eu nunca cá estou e que me multiplico em deslocações por todo o País obrigaría a alguém ser capaz de estar em dois sítios ao mesmo tempo, o que manifestamente não é o meu caso. Estou onde é preciso, quando é preciso e com o único objectivo: trabalhar para resolver os problemas das pessoas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Ninguém dá por isso!

O Orador — Sr Deputado Carlos Carvalhas, a questão central deste debate, que é também um momento de verdade para o PCP, é a seguinte: estamos a entrar numa fase decisiva da reforma fiscal, fase essa que impõe opções que não são fáceis e é preciso ter coragem na adopção de novos métodos capazes de combater a fraude e também

no desagravamento fiscal, sobretudo, das famílias que vivem de rendimentos por conta de outrem.

O PCP concorda ou não com esta estratégia?

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Está ou não o PCP disposto a apoia-la, nomeadamente nos momentos em que ela se concretiza, e ela terá um momento essencial de concretização nos Orçamentos do Estado? Quer ou não o PCP que a acção política se traduza em benefícios para as pessoas que necessitam e no combate aos que fogem aos impostos ou quer apenas provocar crises governativas no nosso país? Esta é a questão com a qual o PCP está confrontado e, que, a partir de hoje, é incontornável no debate político em Portugal.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — É que a postura do Governo em matéria de reforma fiscal, nas suas diversas etapas, procura, com sentido de justiça e com realismo, dar resposta às duas questões centrais que estão em cima da mesa: obrigar a pagar os que não pagam e permitir àqueles que pagam que possam pagar menos.

As medidas que propomos vão ou não ter o apoio do PCP? Ou prefere o PCP que elas não sejam tomadas, só para poder ter uma crise política que, eventualmente, sirva aos seus interesses partidários?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — É bom que o PCP não se esqueça que, quando sobem as taxas de juro, há sacrifícios para as famílias, mas também há sacrifícios para o Estado, porque o Estado tem dívida pública e, por isso, nem sempre é possível fazer tudo e, por isso, procuramos fazer as coisas com sentido de equidade. Por isso, quando adoptamos novas regras, queremos fazê-las por forma a garantir que elas defendam os que precisam mas, ao mesmo tempo, devem dar-se novos passos — e o Sr Deputado sabe bem que é assim, apesar dos passos que já foram dados — no sentido de, em matéria de bonificação de juros, porque ainda há muitos abusos que importa corrigir, a situação ser vista no seu conjunto.

Todos teremos que pagar as dívidas. Com certeza! O que está em causa é ter uma estratégia de desenvolvimento de todos (Estado, empresas e famílias) para enriquecer o nosso país, e foi para isso que apontámos uma estratégia.

Mas, Sr Deputado, não peguemos em factos para criar ilusões.

Se o alto forno vai fechar, é quando abrir o forno eléctrico, porque esta é, hoje, a forma mais adequada de produzir aço.

Em relação à Lisnave, nunca nos preocupou a situação da família Mello.

O Sr Honório Novo (PCP) — Não parece!

O Orador — Sempre nos preocupou a situação dos trabalhadores da Lisnave e, por isso, tomámos as medidas que tomámos.

Aplausos do PS

O Sr Honório Novo (PCP) — Que descaramento!

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, de tudo o que o Sr Engº António Guterres fez nos últimos meses eu só ficava com o cachecol!

Risos do CDS-PP.

Quanto à sua intervenção, devo dizer que esperava ouvi-lo falar sobre a reforma da segurança social, mas não disse mais do que banalidades. No entanto, ouvir-me-á, na intervenção, comentar a reforma que, ontem à noite, praticamente chegou ao fim.

Ouvi-o falar da reforma fiscal necessária em Portugal e na minha intervenção ouvir-me-á apresentar o projecto fiscal do CDS-PP, já que fizemos o trabalho de casa

Indo directo aos temas que abordou Primeiro, quanto à bonificação dos empréstimos à habitação, devo dizer que há 180 dias o Sr. Ministro das Finanças cometeu um erro disso que ia baixar a bonificação porque esperava que os juros baixassem — disse-o na SIC e está gravado. Há 180 dias que este erro dura. Levantámos o problema, invocando o José e a Maria, no último debate sobre a matéria. Há 180 dias que os senhores, como diz o povo, andam a «encanar a perna à rã», ou seja, não resolvem o problema e, em vez de fazer o que é justo e elementar, ou seja, assinar a revogação da portaria e colocar a bonificação em 6,5% porque os juros aumentaram e, por isso, a bonificação tem de aumentar, em vez de baixar, o Sr. Primeiro-Ministro vem dizer que as famílias, os «Zés» e as «Marias», têm de esperar mais 91 dias para resolver o problema. Isto quer dizer que vão pagar mais três meses pela vossa injustiça e pelo vosso erro e muitas delas vão ter de pagar com o subsídio de férias o vosso erro e a vossa falta de previsão!

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, desculpe que o diga, mas faça o que é simples. não adie mais o sentido de justiça, reponha a portaria nos 6,5%, percentagem que o diploma estabelecia!

Há depois um outro tema que o Sr. Primeiro-Ministro quase não abordou, que se prende com o estado da segurança. Não abordou e sabe porquê? A prova do vosso policiamento de proximidade é a ausência, neste debate, do Sr. Ministro da Administração Interna. Quando o País está a clamar por segurança, o Sr. Ministro da Administração Interna pode ter todos os afazeres do mundo mas devia estar aqui, porque esta é, obviamente, neste momento, a primeira preocupação dos portugueses.

Devo dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que tem muitas razões para demitir o Dr. Fernando Gomes Primeira: falhou na percepção da realidade e a realidade é que as pessoas, em Portugal, já estão fartas do aumento do roubo por esticão, do aumento do roubo a lojas, do aumento do roubo a carros, do aumento do roubo em carros, do aumento do roubo, na rua, com violência e, às vezes, com armas. As pessoas estão fartas disto e o Sr. Ministro da Administração Interna, durante meses, desvalorizou a situação e chegou a dizer «isso são bagatelas».

Em segundo lugar, o Sr. Ministro falhou na estratégia. Os senhores passaram meses a debater a polícia e perderam meses no combate ao crime! Mais: deixaram-se levar pelo complexo de esquerda em relação ao problema da

segurança e, durante meses, Sr. Primeiro-Ministro, o que pareceu foi que o adversário era o polícia e não o ladrão, mas para nós o adversário é o ladrão, não o polícia!

Aplausos do CDS-PP

Terceira razão falharam na previsão da política de segurança, e dou dois exemplos. Foram necessários 160 assaltos a gasolineras e uma morte para que percebessem que havia um problema com as gasolineras e o Sr. Ministro viesse anunciar a vigilância por vídeo! Foi necessário um assalto na linha de Cascais, frequentada por 150 000 utentes, para que o País ficasse a saber que, para os proteger, havia 60 agentes da PSP! E só depois é que vocês vêm falar na vigilância por vídeo! Vocês não previnem, só reagem! Vocês não prevêem, só remediam!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Em quarto lugar, falhou na projecção quanto aos efectivos, Sr. Primeiro-Ministro, porque, de facto, a polícia, em vez de estar na rua a fazer policiamento de proximidade, está a fazer notificações — 489 000 pela GNR, 383 000 pela PSP —, está a fazer trabalhos administrativos. Isso tem de ser mudado! É preciso mais polícia na rua, Sr. Primeiro-Ministro, com policiamento de proximidade.

Por fim, o Sr. Ministro da Administração Interna falhou na própria humildade. A este respeito, digo-lhe apenas o seguinte quando ele diz, perante um conflito na lota de Matosinhos,

O Sr. Presidente — Esgotou o tempo de que dispunha, Sr. Deputado, pelo que lhe agradeço que «remate».

O Orador. — Terminei já, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — Tem de terminar mesmo, Sr. Deputado

O Orador — Conforme estava a referir, digo-lhe apenas o seguinte: quando, perante o conflito da lota de Matosinhos, o Sr. Ministro diz que não resolve problemas de peixeiros, peça desculpa, em nome dele, pela forma como tratou uma categoria de portugueses!

O Sr. Presidente — Não pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador — E diga-lhe uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro é que os Ministros passam e os peixeiros ficam!

Aplausos do CDS-PP

Protestos do PS

O Sr. Presidente — Srs Deputados, peço-lhes que acatem as injunções do Presidente da Mesa, quando lhes pede o favor de terminarem no fim do tempo que lhes está destinado, sob pena de voltar a ter de accionar o corte de som, o que muito me penalizaria.

Não podemos deixar deslizar o cumprimento das regras, que está tão bem encaminhado. Se abrimos excepções, estamos perdidos!

Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, é fácil fazer política assim! Muito fácil!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Ah! Pois claro!

O Orador: — Não se toca o conjunto de problemas que é discutido,...

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Em 5 minutos?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Espere pelos discursos!

O Orador: — ... ignoram-se as questões essenciais de uma intervenção e fazem-se dois ataques destinados a duas boas frases televisivas

Aplausos do PS.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Fala o mestre!

O Orador: — Bom! Vamos ao essencial!

Em primeiro lugar, a questão das bonificações dos juros é uma questão que tem dois grupos de injustiças.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Já se sabe disso há cinco anos!

O Orador. — E, num momento em que, como sabe, há restrições orçamentais fortes, é também útil as pessoas terem consciência de que, às vezes, é necessário mudar globalmente os sistemas.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Ó Sr Primeiro-Ministro!

O Orador — O que nós propomos é uma mudança global do sistema que permita, simultaneamente, resolver as injustiças que existem pelo facto de as pessoas não terem o apoio que gostariam de dar-lhes e resolver o problema que ainda não fomos capazes de resolver das pessoas que têm bonificações indevidamente

Vozes do PS — Muito bem!

Protestos do CDS-PP

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — O Sr Ministro enganou-se! Disse que baixava e não baixou!

O Sr João Amaral (PCP): — Até o enganou a si!

O Orador: — Por isso mesmo, aquilo que vamos apresentar é um pacote global que não resolve uma situação pontual mas resolve permanentemente o problema,

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Primeiro-Ministro, são 6,5%!

O Orador: — . em termos de permitir que, mesmo que alguém se engane, no futuro, nunca mais esse engano tenha consequências, mas suportando isso em medidas que permitam combater a fraude e a evasão, para encontrar as receitas indispensáveis para apoiar quem necessita. E devo dizer-lhe que, nesta matéria, o esforço que tem vindo a ser feito pelo Estado e, em particular, por este Governo, no apoio às famílias, em termos de habitação, tem sido extremamente importante Mais: porventura até mais

importante do que o esforço para apoio às famílias na aquisição de casa própria tem sido o esforço para apoio às famílias menos favorecidas na sociedade portuguesa, que não têm, sequer, capacidade para adquirir casa própria.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Reponha a portaria das bonificações! São mais 70 contos que têm que pagar!

O Orador: — Agora, Sr Deputado Paulo Portas, vamos às questões essenciais.

O Sr Presidente — Srs Deputados, não vamos entrar em diálogo. O Sr. Deputado Paulo Portas foi ouvido em silêncio!

O Orador — Em primeiro lugar, o Sr Ministro da Administração Interna não se encontra presente, porque está a presidir à última reunião, na qualidade de Presidente dos Ministros da União Europeia nesta matéria, onde tem de desempenhar o seu papel. Não obstante, o Sr. Ministro estará aqui hoje à tarde e terá todas as oportunidades para com ele falar

Mas vamos ser claros, Sr Deputado a responsabilidade da política de segurança do Governo não é do Ministro da Administração Interna.,

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — É sua!

O Orador: — . é do Governo, no seu conjunto, e é minha, em particular

Aplausos do PS.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Ainda bem que o diz!

O Orador — Quero dizer isto com toda a clareza, porque não fujo às responsabilidades! Repito não fujo às responsabilidades!

Sei que há problemas de insegurança na sociedade portuguesa e, por isso, temos uma estratégia para os combater. E, ao contrário do que disse, essa estratégia não vai apenas no sentido de reagir mas de prevenir..

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Prevenir o quê? ..

O Orador: — . e de reagir, porque as duas coisas têm de ser feitas. Só que prevenimos como no Programa Escola Segura, e não vai negar a importância que esse Programa tem hoje na sociedade portuguesa

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Funciona muito bem! Pergunte aos professores!..

O Orador — Prevenimos no Programa de Apoio à Segurança dos Idosos, e não vai negar a importância que esse Programa tem hoje na sociedade portuguesa.

Mas, quando surgem formas de criminalidade orientadas em relação a alvos, imediatamente respondemos também, reforçando os meios. .

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Ah! Respondem! Não prevêem!

O Orador — Com certeza!

O Sr. Presidente — Srs Deputados, não entrem em diálogo, por favor!

O Orador — Ó Sr. Deputado Paulo Portas, de acordo com a sua política, o Sr Deputado teria de colocar um polícia ao lado de cada cidadão, porque cada cidadão pode ser potencialmente atacado!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E é melhor do que a sua!

O Orador — Não pode ser assim!

Por isso, em relação às gasolineiras, como em relação aos transportes públicos, como em relação a «bairros-problema», temos estratégias de resposta eficazes.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Desde quando?

O Orador — mobilizando, nomeadamente, a polícia de intervenção, para garantir um combate eficaz da criminalidade. E, já agora, os números que tenho, em relação aos 60 que referiu, são, afinal, cerca de 270. Ou seja, também aqui, convém ser rigoroso nos números que se apontam.

Aplausos do PS

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Disse 160, Sr Primeiro-Ministro!

O Sr Presidente — O Sr Primeiro-Ministro referiu, há pouco, incidentalmente, que o Sr Ministro da Administração Interna estaria aqui hoje à tarde mas queria informar o Sr. Primeiro-Ministro de que a nossa intenção é a de prolongar a sessão, por forma a que termine ao fim da manhã, ainda que almoçando nós um pouco mais tarde.

Entretanto, informo os Srs Deputados e os Srs Membros do Governo que se encontram a assistir à sessão plenária um grupo de 30 cidadãos do Porto, um grupo de 40 alunos da Escola do 1.º ciclo do Ensino Básico de Vila Boa, de Barcelos, um grupo de 50 jovens da JSD do distrito de Viseu, um grupo de 40 cidadãos autarcas algarvios, um grupo de 35 autarcas e jornalistas dos concelhos de Aveiro e Vale de Cambra e um grupo de 50 cidadãos de Portimão e jornalistas da imprensa regional do Algarve. Uma saudação calorosa para todos eles.

Aplausos gerais, de pé

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro.

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, ouvimos o seu discurso com muita atenção e verificámos que ele poderia corresponder, na linguagem de um agricultor, a um discurso de «muita parra e pouca uva». Foi um discurso com muitas palavras mas que, no nosso entendimento, traduz muito poucas acções. Foi um discurso em que o presente esteve abstracto, não obstante estarmos a falar do estado da Nação, e o próprio futuro é preocupantemente genérico.

Independentemente de o Sr Primeiro-Ministro ter feito afirmações que são verdades, que são pequenas verdades, o facto é que essas pequenas verdades encobrem grandes equívocos.

Aquilo que começo por dizer é que, sendo, para nós, claro, e não o questionamos, que a política e a transformação

de uma sociedade tem de ser feita de pequenos passos, a verdade é que, em muitos domínios, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo tem andado a «marcar passo». E gostaria que o Sr Primeiro-Ministro fosse concreto em relação a algumas coisas, porque é o facto de o Governo «marcar passo» que justifica hoje apreensão, que explica o declínio do Governo, que explica o descontentamento, que explica, porventura, traços de autoritarismo, de arrogância, e mesmo insultuosos, de alguns membros do seu Governo para com o Parlamento, quando são criticados. como se a crítica não fosse uma coisa natural e saudável em democracia mas um estorvo ou um incómodo.

As questões e os exemplos concretos deste «marcar passo» do Governo, Sr Primeiro-Ministro, podem começar logo pela política dos resíduos industriais.

Há mais de um ano que o Governo tem um mandato da Assembleia para tratar daqueles pequenos passos que, como bem sabe, são essenciais, quando se constrói uma «casa», ou seja, quando se constrói uma política para os resíduos industriais, como fazer um inventário, por exemplo, o que, naturalmente, com a *Internet*, como bem convirá, não é difícil, como fazer uma deposição controlada de resíduos, como fazer um plano de prevenção, sem o qual, aliás, a modernização das nossas empresas não se verifica e o seu suicídio a prazo é uma realidade na Europa. A verdade é que esses pequenos passos não se deram e quanto à «casa», o Governo, uma vez mais, teimou, e mal, por centrar-se no «telhado». Como convirá, Sr Primeiro-Ministro, sem projecto e sem alicerces não há, seguramente, «casa» que se aguente.

Mas se existe este exemplo em relação aos resíduos industriais, ele existe em relação à energia. Temos um problema de dependência do exterior, que é complicado, e continuamos a não diversificar fontes, a não apostar nas energias complementares e a tomar medidas avulsas, como a do aumento dos combustíveis, nos termos em que foi feito. Também sobre isso, era bom que o Sr Primeiro-Ministro falasse.

O problema das alterações climáticas é um desafio que Portugal vai ter que enfrentar na União Europeia. Até agora, sobre esta matéria, de pequenos passos não há nada! A política de prioridade absoluta aos transportes não existe! Mudanças grandes na conservação não foram feitas!

Enfim, trata-se de questões relativamente às quais gostaríamos que o Governo fosse claro. Como também gostaríamos que o Governo fosse claro em relação a uma matéria que, para nós, é insultuosa, nos termos em que veio a esta Assembleia a política de imigração.

Somos um país de emigrantes, somos um país que recebe também muitos imigrantes vindos de outras latitudes e, do nosso ponto de vista, é insustentável que aquilo que se pretende conceder sejam vistos de permanência, para as pessoas serem usadas e, findo o prazo, serem postas fora.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Não é verdade!

A Oradora — e não condições para que possam estar, de pleno direito, no nosso país, num país que beneficia com a sua presença.

Por último, Sr Primeiro-Ministro, gostava de falar da reforma fiscal. É uma questão que não é original, é uma questão sobre a qual outras bancadas falaram e o Governo anunciou pequenos passos. A verdade é que esses

pequenos passos não implicam que deixe de se ver o essencial e o essencial é que há uma profunda, uma insustentável, uma insultuosa injustiça fiscal. Sobre isso, aquilo que pergunto é se foi falta de apoio político que alguma vez se registou nesta Câmara para que essa injustiça fiscal tivesse já hoje um fim

Vozes de Os Verdes. — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro. — Sr Presidente, Sr^a Deputada Isabel Castro, devo dizer que, se alguma coisa se pode dizer acerca da minha intervenção de hoje, é que ela tem «muita uva e pouca parra», isto é, tem muitas coisas concretas e muito poucas considerações genéricas

A Sr^a Rosa Albernaz (PS) — Muito bem!

O Orador — E tem até «uvas» específicas, porque o concreto vai ao detalhe e à precisão em questões que são centrais para o interesse dos portugueses, como as questões da reforma fiscal. É perante isto que o Parlamento também tem de se situar, ou seja, quando o Parlamento é confrontado com propostas concretas e detalhadas sobre uma questão que reclamava há muito tempo, não deve desviar o assunto e deve centrar-se na resposta às questões com as quais é confrontado

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

O Orador — «Marcar passo» em matéria de resíduos industriais?¹ Se alguém tem querido «marcar passo», desculpe que lhe diga, tem sido o Partido Ecologista Os Verdes, não tem sido o Governo

Vozes do PS — Exactamente!

O Orador — Não fazer diversificação de energia?¹ Se alguém estendeu a rede de gás natural a todo o País, foi este Governo e essa é a medida mais importante de diversificação de energia que podemos adoptar. Mas, já agora, quero dizer-lhe que ontem foi, finalmente, aprovada a Directiva da Água, o que, estou certo, não deixará de lhe dar uma grande alegria no quadro europeu

O Sr António Martinho (PS) — Muito bem!

O Sr António Capucho (PSD) — Fraquita!

O Orador — Agora, nós temos a coragem de afrontar as questões delicadas!¹ E há dois exemplos de questões delicadas que afrontámos, com coragem e com seriedade, a imigração e o problema relativo ao consumo de droga.

Em relação à imigração, o que estamos a procurar fazer? Estamos a procurar encontrar uma solução que nos permita dar uma resposta aos problemas que hoje temos, sem transformar Portugal num país de refúgio excessivo de imigração incomportável para nós e que, ao mesmo tempo, nos dê tempo para negociar com outros Estados acordos de imigração que nos permitam ter uma política mais adequada para o futuro

A Sr.^a Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

O Orador. — Em relação à droga, para além de tudo quanto tenho vindo a dizer e temos vindo a fazer no combate ao tráfico e no apoio aos toxicodependentes, quer no que respeita ao seu tratamento, quer no que se relaciona com a prevenção da toxicodependência, tivemos a coragem de afrontar a questão da criminalização do consumo. Tivemos também a coragem de confrontar este Parlamento com a necessidade de, em relação a isso, definir uma estratégia. Quer ou não este Parlamento, sem liberalizar o consumo e sem recorrer à criminalização, criar condições para que aqueles que são hoje toxicodependentes possam ser, efectivamente, reintegrados na sociedade portuguesa?

Estes são temas delicados e complexos, que exigem do Parlamento respostas concretas, soluções e debates em profundidade e que não se prestam a uma análise genérica das coisas, em que se acaba por falar de tudo sem dizer coisa alguma. O debate político que o Governo neste momento introduz é um debate sobre o concreto e sobre o concreto nas questões de fundo que hoje afligem a sociedade portuguesa. Queremos levar esse debate até ao fim e queremos que ele se traduza nas medidas que são indispensáveis para resolver os problemas dos portugueses.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, num dos últimos debates sobre questões orçamentais e fiscais, V Ex^a anunciou a esta Câmara, como garantia do rigor que o Governo atribuiria ao próximo debate fiscal, a preparação de um orçamento de base «zero»

Queria saber, Sr Primeiro-Ministro, se está em condições de confirmar essa garantia ou não

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Sr Deputado Francisco Louçã, a elaboração do Orçamento não vai ser feita a partir do Orçamento anterior mas em função de objectivos. Essa é uma outra forma de falar de um orçamento de base «zero», mas é mais correcta e mais precisa, razão pela qual evoluiu a linguagem do Sr Ministro das Finanças. Esta forma é mais correcta e mais precisa porque procura identificar aquilo que é prioritário em matéria orçamental, para que, num quadro que é, efectivamente, um quadro de restrição ao crescimento da despesa, possamos ter a garantia de que orientamos essa despesa para aquilo que é socialmente mais reprodutivo ou economicamente mais necessário ao futuro do nosso país

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, vamos entrar na segunda ronda de pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos, que dispõe de 3 minutos

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, realmente, não tenho tempo para dizer tudo aquilo que gostaria, mas vou tentar fazê-lo.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o que está hoje aqui em avaliação não é apenas, não pode ser, o Governo, mas também as oposições, nomeadamente o PSD e o CDS-PP

O Sr. António Capucho (PSD): — O que está em avaliação é a Nação!

O Orador — E as oposições não fazem parte da Nação. Sr Deputado?

O Sr António Capucho (PSD). — Fazem, sim! Os senhores é que não!

O Orador — Em relação ao PSD, já ouvimos o seu líder e, se tivermos um bocadinho de paciência, ouviremos a intervenção de fundo que irá proferir. No entanto, a conclusão é a de sempre: o PSD apresenta ao País tudo e o seu contrário, promete ao País a luz e as trevas, em suma, o PSD tem para oferecer ao País rigorosamente nada!

Não posso, contudo, deixar de sublinhar, apesar de o Sr Primeiro-Ministro já o ter feito, uma enormíssima irresponsabilidade surgida no seio do PSD nos últimos tempos. Está esta irresponsabilidade relacionada com a proposta do «Ministro-sombra» do PSD de, eventualmente, Portugal abandonar a zona euro.

O Sr António Capucho (PSD) — É falso!

O Orador — Vou já dizer o que ele disse e o que disse a seguir, que é muito mais grave!

Penso que é de enormíssima irresponsabilidade ter feito uma afirmação desse estilo, se bem que marque bem o vosso comportamento, a vossa imprevisibilidade e, sobretudo, o vosso «vale tudo» em relação à política portuguesa!

Mas o que é ainda mais grave é que o Dr Tavares Moreira, confrontado com a irracionalidade da sua proposta, tenha afirmado: «Eu só fiz a proposta para provocar a discussão»! À irresponsabilidade somou ainda mais irresponsabilidade, mas prestou, indelevelmente, um mau serviço ao País e à situação do País perante a comunidade internacional.

Em relação ao PP, gostaria de lembrar ao Sr Primeiro-Ministro que o PP defendeu aqui há pouco tempo, na prática, a eliminação do rendimento mínimo garantido!

O Sr Francisco de Assis (PS) — Exactamente!

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Não é verdade!

O Orador — E defendeu-o com conceitos ideológicos passadistas, com conceitos ideológicos conservadores, com conceitos ideológicos que nada têm que ver com a modulação da sociedade que queremos para Portugal e para os portugueses. O Sr Deputado Paulo Portas, aliás, é um especialista em populismo e demagogia. Ele não está aqui, mas os Srs Deputados do PP têm de começar a ouvir estas verdades. O que os senhores propuseram foi, pura e simplesmente, a eliminação do rendimento mínimo garantido e o que permanentemente propõem são medidas de natureza social demagógicas e populistas, que, aliás, em boa parte, já foram assumidas pelo Governo, como sucedeu com o aumento das pensões aos rurais, iniciativa que partiu do Governo e não do PP.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Finalmente, referir-me-ei à grande questão que o Sr. Primeiro-Ministro aqui introduziu a da reforma fiscal. Julgo que, tão importante como detalhar a reforma

fiscal é pensar no sentido da reforma fiscal. Ora, não tendo muito tempo...

O Sr. Presidente — Não tem mesmo, Sr Deputado, porque já terminou o tempo de que dispunha!

O Orador — Este regime é absolutamente insustentável, Sr Presidente!

O Sr Presidente — Não é insustentável, Sr. Deputado. São os senhores que o fazem insustentável não olhando para o tempo de que dispõem!

O Sr António Capucho (PSD) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr António Capucho (PSD) — Para defesa da consideração da bancada, Sr Presidente.

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Para defesa da consideração da bancada, Sr Presidente

O Sr Presidente — Srs Deputados, num dia como o de hoje, em que vamos terminar a nossa sessão muito tarde, peço-vos que não abusem do direito de

Protestos do CDS-PP

Srs Deputados, estou a falar e gostava de ser ouvido!

Dizia eu que uma coisa é o exercício de um direito que nunca estará em causa enquanto eu presidir aos trabalhos, outra coisa é o abuso desse direito. Sinceramente, gostaria que hoje não fossem hipersensíveis e não amontoassem muitos pedidos de defesa da honra, se não tiverem clara justificação para isso e, sinceramente, não parece que a tenham, mas o critério é vosso.

Para defesa da consideração da bancada, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho, a quem peço que comece por indicar as expressões que considera ofensivas.

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, o Sr Deputado Manuel dos Santos acaba de insinuar que um responsável do PSD terá defendido a saída de Portugal da zona euro.

Vozes do PS — E é verdade!

O Orador — Não é verdade!

Meço as minhas palavras dizendo frontalmente que considero uma desonestidade intelectual que quer o Sr Primeiro-Ministro, quer o Sr. Deputado Manuel dos Santos tenham insinuado que um responsável do PSD, o Dr Tavares Moreira, tenha defendido a saída de Portugal da zona euro, porque isso não corresponde minimamente à realidade!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — E os senhores sabem!

O Orador — No meu partido, temos o orgulho de ter estado sempre na primeira linha da defesa da entrada de Portugal no euro e mantemos essa posição

O que se disse foi que, a manter-se o desatino e a manter-se esta desgovernação em matéria económica, o problema pode vir a colocar-se a este Governo. No entanto, o PSD mantém-se intransigentemente ao lado da participação de Portugal no euro. Se VV Ex^a ouvissem mais o Dr Tavares Moreira, nomeadamente em matéria de previsões económicas, Sr. Deputado Manuel dos Santos, não diziam as asneiras e não faziam as falsas previsões que têm feito até agora em matéria económica!

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr. Presidente, julgo que o Sr. Deputado António Capucho apenas quis dar-me oportunidade de continuar o debate, porque, antes de mim, já o Sr. Primeiro-Ministro tinha dito isso e muito bem. Na realidade, reafirmo que o «Ministro-sombra» do PSD, num debate com economistas destacados — que, aliás, ficaram estupefactos, segundo os relatos de toda a comunicação social —, afirmou que, provavelmente, seria necessária a saída do escudo do euro a muito curto prazo.

Tanto é verdade isto que afirmei que, a seguir, confrontado com a irracionalidade e a irresponsabilidade desta proposta, o Dr Tavares Moreira afirmou que foi apenas uma provocação que fez para lançar o debate!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Não é verdade!

O Orador — É rigorosamente verdade, Sr. Deputado!

Quanto à questão das previsões, devo dizer que o Sr. Deputado António Capucho não se devia querer referir a mim, mas à Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite! Ela é que faz, sistematicamente, previsões que a realidade não confirma! Estamos fartos de verificar isso desde há cinco anos!

Aplausos do PS

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Tem toda a razão! As minhas previsões pecam por defeito!

O Orador — A Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite começou por ser contra o rendimento mínimo garantido

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — E sou!

O Orador — Ai já é outra vez!

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Nunca me ouviu a dizer o contrário!

O Orador — Quando verificou que o rendimento mínimo garantido tinha a aceitação generalizada da população portuguesa, passou a apoiar o rendimento mínimo garantido! Agora, porque não quer perder o «comboio» da proposta de eliminação do rendimento mínimo garantido, feita pelo PP, a Sr.^a Deputada já é outra vez contra o rendimento mínimo garantido!

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — É mentira!

O Orador — É mentira?

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Onde é que me ouviu defender o rendimento mínimo garantido?

O Orador — Isto é verdade, Sr.^a Deputada!

Entendamo-nos! O que eu quis sublinhar foi que um partido que, logicamente, pode aspirar a ser, um dia, governo, não pode ter um «Ministro-sombra» para as Finanças irresponsável!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para defesa da consideração da bancada, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, a quem também peço que comece por enunciar a matéria que considerou ofensiva

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Sr. Presidente, considerou a minha bancada ofensiva, além das expressões «demagógico» e «populista», a intenção que lhe foi imputada de querer acabar com o rendimento mínimo garantido

Vozes do PS — Oh!

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, poderá prosseguir a defesa da consideração da bancada, mas peço-lhe desculpa por considerar que, se isso é ofensivo, então todos estão a ofender-se de minuto a minuto neste Plenário e nós nunca mais temos outra figura que não seja a da defesa da honra ou da consideração

Peço-vos o favor de não exercerem sem necessidade absoluta a defesa da honra. O Sr. Deputado não foi desonrado,

Risos.

... não foi ofendido. A sua honra e a do seu partido estão acima dessas pequenas picardias que são perfeitamente comportáveis pela vivacidade do debate parlamentar, que, aliás, se quer vivo e não morto, Sr. Deputado

Faça favor de usar da palavra, Sr. Deputado

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Sr. Presidente, não terei sido eu mas terá sido o meu partido. Se é verdade que todos, em determinadas circunstâncias, usam excessos de linguagem e linguagem ofensiva no debate parlamentar, não deixa também de ser verdade que, certamente, há uns que usam mais do que outros e que, nessa matéria, são mais ofensivos do que outros. Ora, essa tem sido, infelizmente, prática recorrente do Deputado que usou da palavra.

Vozes do CDS-PP e do PSD — Muito bem!

O Orador — Creio que, na política, a honestidade intelectual e a ética têm que existir e essa ética diz-nos que não se podem, em política, atribuir aos outros partidos intenções que nunca existiram e falsear totalmente aquilo que os outros partidos fizeram

Vozes do CDS-PP e do PSD — Muito bem!

O Orador — Sr. Deputado Manuel dos Santos, V Ex^a disse aqui que o CDS-PP, além de ser demagógico e populista, queria acabar com o rendimento mínimo garantido

Vozes do PS: — É verdade!

O Orador — Lembro ao Sr Deputado que quem fez um relatório desastroso sobre o rendimento mínimo garantido não fomos nós, mas essa nova «força de bloqueio» que os senhores descobriram que é o Tribunal de Contas, entidade, aliás, que os senhores se recusaram a ouvir aqui Quando apresentámos uma proposta para acabar com a fraude,

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Para acabar com a fraude!

O Orador — . para melhorar o sistema, para serem exigentes com o seu cumprimento e para salvar o rendimento mínimo garantido, dando-lhe mais credibilidade, os senhores recusaram essa discussão

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — É verdade!

O Orador — Por um lado, somos demagógicos, populistas e alarmistas.

O Sr José Junqueiro (PS) — E irresponsáveis!

O Orador. — . como dizem que somos em relação à segurança, por outro, quando temos propostas, os senhores recusam-se a discuti-las e recusam-se a ouvir essas mesmas propostas Foi exactamente o que se passou com a questão da segurança, em que durante meses a fio nos chamaram alarmistas, para, depois, o Governo acabar por reagir e fazer aquilo que é, não será reaccionário, mas é, certamente, reactivo, já que acaba sempre por agir atrás dos acontecimentos Foi isso que fizeram na questão da segurança, foi isso que fizeram com o rendimento mínimo!

Termino dizendo o seguinte, Sr Deputado o que o incomoda é que esta oposição de iniciativa que somos e queremos ser tem cada vez mais a confiança de mais portugueses! É isso que o incomoda e é isso que justifica o seu tom insultuoso!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente. — Agradeço também, Srs Deputados, que de futuro, quando defenderem a honra, se circunscrevam à matéria ofensiva, não aproveitando a oportunidade para fazer verdadeiras intervenções

Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos, a quem peço que se circunscreva à matéria que foi considerada ofensiva

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, penso que terei exactamente o mesmo tratamento da Mesa que o Sr. Deputado acabou de ter!

O Sr. Presidente: — Sr Deputado, quando há, segundo o entendimento da Mesa, um abuso, esse abuso não faz lei e não faz regra. Não me podem pedir igualdade de tratamento nesses casos!

Faça favor de prosseguir, Sr Deputado

O Orador: — Sr Presidente, reafirmo que o PP, num debate recente que houve sobre o rendimento mínimo garantido, apresentou aqui um conjunto de propostas e fez um conjunto de proclamações que, na prática, tinham por consequência o fim do rendimento mínimo garantido

O Sr José Junqueiro (PS) — Tal e qual!

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Para acabar com a fraude!

O Orador — De resto, para não haver qualquer confusão ou dúvida, até o nome era alterado.

Mas o que está aqui em causa não é isso, Sr Presidente O que está aqui em causa é uma concepção demagógica e populista do líder do PP, que foi bem clara nesse debate e que aproveitei para denunciar nesta oportunidade O PP chegou, inclusivamente, como o Sr Presidente se recordará, se esteve nesse debate, como julgo que esteve, a propor a substituição da prestação pecuniária pela atribuição de vales, que mais não eram do que esmolas dadas aos portugueses desfavorecidos, o que implica, naturalmente, um conceito ideológico do qual nos afastamos totalmente.

O que nos divide, Srs Deputados do CDS-PP, e ainda bem que assim é, é que nós queremos um rendimento mínimo garantido como instrumento de inserção na sociedade, enquanto que os senhores querem o equivalente ao rendimento mínimo garantido como esmolas dadas a pobres que querem manter, para poder fazer a vossa caridade demagógica e populista

O Sr José Junqueiro (PS) — Exactamente!

O Orador — Ora, nós, Srs. Deputados, temos uma política que não se esgota apenas no rendimento mínimo garantido Os senhores conhecem a evolução da pensão mínima do regime geral da segurança social, os senhores conhecem a evolução da pensão do regime social, ..

O Sr. Presidente — Sr Deputado, já está para lá da matéria que foi enunciada Agradeço que termine

O Orador. — Vou terminar imediatamente, Sr. Presidente Mas penso que o que estou a dizer tem que ver com o que eu afirmei, porque as considerações que produzi se relacionam com o enfoque global sobre política social que o CDS-PP costuma trazer a esta Casa

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Durão Barroso.

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Sr. e Srs Deputados Os portugueses já não acreditam neste Governo

O SR. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Isso é verdade!

O Orador. — A verdade é que, hoje, os portugueses não sabem para onde vão.

O País vive uma situação preocupante, evidente no plano económico, que atinge o conjunto da sociedade e envenena a própria autoridade do Estado.

Portugal é, hoje, um país socialmente injusto, regionalmente desequilibrado, administrativamente desorganizado, politicamente desgovernado, economicamente endividado e moralmente desanimado.

Aplausos do PSD

O deficit externo subiu, no primeiro trimestre deste ano, 65% relativamente ao mesmo período de 1999

A manter-se este rumo, chegaremos ao final do ano com o pior resultado de sempre da economia portuguesa, superior mesmo aos registados na década de 70, quando o País se viu forçado a mendigar o auxílio do FMI

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Se não fizéssemos parte do euro, o escudo já teria sofrido uma enorme desvalorização e as taxas de juro teriam subido muito mais

A este propósito, não posso deixar de protestar contra a desonestade intelectual do Sr. Primeiro-Ministro quando, na sua intervenção inicial, pretendeu atribuir ao PSD, primeiro partido em Portugal a lutar pelo euro, vontade de abandonar a moeda única

O Sr Primeiro-Ministro sabe muito bem que aquilo que foi dito por um alto responsável do meu partido — com quem V. Ex.^a, Sr Primeiro-Ministro, deveria aprender alguma coisa de Finanças,

Protestos do PS

Aplausos do PSD.

... assim evitando os erros de previsão quando, há algum tempo atrás, disse que não haveria mais aumento de taxas de juro durante este ano e se sujeitou, depois, à ridícula posição de vir criticar, sem qualquer consequência, o Banco Central Europeu —, aquilo que foi dito por um alto responsável do meu partido, repito, foi que, a continuar esta política irresponsável e despesista do actual Governo, essa hipótese poderia vir a colocar-se

Mas o PSD e todos os seus responsáveis políticos não têm dúvidas de que devemos manter-nos no euro. Temos, sim, dúvidas de que este Governo seja capaz de conduzir Portugal no contexto europeu.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Os problemas de competitividade agravam-se, como demonstra o crescente desinteresse dos investidores estrangeiros.

Este ano, de acordo com o Banco de Portugal, é muito provável que não venhamos a crescer acima da média da União Europeia, e de certeza que cresceremos menos que os nossos mais directos competidores. Para o próximo ano, as perspectivas são ainda mais pessimistas

A este ritmo, os estudos que dão a Portugal um atraso de 50 anos relativamente à média europeia correm o risco de pecar por defeito

O Governo tem um Orçamento que não cumpre e em que já ninguém acredita. O Governo, apesar de todos os artifícios a que recorre, não consegue já esconder o retrato real da nossa economia. O próprio modelo que tem vindo a ser seguido, baseado no improviso, no consumismo e no despesismo, esgotou-se. Esgotou-se um modelo em que o Governo encorajou o endividamento público e privado. Um modelo baseado no excessivo estímulo da procura, que está a provocar situações dramáticas na economia e na vida de muita gente. Um modelo que põe em risco o património do Estado e que desequilibra gravemente as finanças públicas. Um modelo que exige mais áqueles que trabalham a favor daqueles que, podendo, não querem trabalhar.

O Sr Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador — Um modelo incapaz de resolver os problemas da nossa economia

Por isso, a situação, hoje, é verdadeiramente de profunda crise estrutural. Crise na indústria, no comércio, nos serviços. Crise gravíssima na agricultura. Crise que afecta todos os sectores produtivos e nos relega para a posição de «lanterna vermelha» da Europa

Estamos hoje cada vez mais em rota de divergência com a União Europeia. E não se regista também convergência social, pois os portugueses continuam a ter condições de vida muito abaixo da generalidade dos países europeus

De acordo com estudos da OCDE, cerca de 80% da população adulta apresenta níveis de literacia escrita baixos ou muito baixos. Temos índices de abandono escolar que a Comissão Europeia classifica como «alarmantes» e que atingem os 40%, após o 9º ano de escolaridade. Só 55% dos jovens em Portugal concluem o ensino secundário — a taxa mais baixa da Europa comunitária

O Sr António Capucho (PSD): — É verdade!

O Orador. — No campo da saúde, a situação agravou-se, apesar do aumento dos recursos financeiros. Enquanto o Ministério da Saúde continua, segundo o Tribunal de Contas, campeão das ilegalidades, o sistema degrada-se.

O deficiente atendimento aos doentes é uma constante, a insatisfação dos profissionais aumenta, as urgências hospitalares rebentam pelas costuras, os cuidados primários não funcionam, os centros de saúde não têm meios, o desperdício de medicamentos prossegue, a gravidez na adolescência bate todos os recordes, regressam doenças que se pensava já controladas — como a tuberculose — e cresce assustadoramente o número de casos de SIDA.

Também de acordo com estudos internacionais, os portugueses são os nacionais da União Europeia que pior nível de saúde têm e os que, comparativamente, mais pagam por ela.

O alcoolismo juvenil arruina vidas e destrói famílias. O seu consumo entre os menores de 18 anos disparou. A primeira ingestão de bebidas alcoólicas faz-se cada vez mais cedo e está, em muitos casos, associada à indisciplina e violência nas escolas.

Mas há cerca de um mês, quando trouxe pela primeira vez, aqui, este problema — uma questão séria —, as minhas palavras foram objecto de escárnio por parte de alguns Deputados, dando bem a medida da irresponsabilidade do Governo e do partido que o apoia

Aplausos do PSD

Grave também é a situação do País em matéria de insegurança. Em 1999, a criminalidade geral aumentou em 6%, sendo que a criminalidade violenta contra as pessoas subiu 19%, os crimes ligados ao tráfico de droga 16%, os roubos por estupro 24% e os assaltos a bombas de gasolina 53%.

Todos se lembram como o Engº Guterres, então na oposição, se manifestava preocupado com a criminalidade a propósito de alguns pequenos furtos. Mas o Primeiro-Ministro António Guterres é, hoje, uma pessoa diferente, pois não ouvimos dele uma só palavra a propósito da violência de gangs organizados e do aumento da criminalidade.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS

É justamente quando a insegurança aumenta deste modo que o Governo dá um sinal completamente errado ao propor a facilitação do consumo de drogas, procurando fazê-lo de forma expedita, evitando a manifestação da vontade popular sobre essa legislação.

Aplausos do PSD.

Em 1995, a droga era, para o Engº Guterres, o «inimigo público n.º 1». Em 2000, o Primeiro-Ministro Guterres acaba de assinar a sua declaração de rendição, quando aqui apresenta uma proposta que se traduz, objectivamente, na facilitação do consumo.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Uma vergonha!

Aplausos do PSD

O Orador: — O PSD reitera a sua posição de que esta é uma matéria típica de referendo

Se os cidadãos servem para eleger os responsáveis políticos, se os portugueses servem para eleger o Primeiro-Ministro e cada um de nós, por maioria de razão, os portugueses devem poder tomar decisões numa questão como esta tão séria e de tão graves consequências para eles e para as suas famílias

Quem tem medo do voto popular, quem tem medo da livre expressão da vontade popular numa questão tão séria como esta, a da droga?

Aplausos do PSD.

Estes poucos exemplos dão bem conta da falta de rumo em que vivemos

A verdade é que, hoje, os portugueses não sabem para onde vão. De todo o lado chegam sinais de que Portugal não vai no bom caminho. Sinais de uma profunda crise de valores da crise das famílias e da escola até à crise mais geral dos comportamentos, que se traduz na generalizada recusa de padrões éticos

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP). — Apoiado!

O Orador. — Ora, o Estado e o Governo têm aqui uma responsabilidade especial, porque também se assiste, no plano público, a uma profunda degradação das atitudes. Em vez de uma cultura de serviço e de exigência, o Governo optou pela lógica do «vale tudo». O Governo transformou-se em desgoverno. Embalado pela sua política de facilidades, quis fazer crer que tudo era possível. E quando tudo é possível, nada vale a pena

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

O Orador. — Os jovens, ao entrarem em contacto com as instituições sociais, como é o caso da escola, percebem imediatamente que o Estado não funciona, que a desorganização, a incúria e a incompetência são a regra, que as normas têm um valor muito relativo, que o mérito não compensa, que o trabalho, o esforço e a disciplina estão muito em baixo na bolsa de valores sociais

Por outro lado, nos últimos anos, o País tornou-se socialmente mais injusto. Alguns ganharam muito, é certo, aqueles que souberam tirar partido de um Governo que se mostrou sempre mais fraco perante os mais fortes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador. — Ganharam e ganham muito os que praticam a evasão fiscal desenfreada. E só ao fim de cinco anos é que o Governo vem propor medidas contra a evasão fiscal, mas tratam-se de medidas que procuram fazer divergir a atenção em relação ao despesismo do Estado e ao despesismo praticado por este Governo.

Aplausos do PSD.

Mas a classe média e os trabalhadores por conta de outrem pagam a factura e olham para o futuro com apreensão, porque já entenderam que o Partido Socialista agravou os vícios do Estado e difundiu na sociedade uma lógica de indiferença, de oportunismo e de falha de solidariedade.

Protestos do PS.

Torna-se evidente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o País precisa de mudar de rumo, carece de uma outra política, e é essa alternativa que propomos.

Protestos do PS

Uma alternativa que rejeite, nos seus pressupostos, instrumentos e objectivos, o estilo de governação socialista. Uma alternativa reformadora, solidária e de verdadeira mudança. Uma alternativa com uma visão radicalmente diferente do exercício do poder

O Sr. António Capucho (PSD). — Muito bem!

O Orador. — Há que mudar completamente de modelo político-económico de governação, com uma outra concepção da relação entre Estado e sociedade. Um Estado menos interventor e prestador. Mas um Estado verdadeiramente garante, regulador e fiscalizador.

O nosso modelo assenta, no que respeita à hierarquia das prioridades no primado dos valores, na qualidade e na prossecução da excelência no que diz respeito aos objectivos; numa política financeira de rigor baseada num Orçamento do Estado equilibrado, no corte radical de todos os desperdícios, e no combate, sem tréguas, ao sector parasitário do Estado e ao clientelismo partidário fomentado pelo Partido Socialista no governo da Nação.

Aplausos do PSD

Somos por uma verdadeira reforma fiscal dirigida por preocupações de equidade, assente no alargamento da base tributária que combata a evasão fiscal, de modo a que ..

Vozes do PS — Muito inovador!!

O Orador. — Sr Presidente, espero que me sejam descontadas as interrupções.

Risos do PS

O Sr. Presidente. — Sr Deputado, nunca se faz esse «desconto». Mas, como sabe, está a ser ouvido com relativo silêncio, comparado com aquele com que foi ouvido o Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do PS.

No entanto, há uma coisa que peço aos Srs. Deputados não entrem no «campeonato» de quem faz mais barulho, não entrem nessa «competição»

Faça favor de continuar, Sr Deputado Durão Barroso

O Orador: — Como estava a dizer, somos por uma verdadeira reforma fiscal dirigida por preocupações de equidade, assente no alargamento da base tributária que combata a evasão fiscal, de modo a que todo o aumento de receitas seja canalizado para a redução dos impostos que recaem sobre os trabalhadores por conta de outrem e para a diminuição das contribuições que pesam sobre as empresas

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Daqui pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro: aceita o princípio da consignação? Aceita o princípio segundo o qual qualquer ganho obtido com as receitas provindas dos impostos daqueles que pagam de menos vá para a redução dos impostos daqueles que pagam de mais? Esse é um ponto essencial para a nossa posição em termos de reforma fiscal.

Aplausos do PSD.

Somos também por uma verdadeira reforma da segurança social e não por mais encenações. Não nos revemos na reforma que ainda ontem, no grupo de trabalho a funcionar nesta Assembleia, o Governo propôs, aderindo às teses mais estatizantes, inviabilizando assim qualquer hipótese de acordo com o PSD. Por este caminho, Sr. Primeiro-Ministro, nós não vamos. Não conte connosco!

E se julga que a condição para ter o nosso apoio é o Governo avançar com a proposta, por nós feita, de aumento das pensões mínimas para 40 contos — como, de resto, propusemos durante a campanha eleitoral e na altura VV. Ex.º diziam que era uma proposta demagógica —, nós dizemos, aumentem a pensão mínima para 40 contos, porque é de justiça, mas não contem connosco para viabilizar uma pretensa reforma da segurança social que mais não é do que mais uma cedência ao Partido Comunista, como aquelas que se preparam para fazer também em matéria de reforma fiscal.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Essa é que é a verdade daquilo que se está a passar hoje nesta Assembleia, com o Governo definitivamente a virar à esquerda

Aplausos do PSD.

Para nós, a sociedade tem primazia sobre o Estado. O que importa são as pessoas e não os sistemas públicos caducos. O que importa é a iniciativa e a capacidade de assumir riscos. O que importa é o reconhecimento da autonomia das instituições da sociedade, muito em especial da família.

A família, cuja protecção e valorização é uma das principais prioridades do PSD, como o demonstra a iniciativa «Via verde para a família». Uma prioridade que terá sequência na próxima sessão legislativa, com a apresentação de um projecto de lei de bases da família, consagrando um conjunto de medidas nos planos fiscal, social, da educação e da saúde e, neste quadro, promover a compatibilização entre vida

familiar e ocupação profissional, bem como uma real igualdade de oportunidades entre homem e mulher

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O nosso modelo de governação vai preparar Portugal para os desafios da realidade internacional. Não vai limitar-se à mediocridade e tacanhez do costume e definirá, para o País, objectivos estratégicos nacionais

Sr. Presidente, Sr Primeiro Ministro, Sr.º e Srs. Deputados: É possível fazer diferente e fazer melhor, muito melhor, do que este Governo. A título de exemplo, porque não há mais tempo, peguemos em duas sucessivas paixões do Primeiro-Ministro, a educação e a saúde, e vejamos como será diferente a governação do PSD.

Em matéria de educação, precisamos de regressar a uma escola assente no respeito por valores, como o trabalho, a disciplina, a exigência, o rigor e a competência

Aplausos do PSD.

Protestos do PS

É extraordinário, de facto, Srs Deputados do Partido Socialista, como é que as palavras trabalho, disciplina, exigência, rigor e competência vos causam tanto desconforto! É o facilitismo dos socialistas!

Aplausos do PSD

Protestos do PS.

Não há dúvida que as palavras têm um peso e remetem não apenas para significados mas para realidades que, às vezes, é difícil serem assumidas

Temos de substituir a retórica tecnocrática pelo discurso da qualidade, valorizar e fazer respeitar o estatuto do professor e impor a lógica da avaliação das instituições, dos docentes, dos funcionários e dos alunos

Somos por uma educação que concretize a igualdade de oportunidades, dando a todos a liberdade de escolha entre o ensino público e o privado, por uma educação baseada nos valores da civilização europeia e do humanismo cristão, que reforce o patriotismo, que incentive o orgulho na história e na cultura portuguesa,..

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador — ... que saiba valorizar a nossa língua, que sublinhe a importância da igualdade entre homens e mulheres, que suscite o respeito pelo ambiente, que difunda os ideais democráticos, a cidadania e a protecção dos direitos humanos e que combata qualquer tipo de discriminação, nomeadamente de tipo racista ou xenófobo

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador. — Somos, pois, por uma educação de valores.

Aplausos do PSD.

Somos também por uma educação que combata, através de um programa nacional de emergência, o atraso que se regista na aprendizagem da matemática e das ciências, por

uma educação que aposte, como verdadeira prioridade, na sociedade de informação, disponibilizando computadores a todos os professores do ensino básico e secundário

Risos do PS.

O Sr Presidente — Srs Deputados, agradeço, uma vez mais, que façam silêncio.

O Orador. — e equipando as escolas de forma a atingir o deseável *ratio* de um computador por cada três alunos.

Mas há uma diferença entre a nossa política em termos de equipamento e a política do Partido Socialista: .

Vozes do PS — Ah!

O Orador — .. é que, para nós, o equipamento é o resultado, a consequência, e para o PS o equipamento é a solução mágica, quando se esquecem do nível baixíssimo de educação, do nível baixíssimo de literacia, nomeadamente em matéria de matemática e dos rudimentares conhecimentos científicos necessários a uma sociedade de informação

Aplausos do PSD

Somos por uma educação aberta ao mundo, que prepare os estudantes para os desafios da globalização, introduzindo a obrigatoriedade do ensino de uma língua estrangeira, nomeadamente o inglês, logo a partir do ensino básico

Somos por uma educação que valorize o papel da escola, o que implica a separação clara das vertentes administrativa e pedagógica e a aprovação de nova legislação que estabeleça formas profissionalizadas de gestão dos estabelecimentos de ensino

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Tem de acabar a confusão, a irresponsabilidade e a anarquia nas nossas escolas!

Aplausos do PSD

Somos por uma educação de responsabilidade, que não confunda a autonomia das instituições escolares, sobretudo as universitárias, com independência e que não veja naquela autonomia a forma de o Estado se demitir das funções que só a ele devem caber

Somos também por uma educação que não esqueça as necessidades particulares dos deficientes e que aumente o número de professores e de escolas de educação especial

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador: — Em matéria de saúde, Sr Presidente e Srs Deputados, a realidade tem-se tristemente encarregado de demonstrar que mais recursos não significam melhores cuidados para os doentes

Também aqui defendemos uma concepção diversa queremos um Estado mais garante, mais fiscalizador, e menos um Estado prestador Porque se ninguém deve ficar por tratar por não ter recursos, ninguém deverá, igualmente, ficar por tratar, como hoje sucede, por não ter acesso, em tempo útil, ao serviço de que necessita

De que é que serve falar na intocabilidade do serviço público ou do sistema público de saúde quando os mais pobres, os que têm menos recursos, são precisamente aqueles que ficam à porta desse sistema público e não conseguem entrar em tempo útil, não conseguem as consultas nem as intervenções cirúrgicas de que necessitam?!

Aplausos do PSD

Protestos do PS

Queremos, por isso, uma nova política que, em vez da mutificação do Serviço Nacional de Saúde, proporcione, isso sim, saúde aos utentes, e a liberdade de escolha entre os sectores público e privado, sem qualquer perda de direitos para o utente, uma política que tenha como principal prioridade tornar acessíveis os cuidados de saúde primários, uma política que humanize a relação entre o médico e o doente, que possibilite a livre escolha do médico de família, que permita o acesso a uma rede local de médicos de família 24 horas por dia, porque as doenças não se compadecem com horários administrativos

Queremos uma política que promova uma gestão profissionalizada e, se necessário, uma gestão privada, dos hospitais públicos, uma política descentralizada que desburocratize os serviços de saúde e que seja guiada por princípios de racionalização, de autonomia e de responsabilização, uma política que ponha em primeiro lugar a qualidade de vida dos doentes e acabe, de uma vez por todas, com as listas de espera das consultas e das cirurgias; ..

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — uma política que utilize os recursos privados e sociais que existem no nosso país e que o Governo não usa por preconceito ideológico, uma política que dê prioridade à formação e que acabe com o absurdo da invasão dos hospitais por médicos e enfermeiros estrangeiros enquanto os nossos jovens são obrigados a procurar lá fora os cursos que aqui lhe são negados; .

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — uma política que controle o aumento dos custos dos medicamentos, criando todas as condições para desenvolver o mercado dos genéricos, e que adote um novo modo de definição das comparticipações, tendo em conta a natureza da patologia, mas também o rendimento do beneficiário

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Sr Presidente, Sr " e Srs Deputados: Ao analisar o estado da Nação não podemos ignorar o estado do próprio Estado Não podemos ignorar, também, a forma de estar no Estado do Partido Socialista E ai quero dizer-vos que essa será, talvez, a primeira e mais fundamental diferença quando formarmos o nosso governo A diferença de atitude será total Nós não estamos no Estado como vocês, que são o Estado, a nossa visão é diferente, a nossa cultura política é diferente e a nossa moral pública é totalmente diferente também

Aplausos do PSD

Protestos do PS

O actual estado do próprio Estado suscita-nos as maiores preocupações.

A modernização do País passa por uma profunda reforma das estruturas e dos procedimentos administrativos, de modo a permitir acompanhar as exigências do mundo moderno e a satisfazer as necessidades das pessoas e das empresas. Nada disto foi feito!

Perante a dimensão do problema que é a reforma do Estado e da administração, o actual Governo adoptou, uma vez mais, a política dos expedientes em vez de enfrentar o problema, procura atalhos, caminhos oblíquos e soluções de recurso que degradam a noção de serviço público.

Incapaz de reformar a Administração Pública, o Executivo não hesita em ocupá-la, para daí retirar vantagens para o Partido Socialista.

Vozes do PSD — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador: — E aí está a intenção de criar comissários regionais, forma íntia de pôr em prática a regionalização, que o povo não quis, e de colocar funcionários políticos a distribuir os recursos comunitários.

Aplausos do PSD

Aí está a multiplicação de novos institutos, dando azo a cada vez mais práticas de desorçamentação e desenvolvendo sempre as teias clientelares do Partido Socialista, aí está o caso do Programa Polis, exemplo acabado do centralismo do Estado e da discricionariedade do Governo, que permite atribuir, sem concurso, vultuosas verbas às câmaras socialistas, sobretudo àquelas que estão em risco de perder nas próximas eleições.

Aplausos do PSD

Protestos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio. Mais uma vez, peço que deixem ouvir em condições normais quem está no uso da palavra.

Faça favor de continuar, Sr Deputado.

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados A verdade é que, hoje, os portugueses não sabem para onde vão. O País já não acredita neste Governo mas tem de continuar a acreditar em si mesmo.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador: — Por mim, acredito num Portugal que se mobiliza por causas nacionais, acredito num País capaz de estar nos primeiros lugares da Europa.

Contudo, não o construirá com um Primeiro-Ministro ávido do prestígio fútil, que resulta de fazer suas as prioridades dos outros ..

Protestos do PS

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dá-me impressão que é inútil pedir-vos que façam silêncio. Aqueles que fazem barulho serão castigados quando alguém do seu grupo parlamentar usar da palavra, porque os outros grupos

parlamentares procederão da mesma maneira. Peço desculpa mas têm de assumir esta realidade: ou deixam ouvir quem fala ou não serão ouvidos em qualquer circunstância!

Faça favor de continuar, Sr Deputado

O Orador — Não é o prestígio fútil de agradar aos mais poderosos

Sr Primeiro-Ministro, por que é que V. Ex.^a veio aqui, ufano, apresentar medidas que, na prática, se vão voltar contra a Região Autónoma da Madeira e durante a presidência portuguesa nada fez para acabar com os privilégios fiscais que existem em tantos regimes especiais da União Europeia, nomeadamente na Irlanda? Por que é que V. Ex.^a se volta contra a Região Autónoma da Madeira?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O prestígio de Portugal constrói-se se Portugal se fizer respeitar na Europa e no Mundo. E Portugal construirá esse respeito se tiver um melhor nível de vida, uma economia mais sólida, maior justiça social, infra-estruturas modernas, um ambiente mais limpo e saudável, transportes colectivos pontuais, serviços públicos eficientes, mais segurança de pessoas e bens e acesso generalizado à cultura.

Este é o meu projecto para Portugal. Um país desenvolvido e civilizado, um Estado decente e organizado, uma sociedade feita de homens e mulheres livres, com espírito de iniciativa e solidariedade.

Acredito num País capaz de se aproximar rapidamente dos padrões de vida europeus, em vez de continuar a perder terreno face aos seus parceiros. Mas, para isso, é necessário reformar o Estado, alterar as políticas, mudar de governação, porque, de facto, os portugueses já não acreditam neste Governo.

Também eu não acredito na sua política, Sr Primeiro-Ministro! Não acredito nos seus discursos, nos seus ministros e nas suas promessas...

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — ... mas acredito cada vez mais em Portugal e nos portugueses!

Para além da manipulação política e do ruido mediático, há um País que trabalha, que realiza e que faz coisas extraordinárias. É nesse País que acredito! É nesse País que o PSD acredita! É por esse País que estamos a trabalhar!

Aplausos do PSD, de pé

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Durão Barroso, inscreveram-se os Srs. Deputados Francisco de Assis, José Junqueiro e Carlos Zorrinho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Durão Barroso, uma vez mais voltou aqui a fazer o discurso catastrofista e depressivo que tem caracterizado, invariavelmente, as suas intervenções,...

Protestos do PSD.

... nesta Assembleia da República. Em relação ao presente, a catástrofe; em relação ao futuro, a retórica abstracta, sem nada de concreto, e, pelo meio, um conjunto de calúnias, de insídias e de insinuações que são

totalmente inaceitáveis vindas do líder do maior partido da oposição!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — Sr. Deputado Durão Barroso, não chega vir aqui, ao Parlamento, insinuar que o Governo e o Partido Socialista usam o Estado e a Administração Pública para promover o clientelismo partidário.

Vozes do PSD — É verdade!

O Orador — É preciso provar! Traga factos concretos, prove as acusações que faz, Sr. Deputado Durão Barroso! O Sr. Deputado passa a vida a fazer insinuações gravíssimas que atentam contra a dignidade do Governo e do Partido Socialista. Sr. Deputado, não chega vir aqui fazer considerações sobre a iliteracia, sobre os problemas que ainda subsistem nesse domínio! O PSD governou a educação, em Portugal, entre 1979 e 1995 e vem agora o Sr. Deputado Durão Barroso fazer uma apologia retórica e puramente abstracta daquilo que, precisamente, o PSD, no governo, não foi capaz de fazer, contrariamente à acção do actual Executivo!

O Sr. Deputado fala de disciplina, de rigor, de competência e de exigência nas escolas portuguesas, mas foi este Governo, presidido pelo Engº António Guterres, quem reintroduziu os exames nas escolas portuguesas, que VV Ex.^a, precisamente, tinham abolido!

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado Durão Barroso passa a vida, em abstracto, a fazer a apologia da necessidade, plagiando, até, alguns aspectos. Aliás, o seu discurso, no que teve de mais interessante, não foi original, quase reproduziu as linhas orientadoras da acção do Governo, com a agravante de que o Sr. Deputado concorda sempre, em abstracto, com as intenções reformistas mas, depois, quando uma reforma, por mais pequena que ela seja, é apresentada ao País, aí está o PSD a boicotar precisamente essa reforma, aí está o PSD a contrariar precisamente essa reforma!

Aplausos do PS.

Ainda agora, Sr. Deputado, quando o Sr. Primeiro-Ministro acabou de anunciar à Assembleia e ao País a intenção ..

Vozes do PSD — É isso, a intenção!

O Orador: — de avançar com um conjunto de medidas — algumas já tomadas e outras em via de serem — na perspectiva de combater mais eficazmente a fraude e a evasão fiscais e de introduzir maior rigor e maior justiça no sistema fiscal, a única coisa que o Sr. Deputado vem fazer é contrariar uma orientação do Governo, que visa, no essencial, pôr em causa justamente a fraude e a evasão fiscais no nosso País! Aí está a demonstração, Sr. Deputado Durão Barroso, de como tudo é uma retórica no seu discurso. Não tem uma visão, ..

O Sr Presidente. — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado. Faça o favor de terminar.

O Orador — Terminei já, Sr. Presidente.

Protestos do PSD

O Sr. Deputado dirá que digo sempre o mesmo em relação a si. é que V. Ex.^a não é capaz de surpreender o País com uma única ideia, um único projecto mobilizador de Portugal!

Aplausos do PS.

O Sr Presidente: — Para responder já, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso.

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, prefiro acumular os pedidos de esclarecimento e responder em conjunto.

O Sr Presidente: — Então, também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro

O Sr José Junqueiro (PS). — Sr Presidente, Sr. Deputado Durão Barroso, ouvimos aqui um discurso feito de «genéricos» por parte do líder do PSD, o que confirma a linha do PSD, que é uma linha de «genéricos» sem, de facto, qualquer proposta concreta.

Por outro lado, teve o Sr. Deputado Durão Barroso o condão de, com grande arrogância, querer voltar a chamar aqui quatro anos de Governo do PS fazendo de conta que o voto que deu 115 Deputados ao Partido Socialista foi um engano dos portugueses

Protestos do PSD

O Orador. — e que isso não é o resultado de uma acção do Governo consequentemente valorizada

Depois, fala aqui em segurança Queria perguntar-lhe o seguinte, mas não foi o governo de V. Ex.^a que deixou mais de 5000 lugares vagos nas forças de segurança, na PSP e na GNR? E não é este Governo que tem preenchido a globalidade desses lugares?

Fala VV Ex.^a em educação e em vez de, em matéria de educação, lembrar que hoje, em vez de 40%, são 80% aqueles que têm acesso ao ensino superior, veio propor uma nova forma de educação nas escolas, que é a reintrodução não da afectividade mas da canada e da reguada, num exercício de autoritarismo

Aplausos do PS

Por outro lado, Sr. Deputado, gostaria de dizer-lhe o seguinte. na saúde, tentou traçar um quadro catastrofista mas não se lembrou de falar dos 175 centros de saúde e dos oito hospitais construídos em 4 anos, contra 45 no tempo em que V. Ex.^a era governo

Protestos do PSD

Mas, Sr. Deputado, em matéria de segurança, também temos de referir o emprego, porque este é uma das melhores e mais nobres formas de segurança e quem preparou e fez os despedimentos na função pública foi V. Ex.^a e o governo de V. Ex.^a e quem acabou com esse clima foi o Governo do Partido Socialista e do Engº António Guterres Aliás, a suprema capacidade de gestão e de rigor de V. Ex.^a vê-se, por exemplo, no oásis que sempre propalaram e que acabou, ..

Vozes do PSD — Sim, o oásis acabou!

O Orador: —... contrariamente a 41 meses de descida do desemprego connosco, contra cerca de meio milhão de desempregados no tempo em que V. Ex.^a teve responsabilidades governamentais!

Aplausos do PS.

E vem aqui falar em políticas sociais alguém que teve especiais responsabilidades num governo que, no mínimo, nunca cumpriu a Lei de Bases da Segurança Social, arrastando-a para o caos e para o abismo!

Vozes do PSD: — Está a delirar!

O Orador: — Finalmente, para terminar, sabe V. Ex.^a, Sr. Deputado Durão Barroso, .

O Sr. Presidente. — É mesmo para terminar, Sr. Deputado. O seu tempo acabou.

O Orador: — .. em quem é que o povo português não acredita?

Vozes do PSD. — O tempo acabou!

O Orador — O povo português não acredita em si, porque põe no último lugar os políticos com pouca credibilidade!

Aplausos do PS

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não basta que o ruído mude de campo, tal como as equipas de futebol fazem; é preciso é que o ruído acabe e este continua!

Gostava que me ouvissem um bocadinho mais quando vos peço, insistentemente, que deixem ouvir quem está no uso da palavra, seja quem for, necessariamente.

Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. Carlos Zorrinho (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Durão Barroso, V. Ex.^a tentou fazer aqui, contra todas as evidências, em retrato negro do estado da educação, em Portugal. Quero dizer-lhe que não conseguiu. Aquilo que conseguiu fazer, quanto muito, foi um retrato cinzento, não por aquilo que descreveu mas, sim, pela forma como o fez.

E quero dizer-lhe que, ao ouvi-lo, por vezes, tive dúvidas se não havia um erro de referência e se V. Ex.^a não estava a fazer o retrato do estado da educação, em Portugal, em 1995, no final dos 16 anos em que VV. Ex.^{as} tiveram responsabilidades à frente do Ministério da Educação.

Aplausos do PS

É que, em Portugal, em 1995, a taxa de analfabetismo era de 15,3% e, em 1999, é de 10%. Nesse período, a taxa de pré-escolarização, a taxa de escolarização e todos os indicadores relevantes sobre a educação tiveram significativos acréscimos. Cumpriu-se o objectivo essencial, o objectivo programático de acrescer em 1% a despesa pública, o PIB, afecta à educação e, assim, temos hoje, no sistema educativo, um esforço superior à média da OCDE.

Em Portugal, nem tudo é bom no sistema educativo, Sr. Deputado, mas há um sinal de esperança fundamental: é que uma criança que tenha nascido em 1995 tem, hoje,

em Portugal, uma esperança expectável de escolaridade superior à média da OCDE, e isso é fundamental para o futuro do nosso País.

Aplausos do PS

Mas o mais importante e o mais relevante, Sr. Deputado, é que no seu discurso não há uma ideia sobre o futuro

Há valores com que todos podemos concordar, há ideias que o Governo já está a implementar, como bem mostrou o meu colga Francisco Assis, mas não há uma ideia sobre o futuro no seu discurso

Dou-lhe um exemplo: debatemos e votámos, anteontem, a Lei de Ordenamento do Ensino Superior e o PSD votou contra tudo, mesmo contra artigos meramente descriptivos. Mas houve um ponto, um voto em alternativa, sobre se o ensino superior deveria ser binário ou único, eram duas propostas essenciais, estratégicas, e o PSD absteve-se! Não sabe o que quer, não tem estratégia, não tem ideias!

Aplausos do PS

Por isso, Sr Deputado, queria dar-lhe mais uma oportunidade para poder participar no esforço colectivo pela educação do País, de que todos precisamos

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Essa última parte é verdade!

Aplausos do PS

O Sr Presidente: — Para responder aos três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado Durão Barroso. Como sabe, tem 5 minutos para o efeito.

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados Francisco de Assis, José Junqueiro e Carlos Zorrinho, responderei às questões que me colocaram na globalidade

Em relação à questão dos dados, é sintomático que cada vez que apresentamos dados objectivos — dados, aliás, que constavam não apenas do meu discurso mas de um memorando que distribuímos hoje e que é o resultado de um trabalho amplo feito para este debate sobre o estado da Nação —, os índices que são apresentados pelas organizações internacionais, desde a OCDE ao Fundo Monetário Internacional, à Organização Mundial de Saúde, à Comissão Europeia, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Governo e os Deputados da maioria, não conseguindo, obviamente, negar esses números, respondem com o esforço financeiro feito pelo Governo. Ou seja, o Partido Socialista continua com a ideia de que é «atravessando dinheiro para cima dos problemas» que os resolve

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Isso é uma aldrabice!

O Orador. — Ainda não compreenderam rigorosamente nada! Hoje, a verdade é que o Fundo Monetário Internacional, a OCDE, todas as organizações internacionais respeitáveis, consideram que, em Portugal, os sistemas públicos não produzem em relação ao investimento que é feito pelos contribuintes. Esta é a realidade!

Quanto à questão dos dados que me pediram, por exemplo os de «colonização» partidária, meu Deus, nem todo o tempo de todos os discursos dava para vos fazer a lista das nomeações de carácter partidário!

Aplausos do PSD.

Mas dou-vos apenas um exemplo, que, aliás, se refere a uma situação grave que se vive actualmente a recente nomeação de um ilustre Deputado dessa bancada, ex-Secretário de Estado, para presidente da televisão, da rádio e da agência de notícias públicas, nada mais nada menos!

Aplausos do PSD.

O Orador — É um exemplo da falta de isenção que há no nosso país!

Protestos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, começo a ficar cansado da vossa desobediência Peço-vos desculpa mas já não tenho idade para isso.

O Sr António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador — É por isso que nós, em questões como a revisão da legislação sobre o sigilo bancário, temos de mostrar especial cuidado Não confio num director-geral de contribuições e impostos nomeado por este Governo

Vozes do PSD — Exactamente! Que vergonha!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Com certeza!

O Orador — Que garantias é que o Sr Primeiro-Ministro nos dá de que não vai nomear mais um funcionário político para usar informações confidenciais e perseguir os seus adversários políticos? Que garantias é que os senhores nos dão?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Aplausos do PSD

Protestos do PS

O Orador — Em matéria de sigilo fiscal e de reforma fiscal, apresenta-se agora um princípio com o qual todos concordamos, que é o da verdade nas declarações dos contribuintes Mas, pergunto como é que um Governo que pratica a mentira relativamente às suas despesas, que oculta despesas e que tem um Orçamento que é falso e de mentira, do princípio ao fim, pode exigir verdade nas declarações dos contribuintes?

Aplausos do PSD

Como pode um Governo pregar a qualidade e a exigência quando, em matéria de orçamento, apresenta uma proposta como sendo de rigor, incompreensível, e, algumas semanas depois, anuncia, em relação a essa mesma proposta, cortes que chegam aos 200 milhões de contos? É por isso que aqui é necessário dar o exemplo e é por isso que aquelas observações que eu fiz acerca da cultura de rigor, de exigência, de precisão, de qualidade e de transparéncia vos preocupam, porque são exactamente o contrário de tudo aquilo que VV Ex.^{as} praticam, quer no Governo quer na bancada. Essa é a diferença que separa o PS do nosso partido

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas

O Sr Carlos Carvalhas (PSD) — Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo O Governo conhece a insatisfação crescente, o protesto e a luta em relação às suas políticas de diversas camadas da população e o desencanto e a frustração daqueles que acreditaram nas suas promessas e discursos. E este é um significativo indicador do estado da Nação, que tem infelizmente razões objectivas

O Governo sabe-o, mas em vez de mudar de rumo está convencido que é através do *marketing* político, isto é, através das inaugurações, algumas já inauguradas, através das múltiplas entrevistas e declarações, das fotos de família com os influentes deste mundo, ou até do encosto aos êxitos tidos pela Seleção Nacional de Futebol, que consegue alterar a situação e o estado de espírito dos portugueses. Mas como o povo não vive nem se alimenta de *marketing* político, as graves dificuldades continuam a acompanhar mulheres e mulharem de famílias e sectores sociais

Vozes do PCP — Exactamente!

O Orador — O publicitário francês Seguéla aconselhou o Sr Primeiro-Ministro a ir para férias e voltar em Setembro, quanto mais não seja mudando de visual Não é preciso fazer uma operação plástica, dizia ele, basta arranjar fatos novos, um aspecto diferente e, sobretudo, que se sinta nele a vontade de governar Que é preciso mudar é uma evidência, mas não é de imagem, é de política!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Na verdade, este parece ser, de facto, o Verão do nosso descontentamento Ou será que o Governo não ouve os protestos dos trabalhadores, dos estudantes, dos professores, dos magistrados, dos militares, dos bombeiros, dos guardas florestais, dos reformados? É certo que o Primeiro-Ministro procurou, neste debate, tirar alguns «coelhos da cartola», mas algumas promessas e algumas medidas sobre a reforma fiscal. Mas o que fica é que, no mínimo, se perderam seis meses sem que se tenha feito a principal reforma estrutural, a reforma fiscal, que é fundamental para o êxito de outras reformas como a do ensino, a da segurança social ou a da eficácia do Serviço Nacional de Saúde

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — A verdade é que o Governo, não querendo enfrentar os grandes interesses, tudo fez para protelar esta reforma fiscal. Hoje, mesmo no anúncio aqui feito, nada nos foi dito sobre o IRC, isto é, sobre o imposto sobre os bancos. E, pelo que apresentou, bem poderia ter tomado por base a proposta do PCP; se o tivesse feito, a reforma fiscal já estaria realizada

Vozes do PCP — Exactamente!

O Orador — Aliás, o Governo sabe que as nossas propostas são justas e são positivas, como positivas foram as que fizeram vencimento no anterior Orçamento, razão pela qual, hoje, muitos portugueses — trabalhadores, professores, jornalistas — estão a receber significativos reembolsos do IRS

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador. — Mas o estado da Nação é também o estado da economia, e na versão «oásis» do Governo parece que tudo vai bem

O Sr. José Junqueiro (PS) — Ninguém falou em oásis!

O Orador — Infelizmente, não é essa a realidade Pelo contrário, a evolução económica recente é preocupante Entre 1997 e 1999, o défice comercial agravou-se de 9,5% para 12,5% do PIB, e no primeiro trimestre do ano corrente a situação deteriorou-se ainda mais, com um agravamento do défice de 50% em valor E se o défice comercial aumenta ao mesmo tempo que se reduz a balança de serviços, é evidente que crescentes parcelas da riqueza criada no nosso país são para pagar ao estrangeiro, não revertendo, por isso, para o aumento do nível de vida e de bem-estar dos portugueses..

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!

O Orador — . e aí temos a chamada convergência real com os restantes países da União Europeia a entrar em derrapagem e os riscos de crise económica a aumentarem.

Em vez de arrepia caminho, o Governo continua a promover políticas que, globalmente, contribuem para agravar a situação: com a política suicida de desnacionalização efectiva de importantes empresas e sectores de actividade, como, por exemplo, está a suceder com a GALP, a EDP e o sector energético, com a política em relação à Lissave e ao sector naval, depois da entrega de dezenas de milhões de contos ao grupo Mello; com o anúncio, para Março de 2001, do encerramento do alto forno da Siderurgia Nacional, eliminando, em Portugal, a possibilidade de transformar minério em aço (não é com forno eléctrico que se faz), com a política irresponsável de redução da taxa bonificada do crédito à habitação no exacto momento em que aumentaram as taxas de juro, agravando os problemas do grau de endividamento das famílias e criando graves situações de aflição e mesmo de solvência a dezenas de milhar de famílias jovens E o que foi aqui afirmado pelo Sr. Primeiro-Ministro hoje não nos tranquiliza Renovo-lhe o desafio reponha a taxa de bonificação para a compra de casa própria! Reponha os 6,5% desde já! Não penalize as famílias por mais seis meses!

Aplausos do PCP e do Deputado do CDS-PP Paulo Portas.

Agrava a situação social com a política salarial assente numa falsa perspectiva da evolução da taxa de inflação, conduzindo ao abrandamento da procura interna e ao agravamento da situação económica do País, e, ainda, com a incapacidade com que o Governo tem vindo a encarar toda a problemática dos combustíveis e do gás e o completo descalabro em que entrou a execução orçamental

A agudização dos desequilíbrios regionais, a não concretização no domínio do ambiente do Plano Nacional da Água e do Ambiente, o voluntarismo em relação a certas medidas, como é o caso da co-incineração, e a grave crise de importantes sectores produtivos, como a agricultura, o agravamento da dependência, do endividamento, dos défices externos e do domínio da economia pelo capital estrangeiro e pelo capital financeiro, mostra que, com esta política, é também o País que não irá, infelizmente, a *penalties*.

No que se refere à educação e ensino, se chegou a haver paixão, esta cegou a acção. No ano lectivo que está agora a terminar, foram crescentes as expressões de mal-estar nas escolas e, novamente, as manifestações de descontentamento e de protesto trouxeram à ribalta política a situação do nosso sistema educativo.

O Governo PS jura que dialoga com os professores, com os alunos e com os encarregados de educação, mas são exactamente estes mesmos interlocutores que denunciam o insucesso escolar, a falta de qualidade e a confusão que reina no sistema educativo — veja-se a revisão curricular do ensino secundário que já ninguém defende e que impede, na prática, o acesso ao ensino superior dos alunos que optarem pelos 14 cursos tecnológicos previstos Como se não fossem já inúmeras as barreiras que os jovens portugueses têm que ultrapassar para entrar num estabelecimento de ensino superior são as provas globais, são os exames, são as elevadíssimas notas para certos cursos, são os *numerus clausus*, são as propinas e, agora, aparece a proposta de um 13º ano. Mais um!

O Governo avançou, neste ano lectivo, com políticas em relação ao ensino básico, secundário e superior que ameaçam desestabilizar todo o sistema de ensino e precipitá-lo numa crise de imprevisíveis proporções É necessário defender e promover uma escola pública de qualidade, melhorar os índices de insucesso escolar — mas não pelo expediente de currículos com menor grau de exigência — e assegurar as saídas profissionais

E o Governo não pode também continuar a ter uma política de avestruz em relação, por exemplo, aos milhares de professores contratados, do pré-escolar ao ensino secundário, sem terem direito a uma carreira e muitos sem direito a subsídio de desemprego, assim como não pode continuar a jogar com a força da inércia para não actualizar as pensões de milhares de professores aposentados, apesar da lei aprovada há mais de um ano nesta Assembleia

Aplausos do PCP

Em relação à saúde, passados que estão 10 meses da proclamação «paixão» do Primeiro-Ministro, esta não se vê, não se sente, não se manifesta. Um grande número de problemas continua sem solução, as listas de espera, a carência de médicos e enfermeiros, a prioridade aos cuidados de saúde primários, o aproveitamento integral dos recursos humanos e materiais existentes no Serviço Nacional de Saúde De resto, no que diz respeito, em particular, à recuperação de listas de espera, ao abrigo do programa de acesso aprovado nesta Assembleia e proposto pelo PCP, é cada vez mais clara a intenção, ao contrário dos discursos, de o fazer, sobretudo, com o recurso ao sector privado e social, esquecendo a prioridade ao aproveitamento da capacidade instalada do Serviço Nacional de Saúde, conforme a lei obriga

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador. — Em relação à política do medicamento, o PCP tem apresentada no Parlamento uma vasta e fundamentada proposta legislativa que, a ser adoptada, está demonstrado que traria evidentes e imediatos benefícios para os utentes e apresentaria também vantagens para o erário público No seu próprio Programa, o Governo avançou igualmente com algumas promessas, mas de concreto nada foi feito até agora.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — As carências actuais e futuras de recursos humanos na área da saúde constitui, reconhecidamente, uma das questões mais graves que se colocam aos serviços públicos. Por iniciativa do PCP, a Assembleia da República aprovou uma resolução que reconhece a necessidade de aumento de formandos nas áreas da saúde e defende a concretização de um plano estratégico com esse objectivo. Reconhecemos que cerca de cinco anos, que é tantos quanto o PS leva de Governo, não teriam sido suficientes para resolver totalmente esta questão, mas o País poderia já estar muito mais adiantado, se tivesse havido efectiva vontade política.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — É necessário reorganizar e valorizar o Serviço Nacional de Saúde e não reduzir o Estado à mera função financiadora. Esta política terá a firme oposição do PCP e encontrará certamente a resistência e o protesto de utentes e profissionais de saúde que condenam uma política destruidora do Serviço Nacional de Saúde.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — E é necessário olhar também com toda a atenção para aspectos específicos no domínio da educação e da saúde, como é o caso da educação sexual. Somos dos países que continua a ter uma das mais altas taxas de gravidezes indesejadas e de gravidezes na adolescência. A lei aprovada há cerca de um ano, a partir de um projecto do PCP, parece ir ser, finalmente, regulamentada, mas o Governo prepara-se para, na regulamentação que se propõe aplicar, deixar de lado dois princípios fundamentais nesta matéria o de que a educação sexual deve estar efectivamente inscrita nos currículos de diversas disciplinas e o de que o Governo assegure a formação dos professores nesta área, tal como está previsto na lei. O Governo não pode continuar a alinhar no consenso hipócrita dos que dizem, nas palavras, querer a educação sexual nas escolas sem que isto se traduza em medidas concretas e eficazes.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador. — Não podemos esquecer, também, que em Portugal o panorama relativo à SIDA é preocupante. Nesta matéria, é fundamental que se reforce a prevenção. É entre os 15 e os 25 anos que mais se contrai a doença e é por isso evidente a necessidade de um grande reforço de informação, bem como a generalização do preservativo, sendo ainda necessário continuar a combater o preconceito e a discriminação, a facilitar o acesso aos tratamentos e a aplicar medidas de redução de riscos.

Também em relação à luta contra a droga é necessário avançar com coragem e com bom senso, combatendo a demagogia, a hipocrisia e o populismo da direita. Mas a solução da despenalização do consumo de droga não pode diminuir a responsabilidade do Estado na garantia do atendimento, tratamento e reinserção social dos toxicodependentes, bem como no combate ao tráfico e à lavagem de dinheiro. Também aqui é necessário uma intervenção integrada e coordenada.

O Sr Honório Novo (PCP): — Muito bem!

O Orador. — Do mesmo modo, é necessário fazer regredir o alcoolismo e os problemas ligados ao álcool, sabendo-se o peso que estes têm no nosso país. É inaceitável a carência de meios com que se debatem os Centros Regionais de Alcoologia, apesar dos esforços e da intervenção meritória dos seus profissionais, e é incompreensível que a Comissão InterMinisterial ainda não tenha avançado com o plano de acção prometido. A política de permissividade em relação a certos patrocínios, infringindo a Lei da Publicidade ou em relação à venda livre dos «álcool pop's» é inaceitável e intollerável. Também em relação a isto o Governo não pode continuar a fechar os olhos!

Aplausos do PCP

Uma outra área que nos dá o estado da Nação e que está marcada de forma indelevelmente negativa na acção do Governo, é a da política de defesa nacional. A realidade é que de nacional tem cada vez menos.

Espartilhado pelos compromissos que assumiu com a NATO e pela aceitação de um novo conceito estratégico, o Governo abandonou a Lei de Programação Militar aqui aprovada há dois anos e anuncia agora querer preparar as Forças Armadas preferencialmente para missões de projeção de força no exterior, isto é, para a sua integração em forças multinacionais. Foi esta mesma perspectiva, de construção de forças armadas supranacionais, que marcou a presidência portuguesa na União Europeia.

O Sr João Amaral (PCP) — Exactamente!

O Orador — Com estes objectivos e sem meios financeiros para os executar, o Governo pôs as Forças Armadas numa situação de crise jamais vista. O modelo de reorganização já não é verdadeiramente assente no serviço militar obrigatório mas o modelo de contratados vai continuar a «patinar», sem o Governo produzir a legislação regulamentadora a que está obrigado e que já leva mais de oito meses de atraso. Por outro lado, os problemas estatutários e de ínole sócio-profissional não resolvidos agravam o mal-estar entre os militares e a sua desmotivação. Esta é uma questão em que o Governo também não pode ter a política da aveSTRUZ.

Aplausos do PCP

A alteração necessária para o reconhecimento do direito de associação profissional e a revisão do artigo 31º da Lei de Defesa Nacional continua sem ser feita, com o Governo e o PS a darem o dito pelo não dito. É altura de darem o dito pelo dito!

O mesmo Governo que é incapaz de resolver problemas práticos, ao nível da qualidade de vida, criados aos militares que temos em Timor, não hesitou em dispor de todos os meios pedidos para apoiar a intervenção militar da NATO no Kosovo, sob a liderança americana, apesar de ser evidente, então como hoje o é, que a operação só agravaría os problemas existentes. O mesmo PS que protestou, quando era oposição, contra o Acordo das Lages, por não ter em conta a defesa dos interesses nacionais, aceita agora a sua prorrogação, ao serviço e de acordo com a vontade dos Estados Unidos da América.

Queremos deixar ainda uma palavra sobre uma questão relacionada com os militares de Abril. Há mais de um ano, no 25º aniversário do 25 de Abril, a Assembleia aprovou

uma lei destinada a repor os direitos e a carreira dos militares prejudicados no decurso do processo político de construção da democracia. O Governo ficou obrigado a regulamentar essa lei, para a tornar exequível. Quero aqui protestar vivamente por o Governo não ter aprovado ainda esse regulamento. A justiça devida àqueles militares de Abril não pode ser adiada!

Aplausos do PCP

Neste debate sobre o estado da Nação não vou referir-me ao estado da justiça. Ele é conhecido, como são conhecidas as propostas do PCP.

Em relação à segurança — sempre aproveitada pelo PP, levando a reboque o PSD, para, em competição, exigirem debates de urgência, demissão do Ministro e mais medidas securitárias —, é necessário que se veja esta questão nas suas diversas facetas e, desde logo, na sua matriz social.

O PP não pode lavar as mãos como Pilatos, viabilizou o último orçamento e também o orçamento da Administração Interna, pelo que tem responsabilidades na situação. Por sua vez, o PSD é o responsável pela eliminação das esquadras de bairro e pela política fracassada das super-esquadras. Ambos os partidos estiveram contra o rendimento mínimo e defendem políticas de concentração de riqueza. Por outro lado, a direita é também responsável por algumas notícias sensacionalistas, que criaram alarmismo e aumentaram o clima de insegurança dos cidadãos, que têm, naturalmente, razões objectivas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ambos os partidos, recorde-se, estiveram contra o rendimento mínimo garantido, e ambos os partidos estão a favor de se entregar parcelas da segurança social — as parcelas mais rentáveis — às seguradoras privadas, à custa dos reformados.

Aplausos do PCP

Não basta o aumento dos efectivos policiais, é importante que se avance com a polícia de proximidade, e é também necessário dar resposta aos problemas sociais.

Srs. Deputados, falemos agora de um tema que é tão caro ao Primeiro-Ministro e a alguns membros do Governo, particularmente quando se trata de ganhar votos. Falemos das pessoas, dos seus problemas concretos, das suas aspirações, das razões do seu descontentamento traduzido e transformado em protesto, em indignação e em luta. Falemos das pessoas que constituem a classe mais numerosa da sociedade, os trabalhadores, falemos dos seus salários, do seu emprego, dos seus direitos, da sua qualidade de vida.

O Governo tem sido, e é, o responsável pelo elevado grau de conflitualidade social, já que em relação aos trabalhadores, particularmente da Administração Pública, não só agiu com má-fé como impôs a contenção salarial como matriz e estímulo para o sector privado desvalorizar os salários e a contratação colectiva.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador — E fê-lo com má-fé, na medida em que, imediatamente a seguir à decisão administrativa de impor os 2,5% de aumento salarial, aplicou o aumento dos combustíveis e das taxas de juro, penalizando particularmente os que menos têm e menos podem.

E quando hoje assistimos, como já afirmámos, à vaga de posições sobre a inquietante questão da insegurança das pessoas, será oportuno sublinhar que uma outra insegurança, a de quem trabalha, reside no crescente grau de precarização, geralmente acompanhada pela impunidade face a tantos abusos, violações e falta de efectivação dos direitos do trabalho e dos trabalhadores.

Vozes do PCP. — Muito bem!

O Orador — É surpreendente que o Primeiro-Ministro, perante manifestações tão fortes de indignação e de luta, tenha vindo a público afirmar que, do que se tratava, era da habitual desestabilização social promovida pelo PCP. É um «tíque» que não lhe ficou nem fica bem, que não resultou no passado nem resulta agora, Sr. Primeiro-Ministro! Primeiro, pela falta de originalidade e, segundo, pela falta de senedade e rigor de análise. E não foi por andar tão atarefado com a presidência da União Europeia que cometeu esta ligeireza, foi porque quis evitar a questão nuclear da caracterização da política social que é praticada, voluntariamente cativa da cumplicidade e dos favores aos grandes senhores do dinheiro, indiferente à situação, aos interesses e anseios dos trabalhadores e de outras camadas da população, mantendo e aprofundando os eixos essenciais da política do PSD e do PP, da política de direita.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP). — Muito bem!

O Orador — Percebemos que tenha desvalorizado a grande manifestação de 23 de Março, promovida pela CGTP, confirmada nas comemorações do 1.º de Maio e no passado dia 19, no Porto. Percebemos que não queria ver a dimensão das greves realizadas tanto no sector público como no privado.

O Sr Presidente — Sr Deputado, deixe-me interrompê-lo para informar que, a partir deste momento, dispõe de 2 minutos que lhe foram concedidos pelo Grupo Parlamentar do PS. Portanto, não tem de apressar-se tanto.

Vozes do CDS-PP. — Oh!

Vozes do PS — Nós somos solidários!

O Orador — Mas a grande contradição de que não se livra é o facto de tentar impor maus salários, promover uma linha de precarização geral como solução para o emprego, de subscrever, ali, na denominada Cimeira do Emprego, a consagração e o impulso de mais liberalização e desregulamentação económicas, mais privatizações, mais flexibilidade laboral.

Por nós, Sr Primeiro-Ministro, não regatearemos esforços para estimular ânimos, esperanças e vontades na luta por uma vida melhor, por uma política social mais justa, por um rumo diferente na política nacional, por uma efectiva política de esquerda nas palavras e, sobretudo, nos actos.

Aplausos do PCP, de pé

O Sr. Presidente — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, o Sr Primeiro-Ministro fez aqui o discurso do estado da Nação, .

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — O que ouvimos, foi o estado do Governo, não o estado da Nação!

O Orador — como lhe competia, mas também nos convocou a todos para uma grande — dizem alguns! — reforma estrutural, a chamada reforma fiscal, que, aliás, está em curso. Nunca utilizei esta expressão, aliás, raramente a utilizo, porque entendo que a reforma fiscal não se faz num momento, através de um decreto, mas faz-se, sim, através de atitudes concretas e no quotidiano, as quais têm vindo a ser realizadas há muito tempo e foram agora aceleradas.

Mas, independentemente disso, há duas atitudes possíveis: por um lado, uma atitude de irresponsabilidade, que passa por não ter ouvido nada do que se passou e fazer um discurso como se nada tivesse sido dito sobre essa matéria, passa, por exemplo (e, provavelmente, o Dr Tavares Moreira coraria e ficaria com os cabelos em pé), por definir aqui a abolição do princípio da não consignação, confundindo um princípio essencial da filosofia orçamental com prioridades políticas. Que, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro tinha definido no seu discurso. Por outro lado, há uma atitude contrária e que, naturalmente, tem de ser uma atitude de responsabilização. Ora, foi para esse debate que o Sr Primeiro-Ministro nos convocou, a todos, não só aos Deputados que o apoiam mas também aos Deputados da oposição.

O Sr Primeiro-Ministro veio aqui propor um pacto de justiça fiscal, aliás, na linha de intervenções anteriores de membros do Governo, o qual assenta essencialmente em três linhas por um lado, no aumento da receita fiscal, sem que isso signifique o aumento dos impostos, ou seja, no aumento da receita fiscal feito sobretudo com base no aumento da matéria tributável daqueles que pagam impostos, por outro lado, num esforço continuado no sentido de dar maior eficácia à despesa pública e, se possível, travar o seu crescimento sem pôr em causa aquilo que são as funções e as prioridades essenciais deste Governo em matéria social; e, finalmente, na utilização do essencial da despesa pública na construção do futuro do País, nomeadamente através da função social.

Depois, desenvolveu o seu raciocínio, já numa parte mais concreta, essencialmente por três caminhos: o da continuação da luta contra a evasão e fraude fiscais; o do favorecimento — e disse-o quatro ou cinco vezes, reiteradamente — dos trabalhadores por conta de outrem, e, finalmente, o da moralização da tributação do sistema financeiro.

Sr Deputado Carlos Carvalhas, reconheço que V. Ex.^a

O Sr Presidente — Terminou o seu tempo, Sr Deputado

O Orador — Se me der cinco segundos, Sr Presidente, termino de imediato.

Sr Deputado Carlos Carvalhas, reconheço que V. Ex.^a, os seus colegas e eu próprio, muitas vezes, temos defendido princípios ligados a estas três bases. Pergunto-lhe: está ou não convocado para nos ajudar a conseguir a reforma fiscal?

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr Carlos Carvalhas (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel dos Santos, agradeço-lhe a questão que me colocou, mas permita-me que lhe diga que nós

estamos aqui convocados pelo Regimento para debater o estado da Nação. E, infelizmente, quem está em falta é o Governo e não o PCP, porque, em relação à mini-reforma fiscal, à reforma fiscal ou à reforma fiscal continuada, apresentámos aqui uma proposta, quem não o fez foi o Governo, já que, até agora, só nos pediu uma autorização legislativa.

Ora, eu, permita-me que lho diga, não sou convocado, mas gostaria muito de convocar — usando a sua expressão — o Sr Primeiro-Ministro, por seu intermédio, para saber se o Governo está de acordo com as nossas propostas. É que nós temo-las aqui, em concreto.

Vozes do PCP — Já existem!

O Orador — E estas propostas são justas e vão combater a evasão fiscal. Aliás, como o Sr Deputado certamente reconhece, por o Governo ter aceite as nossas propostas no penúltimo Orçamento é que, hoje, muitos portugueses, muitos jornalistas, muitos profissionais, estão a receber em casa reembolsos do IRS, justos, por vezes de dezenas ou centenas de contos.

Por isso, Sr Deputado, pela nossa parte, o Sr Primeiro-Ministro está convocado aproxime-se das nossas propostas,

Vozes do CDS-PP — Mais?

O Orador — porque elas são justas, aprove-as e certamente não haverá dificuldades.

Agora, para uma mini-reforma fiscal, para uma reforma fiscal que não o seja, acentuando as desigualdades, naturalmente que não poderá contar com o PCP.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr.^m e Srs Deputados. Em nome precisamente do estado da Nação, que, em nosso entender, é preocupante, o CDS-PP decidiu apresentar uma moção de censura ao Governo socialista.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Apresentamo-la hoje porque, até ao final, tivemos esperança que fosse possível uma verdadeira reforma da segurança social. Porém, a última reunião, ontem de madrugada, não produziu resultados que possam ser qualificados de outra forma que não de muitíssimo preocupantes, constituindo uma forte desilusão.

Em segundo lugar, nós temos palavra e eu afirmei muitas vezes, com lealdade, na oposição, que este Governo teria uma moção de censura se a reforma da segurança social fosse uma não-reforma, se produzisse uma lei que tornasse a de 1984 um monumento de modernidade em comparação com aquela que os senhores se preparam para fazer, à esquerda, no ano 2000.

Em terceiro lugar, porque é fundamental que se demonstre, e que o País sinta essa confiança, que às vossas más políticas há uma alternativa com melhores soluções.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Vamos, então, à primeira das razões da nossa moção de censura, a reforma da segurança social, em que o PS, em vez de se virar para o futuro, virou à esquerda. Tentou mesmo um acordo entre a «perna esquerda» dos meus amigos do PSD e a «perna direita» do PCP, um acordo, evidentemente, impossível, porque, em matéria de convicções, não há consensos unanimistas — temos um caminho e a esquerda outro caminho.

A verdade é que, no essencial, a reforma, ou a lei que devia ser uma reforma, é um autêntico fracasso.

Relativamente à convergência das pensões de reforma, VV Ex^a dão uma «mão cheia de nada» aos pensionistas do regime geral. O que ficou fixado foi que, no ano de 2003, a pensão mínima será de 40 contos, hoje, a quatro anos de distância, é de 34 000\$, o que significa que VV Ex^a pretendem dar aos pensionistas, em quatro aumentos anuais, 6000\$. Isto é, 1500\$ por ano e por mês.

Sr Primeiro-Ministro, um aumento de 1500\$/ano a quem tenha uma pensão de reforma de 34 000\$ é um aumento de 4,1%, menor do que o aumento que o Engº Ferro Rodrigues fez no último Orçamento do Estado, que foi de 4,3%!

Vozes do CDS-PP — É verdade!

O Orador — Dão aos pensionistas menos do que eles tiveram no último Orçamento, segundo a vossa própria política, dão aumentos anuais de 1500\$ para quem tem uma reforma de 34 000\$!

Vozes do CDS-PP — É uma vergonha!

O Orador — Por outro lado, se a inflação for de 3%, o ganho que um pensionista terá, com esse aumento de 1500\$, em 2000 — mais 1500\$, em 2001, mais 1500\$, em 2002, e mais 1500\$, em 2003 —, o ganho de poder de compra de um pensionista é de 1 ponto. Sr Primeiro-Ministro, face à inflação, o que significa 350\$/mês, ou seja, Sr Primeiro-Ministro, dá para comprar 1/8 de uma botija de gás! É essa a vossa convergência das pensões? A nossa não é, com certeza!

Aplausos do CDS-PP

E, quanto a convergência, neste momento, uma pensão de 34 000\$ face a um salário mínimo de cerca de 64 000\$, dá 53% de convergência. Se em 2003 for de 40 000\$, face a um salário mínimo estimável de 73 000\$, a convergência será de 1,5 pontos, em termos reais. Ou seja, as pessoas ficam com o mesmo, com a leve diferença de que estão mais velhas e de que os mais pobres dos mais pobres, em Portugal, que não são os que estão no rendimento mínimo garantido, mas os pensionistas que recebem reformas de miséria, não tiveram nada a ganhar com esta lei.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Por outro lado, em relação ao regime não contributivo, onde há pensões ainda mais baixas, VV Ex^a à pensão social, de 25 000\$, dão 0,000, na Lei de Bases da Segurança Social, e às pensões de sobrevivência, ainda mais miseráveis, na maioria dos casos, VV Ex^a dão 0,000, na «reforma» da segurança social.

Isto significa, Sr Primeiro-Ministro, que, com a legitimidade de quem se bateu e o conseguiu convencer a dar aos pensionistas rurais aumentos de 7000\$ num ano,

nós não podemos aceitar — e não aceitamos, nem aceitaremos — que haja, em Portugal, pessoas que tenham 700\$/dia para viver e que os senhores nada façam em relação a essa situação!

Aplausos do CDS-PP

Por outro lado, em relação à intenção liberalizadora, reformadora e modernizadora da segurança social e ao chamado tecto contributivo, Sr Primeiro-Ministro, a lei de 1984 é melhor do que esta, porque, ao menos, indicava que o Estado deveria ter e conceber um sistema de tectos contributivos para o sector público e para o sector privado. Esta, à boa maneira da terceira via, à boa maneira dos socialistas, vai dizer «a lei poderá prever» «Poderá» podem todas, Sr Primeiro-Ministro, mas daí não sai qualquer reforma nem qualquer intenção!

E depois há esta coisa extraordinária, para tentar agradar ao PCP é que o tecto contributivo, que já está na lei de 1984 e, mesmo assim, não se conseguiu fazer, na lei de 2000 fica submetido, sujeito e condicionado a mais um relatório de mais uma comissão e a mais um consenso.

Sr Primeiro-Ministro, já se fez o *Livro Branco da Segurança Social*, já se fez o *Livro Verde da Segurança Social*! Quando o senhor, daqui a muitos anos, for pensionista, pela sua solução, ainda estamos a discutir o consenso e, a comissão, o relatório! Não pode ser, Sr Primeiro-Ministro! O País não pode esperar! Queremos uma segurança social para o século XXI, queremos tectos contributivos justos e liberdade de escolha entre o público e o privado para os jovens que vão entrar no mercado de trabalho. É isso que é uma solução moderna, foi isso que os senhores não quiseram, para agradar ao Partido Comunista.

Aplausos do CDS-PP

Além disso, Sr Primeiro-Ministro, na Lei de Bases da Segurança Social perdeu-se a oportunidade, a enorme oportunidade, de fazer uma discriminação positiva a favor das mulheres, no caso da idade da reforma — os senhores não a aceitaram, perdeu-se a oportunidade de apoiar as empresas que façam mais pela conciliação entre trabalho e família, designadamente do ponto de vista fiscal — os senhores não o aceitaram, perdeu-se a oportunidade de fazer entrar no nosso sistema a deficiência profunda e a incapacidade absoluta, que são tão maltratadas pelo nosso sistema de segurança social. Foram oportunidades perdidas.

V. Ex.^a não escolheu a parede, nem a espada. Escolheu virar à esquerda. Eu estou virado para o futuro e quero lá chegar primeiro, quero lá chegar mais depressa. Não chego lá, com certeza, com um partido que ainda é, nas questões económicas e sociais, profundamente arcaico, como é o caso do Partido Comunista. E digo-lhe uma coisa, a classe média vai tirar as suas conclusões de uma reforma da segurança social feita com o Partido Comunista. É caso único em toda a Europa! Andar para a frente na segurança social com o Partido Comunista, Sr Primeiro-Ministro, só por graça!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Mas há outras razões para apresentarmos esta moção de censura, e razões de fundo, além da segurança social, Sr Primeiro-Ministro, o estado de insegurança do País. E vou dar-lhe 10 razões — e não

menos — para demitir o Sr Ministro da Administração Interna, Dr. Fernando Gomes

Em primeiro lugar, falhou na percepção da realidade, o que é imperdoável num ministro que tem a responsabilidade da segurança. Enquanto o roubo por esticão aumentava, o roubo com arma aumentava, o roubo com violência aumentava, o Sr. Ministro da Administração Interna desvalorizou os factos, desvalorizou o aumento da criminalidade — chegou a dizer que «são bagatelas»

Em segundo lugar, falhou na estratégia. Como disse há pouco, passámos aqui nove meses a discutir a polícia, mas não o crime; passámos aqui nove meses a fazer de conta que o adversário é o polícia, quando o adversário do cidadão é, obviamente, o ladrão, e é aí que tem de estar concentrada uma estratégia e uma política de segurança.

Aplausos do CDS-PP.

Em terceiro lugar, falhou na previsão, como, aliás, o Sr Primeiro-Ministro reconheceu implicitamente. Aconteceram 160 assaltos às gasolineras em três meses, desde o início do ano, e só ao terceiro mês é que o Dr. Fernando Gomes se lembra de dizer «é preciso pôr uns vídeos»

Sr. Primeiro-Ministro, quem faça uma análise económica, sociológica e institucional do fenómeno da criminalidade e do facto de existirem cada vez mais crimes organizados e cada vez mais crimes cometidos por pessoas cada vez mais novas, percebe que há formas de delinquência que, já existindo noutras países, cá chegam, pelo que se deve prevenir em vez de remediar! E o mesmo se aplica no assalto ao comboio, Sr. Primeiro-Ministro. É preciso um gang entrar dentro de um comboio, parar as carroagens, assaltar toda a gente e semear o pânico para ficarmos a saber que, para proteger 150 000 pessoas, existem 60 agentes da PSP?

Sr Primeiro-Ministro, não pode ser! Não pode ser! E as pessoas, se não percebe, vão dizer-lho com toda a clareza

Em quarto lugar, Sr. Primeiro-Ministro, o seu Ministro da Administração Interna falhou na comparação. É que, em Portugal, a criminalidade está a aumentar, mas há um modelo aqui ao lado, o modelo da polícia espanhola — não em relação ao terrorismo, que é um problema específico, mas em relação à segurança e à criminalidade comum. Ora, em Espanha, no último ano, o roubo por esticão desceu 21%, em Madrid, 37%, em Valência, e 36%, em Sevilha (e esta era uma das cidades espanholas mais preocupantes do ponto de vista da segurança). Enquanto cá os roubos aumentavam, em Espanha, diminuíam. É possível fazer melhor! Há melhores modelos de política de segurança!

Aplausos do CDS-PP.

Protestos do PS.

Em quinto lugar, falhou na organização. Sr Primeiro-Ministro, reconheça que, em Portugal, as forças de segurança agem concorrential e não complementarmente! Têm de ser complementares nas operações e nas informações!

Em sexto lugar, falhou na projecção. Efectivamente, temos um ráio razoável de agentes por número de habitantes, mas não temos um bom ráio ou número de agentes que efectivamente fazem policiamento na rua.

Há notificações judiciais a mais feitas por polícias, que não têm de trabalhar para os tribunais, como é evidente

Aliás, como costumo dizer, sou a melhor testemunha disso, pois estive envolvido em inúmeros processos por liberdade de imprensa e era sempre notificado por dois agentes, Sr. Primeiro-Ministro. E enquanto me notificavam não estavam a não policiar na rua a criminalidade, que, desse ponto de vista, é verdadeiramente preocupante, ou seja, não estavam a deter os ladrões ou a apanhá-los a tempo de não voltarem a assaltar!

Mas não é só o problema das notificações, pois em certas esquadras e comandos há 40% de administrativos. Queremos polícia na rua, de proximidade, junto dos cidadãos!

Sr. Primeiro-Ministro, não queremos um polícia ao lado de cada cidadão mas, sim, a polícia ao lado dos cidadãos! Isso queremos com certeza, Sr. Primeiro-Ministro! E a sua política de segurança, pela qual se responsabilizou hoje, falhou redondamente desse ponto de vista!

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador: — Além de tudo o mais, e em sétimo lugar, também falhou nas promessas, Sr Primeiro-Ministro. Onde está o subsídio de turno e piquete? Está na lei, porém não no bolso do agente! Onde está o subsídio de risco? Está na lei, mas não pago!

Sr Primeiro-Ministro, o Governo promete mas, depois, não cumpre. E quando se promete às forças de segurança e depois não se cumpre, como se pode esperar que elas façam garantir a ordem e a lei, como é seu dever?

Em oitavo lugar, falhou na competência. Como é sabido, o Sr Ministro da Administração Interna é mau Ministro da segurança mas quer, a toda a força, ser Ministro da Justiça. Cada vez que fala é para se intrometer nas competências do Ministro da Justiça, ora anunciando novas leis para menores, ora anunciando prisões da Polícia Judiciária.

Sr. Primeiro-Ministro, convença-o a fazer o que deve! «Remodele-o», que é o melhor! Coloque-o em ministro do futebol, se quiser, porém, da segurança não, porque ele deixa um estado de insegurança generalizado em Portugal!

Aplausos do CDS-PP.

Em nono lugar, Sr Primeiro-Ministro, falhou na sensatez.

Sr. Primeiro-Ministro, consegue perceber o que o Ministro da Administração Interna quer para Barrancos? Já o ouvi defender multas leves, multas grandes, descriminalizações, excepções... Sr. Primeiro-Ministro, vou dizer-lhe uma coisa: é mais fácil um cidadão da Estónia aprender o dialecto barranquenho do que um cidadão português compreender o que o Ministro da Administração Interna quer para Barrancos!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Luís Marques Guedes (PSD): — Essa é boa!

O Orador: — Finalmente, tinha-lhe ficado tão bem pedir aqui desculpa, Sr. Primeiro-Ministro! Falhou na humildade!

Então o Sr. Ministro da Administração Interna, perante um problema de ordem pública na lota de Matosinhos, reage, porventura sob pressão — todos erramos, é humano —, dizendo «Só me faltava ter de tratar dos assuntos dos peixeiros!»?

O Sr Primeiro-Ministro, ficar-lhe-ia tão bem ter pedido aqui desculpa! O Sr Ministro da Administração Interna não

pode ter presunção de superioridade seja sobre quem for em Portugal!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Os portugueses merecem a mesma dignidade social!

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — É uma vergonha!

O Orador: — Perceba que, de facto, os Ministros passam e os peixeiros ficam! Tinha-lhe ficado muito bem ter pedido desculpa nesta Câmara em nome do seu Governo, porque isso não é coisa que se diga!

Aplausos do CDS-PP.

E não preciso de lembrar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, o que V. Ex.^a disse quando era líder da oposição e um ministro foi derrubado por uma anedota.

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

O Orador: — VV. Ex.^m querem descriminalizar a droga sem referendo. Entendemos que é um péssimo serviço que fazem ao País

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não estamos de acordo com o método, porque consideramos que mães, pais, jovens, médicos e técnicos sabem mais e têm mais direito a emitir a sua opinião decisiva do que qualquer político nesta Câmara. Mais estamos profundamente em desacordo com o processo.

O Sr. Primeiro-Ministro, que foi Deputado nesta Assembleia — e bom, como se sabe —, tem dúvidas de que vai sair daqui uma péssima lei, uma lei «Pepe rápido» sobre a droga, feita em oito dias?!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Uma vergonha!

O Orador: — Como é possível os senhores quererem elaborar uma lei sobre a droga em oito dias na comissão parlamentar, Sr. Primeiro-Ministro?!

Aplausos do CDS-PP.

Como querem resolver problemas complexos com soluções tão simples?

Também lhe ficava bem outra coisa, Sr. Primeiro-Ministro. O seu Governo antecipou o resultado da votação nesta Assembleia. O Sr. Primeiro-Ministro assinou um decreto — não sei se o leu até ao fim, até ao artigo 23.º — sobre as competências do Instituto Português da Drogas e da Toxicodependência, que, nesse artigo, atribui a tal Instituto competências para acompanhar e processar as contra-ordenações em matéria de consumo de droga, as quais não existem à face da nossa lei.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Os senhores publicam um decreto a descriminalizar a droga antes de a Assembleia da República decidir e sem que o povo possa ser consultado!

Aplausos do CDS-PP.

Acresce que, para além de o Sr. Primeiro-Ministro a ter assinado, o Sr Presidente da República promulgou-a! Depois venham falar-me em respeito pela Assembleia da República! O que estivemos aqui a fazer no outro dia foi verdadeiramente — desculpe que lhe diga — uma cena de teatro, porque a decisão estava tomada!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, não saio desta Sala sem lhe entregar uma portaria, prontinha a assinar, já com o nome do Ministro Joaquim Pina Moura, a repor a bonificação dos juros, agora, não é depois das férias!

Aplausos do CDS-PP

Protestos do PS.

A taxa justa é 6,5%, Sr. Primeiro-Ministro!

Se não sabe, ouça a entrevista que o Ministro das Finanças deu no momento do nosso anterior debate para justificar a queda na bonificação. Está gravada numa estação televisiva! O Sr. Ministro disse que pensava que os juros iam baixar. Ora, desde essa altura, os juros aumentaram quatro vezes, Sr. Primeiro-Ministro! Não é preciso dilatar mais tempo, não é preciso obrigar as pessoas a gastar o subsídio de férias para pagar mais 7 ou 8 contos/mês à conta do corte na bonificação. Não castigue as pessoas!

O Sr. Primeiro-Ministro disse da Tribuna que as pessoas eram as sua prioridade. Então, actue de acordo com a prioridade, já: assine a portaria e coloque os juros em 6,5%, que é o valor elementar e justo!

Aplausos do CDS-PP.

Por fim, Sr. Primeiro-Ministro, faltando-me o tempo, queria dizer-lhe que também na saúde esperámos demais e não vimos o que a Sr.^a Ministra prometeu.

Apresentámos uma lei sobre os genéricos e os senhores, só porque era nossa, recusaram-na com o argumento de que pensávamos como o Governo

Protestos do PS.

Mas tragam aqui a lei dos genéricos! Não nos façam esperar mais tempo!

Sr. Primeiro-Ministro, a poupança pode ser, com uma determinada quota de mercado, de 10 milhões de contos. Leia a última revista *Economia Pura*, onde está publicado um estudo muito bem feito sobre os genéricos

Por que continua a obrigar todas as pessoas

Protestos do PS

Calma! Não estavam à espera de uma moção de censura!? Bem percebo que a moção de censura vos incomode, pois confronta-vos com as responsabilidades!

Sr. Primeiro-Ministro, onde está a lei dos genéricos? Onde está o novo estatuto hospitalar? Onde está a separação entre os sectores público e privado?

Continuamos a ter um País de profundas desigualdades, Sr. Primeiro-Ministro. O Governo diz que o Serviço Nacional

de Saúde é intocável e universal Desculpe o plebeísmo, Sr. Primeiro-Ministro, mas universal onde? Desculpe lá, Sr Primeiro-Ministro, mas que treta é essa?!

Vozes do PS — Eh!!

O Orador — E as listas de espera o que são se não os excluídos da vossa universalidade? Quem está nas listas de espera? Os mais pobres, que não podem recorrer à medicina privada e aqueles que não têm conhecimentos para obterem uma alteração na lista de espera de forma a conseguirem uma cirurgia a tempo ou uma consulta a horas

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Essa é que é a universalidade?! É a universalidade contra os mais pobres e os excluídos!

Sr Primeiro-Ministro, gestão privada quando é melhor, e muitas vezes é melhor que a gestão pública, produtividade no Serviço Nacional de Saúde, pagar melhor a quem mais faz, a quem mais trata a quem mais cura Sr. Primeiro-Ministro, é isto que os portugueses querem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois já terminou o tempo de que dispunha

O Orador — Terminei já, Sr Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, quanto menos o senhor faz, mais o País desconfia do que o senhor diz! Vamos mudar e vamos provar, com uma moção de censura, que é possível mudar para melhor!

Aplausos do CDS-PP, de pé

O Sr Presidente — O Sr Deputado Francisco de Assis inscreveu-se para pedir esclarecimentos, porém o Sr Deputado Paulo Portas já não dispõe de tempo para responder

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, o meu grupo parlamentar cede 1 minuto ao CDS-PP

O Sr Presidente — Nesse caso, tem a palavra para formular o seu pedido de esclarecimento, Sr Deputado

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr. Presidente, como forma de demonstrar que não estamos incomodados com a moção de censura que o Sr Deputado Paulo Portas acaba de apresentar, cedemos-lhe, com gosto, 2 minutos para responder

Sr Presidente, não estamos incomodados, mas o Sr Deputado Paulo Portas, verdadeiramente, também não é a nós que quer incomodar apresentando a moção de censura, quer incomodar o PSD. É a bancada parlamentar do PSD que deve sentir-se incomodada com a apresentação da moção de censura!

Aplausos do PS

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — O PSD tem sempre culpa de tudo!

O Orador: — Não apenas quer incomodar como quer condicionar, já tendo alcançado um efeito. Por isso, podemos até dizer, sem fazer a economia da discussão, porque é sempre agradável ouvir o Sr Deputado Paulo

Portas, mesmo quando se envolve em grandes tiradas demagógicas, como foi agora o caso..

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Segundo vocês, é sempre!

O Orador — podemos até dizer que o efeito útil já foi alcançado. É que, até ontem à noite, o PSD estava a dar um contributo sério para que chegássemos a uma solução consensual nesta Câmara para a reforma da Lei de Bases da Segurança Social

Vozes do CDS-PP — Era o PCP!

O Orador — Hoje, abruptamente, o Sr Deputado Durão Barroso, nitidamente incomodado com esta disputa pela liderança da direita que está a travar com o Sr Deputado Paulo Portas,

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — ... veio traçar uma nova linha de orientação que deve ter deixado perplexos os próprios Deputados do seu partido, que estão a trabalhar com os outros no âmbito da Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Vozes do PS — Exactamente!

O Orador — Sr Deputado Paulo Portas, apresente a moção de censura! Travemos uma discussão séria em torno desses assuntos!

O Sr Deputado Paulo Portas é um mestre na demagogia política,

Aplausos do PS

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Na democracia!

O Orador — ... mas o seu discurso é perigoso, carecendo de ser contrariado e de ser demonstrada a sua verdadeira insustentabilidade

Sr. Deputado Paulo Portas, em relação à questão da segurança social, em primeiro lugar, não é o senhor que se constitui aqui num tribunal do que será o futuro, do que foi o passado e de com quem devemos fazer este ou aquele acordo

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Nem o senhor!

O Orador — O Governo apresentou a esta Câmara uma proposta de lei, tendo o Sr Ministro e o Sr Primeiro-Ministro, em várias circunstâncias, deixado claro qual a orientação do Governo. Era em torno dessa proposta de lei que se deveria encontrar uma solução de consenso!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Porquê? Porque não há outra?

O Orador — Porque representamos a maioria dos portugueses!

O Sr Deputado Paulo Portas nunca participou de uma forma séria, pelo contrário seguiu pela via mais inaceitável por um lado, propõe aumentos imediatos que sabe serem absolutamente incompatíveis, por outro lado, propõe a

completa destruição do sistema de financiamento da segurança social pública

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — É falso!

O Orador — São duas concepções diferentes do que deve ser o País, Sr Deputado Paulo Portas! Ainda bem que vamos ter oportunidade de travar esse debate!

Pensamos que é preciso modernizar o sistema público de segurança social e que é preciso garantir a sua sustentação financeira para o futuro, mas pensamos também que, no essencial, é preciso garantir a manutenção do carácter eminentemente público do sistema de segurança social

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — V. Ex^a tem uma concepção diferente e terá oportunidade de a manifestar!

O Sr Presidente — Sr Deputado, peço-lhe que conclua, pois já terminou o tempo de que dispunha

O Orador. — Terminei já, Sr. Presidente

Porém, Sr Deputado, não faça demagogia com um assunto que deve ser tratado com a máxima seriedade, porque a tem a ver com o dia-a-dia, com as questões mais concretas que se colocam aos portugueses, que V. Ex^a tantas vezes invoca mas que tantas vezes demonstra desconhecer!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Sr Deputado Paulo Portas, tem a palavra para responder

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado Francisco de Assis, vou propor-lhe um teste quanto à incomodidade que as posições dos nossos respectivos partidos geram nesta Câmara

V. Ex^a diz não estar incomodado com a moção de censura. Então, faço um desafio ao Sr Primeiro-Ministro: se ele considera que tem a confiança do País, apresente uma moção de confiança nesta Assembleia da República

Aplausos do CDS-PP

Risos do PS

O Sr Primeiro-Ministro não tem a coragem de apresentar à Câmara uma moção de confiança, mas nós temos o dever e a convicção de apresentar uma moção de censura porque o País está a ser mal governado, Sr. Deputado Francisco de Assis!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Por outro lado, demonstraremos, cada um de nós, as posições do PS e do CDS-PP em relação às políticas sociais

A nova Lei de Bases da Segurança Social que propõem nem consigna o que o Sr Primeiro-Ministro referia, em 1995, em entrevista à revista *Visão*, quando falava expressamente em «tectos contributivos» para libertar o Estado das pensões mais altas

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Onde isso já vai!

O Orador — Nem isso consagra, Sr. Deputado Francisco de Assis!

O Sr Presidente — Sr Deputado, peço-lhe que termine, pois já esgotou o tempo que lhe foi cedido

O Orador — Terminei já, Sr Presidente
Sr Primeiro-Ministro, o que o Governo propõe não é uma reforma, é uma não-reforma, uma não-entidade, uma não-lei!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente. — O Sr Deputado Francisco de Assis, que era o próximo inscrito, cedeu a sua posição, com o acordo do Sr. Deputado Francisco Louçã, ao Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade

Vozes do CDS-PP — Oh!!

O Sr Presidente — Tem a palavra para intervir, Sr Ministro

O Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade (Ferro Rodrigues): — Sr Presidente, Srs Deputados Para quem ainda tinha dúvidas, esta sessão foi muito esclarecedora. Caiu no chão a máscara do CDS-PP, caiu no chão a máscara do Dr Paulo Portas

Aplausos do PS.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — A máscara?

O Orador — Havia quem pensasse que o CDS-PP estava interessado na reforma da segurança social, havia quem pensasse que, ao agendar uma proposta de lei de bases, queria, efectivamente, uma discussão séria

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Pois queria!

O Orador — Mas, afinal — foi o que se verificou —, o objectivo foi sempre, desde o princípio, o de apresentar, nesta altura, ou seja, no final da sessão legislativa, uma moção de censura ao Governo

O CDS-PP automarginalizou-se, como já aqui foi dito, do debate sério que teve lugar na Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, mostrando, aliás, falta de respeito democrático pelo trabalho dos Deputados nessa comissão

Protestos do CDS-PP

E essa falta de respeito é tanto maior quando anuncia uma moção de censura antes de a mesma comissão parlamentar ter terminado os seus trabalhos e de se conhecerem os resultados a que chegou.

Aplausos do PS

Caiu também a máscara, porque o objectivo do CDS-PP foi o de intimidar o PSD

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Outra vez?

O Orador — O Sr. Deputado Paulo Portas conseguiu intimidar o PSD!

Na verdade, até ontem, na Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, existia um ambiente de optimismo quanto à possibilidade de termos uma lei de bases aprovada nesta Assembleia da República pelo PS, pela esquerda e também pelo PSD. Penso até que o PSD, quanto à questão tão emblemática para o CDS-PP da convergência de pensões, tinha concluído um acordo parlamentar na Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social com os partidos à esquerda do PS e com o PS.

Os senhores tentaram intimidar o PSD para que não se verificasse aqui uma posição em que ficavam isolados politicamente — era isso o que iria acontecer —, e parece que o conseguiram, uma vez que o Sr. Deputado Durão Barroso, no seu discurso de hoje, recuou de uma forma inexplicável.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Homessa!

O Orador: — Outro objectivo do CDS-PP, ao anunciar uma moção de censura, foi o de fazer pressão sobre o PSD. Mas, como já foi dito, esta moção de censura é mais contra o PSD.

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP): — Já disse três vezes!

O Orador — . . . do que contra o Governo. E vamos ver como é que a sua discussão vai decorrer.

Caíu a máscara porque, pela sua intervenção, Sr. Deputado Paulo Portas, verificou-se, mais uma vez, a forma como procura sistematicamente instrumentalizar os pensionistas, os idosos, sem nenhuma espécie de atenção pelo realismo e pelas possibilidades financeiras do País.

Aplausos do PS

Sr. Deputado, há vendedores de ilusões e vendedores de ilusões! Há aqueles que vendem ilusões porque estão confiantes na possibilidade de essas ilusões se materializarem e há aqueles que o fazem sabendo que essas ilusões não são, de maneira alguma, passíveis de concretização. É esse o caso do CDS-PP, é esse o caso do Sr. Dr. Paulo Portas.

Disse o Dr. Paulo Portas que a Lei de Bases da Segurança Social era caso único na Europa. E eu digo-lhe o seguinte caso único na Europa, Dr. Paulo Portas, é um partido de direita que tem como fundamental programa para a segurança social o aumento descontrolado da despesa pública, sem qualquer possibilidade lógica de fazer essa despesa, e que, ao mesmo tempo, apela a uma diminuição sistemática de receitas públicas. O senhor há-de explicar-me um dia, talvez no dia da apresentação da moção de censura, como é que financiava esses aumentos de pensões, já que anda a propagandear, a vender e a semear ilusões por todo o País!

Aplausos do PS.

O que é caso único na Europa, Dr. Paulo Portas, é um partido de direita que apresenta como aspecto fundamental do seu programa o aumento da despesa pública.

Devo dizer-lhe que não nos intimidam. Espero que também não intimidem mais nenhuma bancada parlamentar para além daquela que já hoje aqui intimidaram.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador. — Espero ainda que nos encontremos numa nova lei de bases da segurança social virada para o futuro e não para a negação do futuro, que seria embarcarmos nessa onda populista e sem qualquer hipótese de controlo financeiro.

Sr. Deputado, nunca, como nos últimos cinco anos, houve uma política de pensões com tanta coerência e sustentabilidade, como foi demonstrado! Nunca, como nos últimos cinco anos, se conseguiu melhorar de forma tão sustentável a situação financeira da segurança social, cumprindo uma lei que não foi cumprida durante muitos e muitos anos! Nunca, como nos últimos cinco anos, se fez um esforço tão grande e tão conseguido no combate à pobreza! Mas os senhores continuam a ver nos pobres e nas dificuldades que por vezes há no controlo das prestações aos pobres o grande problema social, o grande problema financeiro existente em Portugal. Tivessem, o CDS-PP e o Dr. Paulo Portas, a mesma capacidade de reagir em relação à fuga ao fisco por parte dos grandes contribuintes, das grandes fortunas e das grandes empresas como têm em relação aos beneficiários do rendimento mínimo.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Isso é demagogia!

O Orador: — . . . e estariamos, certamente, muito melhor em Portugal!

Aplausos do PS

Já o disse uma vez e repito. Dr. Paulo Portas, estou sinceramente convencido de que a demagogia populista é o pior dos inimigos da República e da democracia. Connosco não passará essa demagogia populista!

Aplausos do PS, de pé

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Paulo Portas pede a palavra para que efectue?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Para defesa da honra e consideração da minha bancada.

O Sr. Presidente. — Sr. Deputado, agradeço que anuncie do que é que se trata.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Eu digo-lhe, Sr. Presidente o Sr. Ministro Ferro Rodrigues afirmou que o CDS-PP teve falta de respeito democrático pelos seus colegas na Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Vozes do PS — Exactamente!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, eu dou-lhe a palavra, mas não me parece que isso ofenda a honra de ninguém!

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP): — Essa agora!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a prova de que a nossa moção de censura incomodou o Governo está no facto de a maioria ter tido de alterar o seu calendário, de retirar tempo ao Dr. Francisco Assis e de mandar o Dr. Ferro Rodrigues à tribuna fazer uma defesa tosca da sua posição.

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador: — Depois, renovo o meu desafio. acham que têm a confiança do País? Apresentem uma moção de confiança na Assembleia e veremos se ela passa! Nós achamos que o País é mal governado, por isso apresentamos uma moção de censura ao seu Governo.

Protestos do PS.

Dr. Ferro Rodrigues, o senhor talvez seja

O Sr Presidente — Srs. Deputados, mais uma vez, peço-lhes que façam silêncio

O Orador: — VV. Ex "agora são maioria ou são coro?

Vozes do PS: — Isso não é uma defesa da honra!

O Orador — Sr. Presidente, o Sr. Ministro Ferro Rodrigues quis fazer um juízo de valor sobre o comportamento do CDS-PP na Comissão. Não nos admira o facto de, para o Sr. Ministro Ferro Rodrigues, qualquer opinião sobre a segurança social que não seja a dele representar sempre o cúmulo dos piores defeitos que existem no mundo, porque ele é tão vaidoso, tão vaidoso, tão vaidoso, que não consegue ver mais ninguém senão a si próprio

Aplausos do CDS-PP

Protestos do PS.

Não consegue mesmo!

O Sr. Presidente — Srs Deputados, o ruído não faz parte da argumentação!

O Orador — O Sr. Ministro condicionou uma má reforma da segurança social, feita à esquerda, com um partido arcaico nestas matérias, por causa de uma obsessão com o CDS-PP.

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador. — Se tivesse terminado com essa obsessão, a reforma era bem melhor.

Vozes do PS — Isso não é uma defesa da honra!

O Orador — Aliás, Sr. Ministro, bastava ter mantido...

Protestos do PS

Calma, Srs Deputados, calma! Ainda são maioria! Eu acho que já não o são no País, mas aqui ainda são!

O Sr Presidente. — Srs. Deputados, agradeço, uma vez mais, que deixem ouvir em condições normais quem está no uso da palavra.

O Orador — Muito obrigado, Sr Presidente

Bastava o Sr. Ministro Ferro Rodrigues ter mantido a sua opinião de 1998, contida no *Diário de Notícias*. Disse ele a este matutino: «Vejo como positivo que as pessoas, sobretudo as mais novas, possam ter uma maior...

O Sr. Presidente: — Sr Deputado Paulo Portas, isso está completamente fora da matéria ofensiva que anunciou.

O Orador. — Ó Sr Presidente, não sabe o que é que eu estou a ler!

O Sr. Presidente. — Sei sim, Sr Deputado. Faça o favor de continuar.

O Orador: — Dizia o Sr. Ministro: «Vejo como positivo que as pessoas, sobretudo as mais novas, possam ter uma maior autodeterminação na sua reforma. Ficam avisadas de que quando chegarem ao montante de 300 contos não fazem descontos, mas também não receberão pensões acima desse valor»

Isto era tudo o que nós pedíamos! Quem mudou de opinião foi o Sr. Ministro Ferro Rodrigues. Consulte o *Diário de Notícias*.

Aplausos do CDS-PP.

Quanto ao resto, em relação ao que disse sobre a Comissão, VV. Ex " como sabem, deixaram todas as questões polémicas para o fim. Fez-se um trabalho, apurando primeiro o que era mais fácil e mais consensual e deixando as questões da convergência e dos tectos contributivos para o fim. Ontem, era já claro que o sinal da reforma era...

Protestos do PS

O Orador: — Ao menos não tenham complexos do que fazem!

Vozes do PS: — Isso não é uma defesa da consideração!

O Orador. — Requito, ontem era já claro que o sinal da reforma era não fazer a convergência das pensões, mas fazer um acordo com o Partido Comunista quanto ao tecto contributivo.

Mais um relatório, mais uma comissão, mais um consenso! Nunca, nem no ano 2020, teremos tecto contributivo! Aliás como está a mostrar o Dr. Carlos Carvalhas, que está a sorrir,..

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Convosco nem sequer haveria pensões!

O Orador: — . . porque o PS lhe entregou a reforma da segurança social.

O Sr Presidente. — Sr Deputado, agradeço que termine

O Orador — Sr Presidente, terminei dizendo que fizemos o que devíamos e que temos a consciência inteiramente tranquila, Sr Ministro.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr Presidente: — Srs Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Ministro para responder, quero dizer-vos que acabo por ficar indiferente ao «campeonato de ruidos», mas todos serão vítimas desse «campeonato». Se julgam que, fazendo ruído, não são vítimas desse ruído em situação inversa, é uma ilusão da vossa parte

Srs. Deputados, peço-vos o favor de não continuarmos a dar este espectáculo, que é, de facto, deprimente. Peço a todos os Srs. Deputados esse favor

Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade.

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, como é evidente, o que o senhor fez não foi a defesa da honra da sua bancada. O que o senhor tentou, em desespero,

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Oh, Sr. Ministro!

O Orador. — . . . foi fazer uma segunda intervenção, porque percebeu que o seu «número» da moção de censura ficou altamente posto em causa nos últimos minutos.

Devo dizer-lhe o seguinte, Dr. Paulo Portas: vindo de quem vem, aconselhar-me a ler jornais ou dizer que sou vaidoso.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Então não é, Sr. Ministro?

O Orador: — . . . é uma coisa extraordinária! Diverti-me muito com a sua intervenção

Aplausos do PS

O Sr Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente da Assembleia da República, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr.º e Srs Deputados. Durante quatro anos, o Governo foi lembrando o autoritarismo «cavaquista» e beneficiou de um estado de graça que se prolongou. No entanto, chegou o dia em que tem de prestar contas por si e não pelos outros, pelo que fez e não pelo que criticou: e esse dia é hoje

O Primeiro-Ministro não pode só continuar a dizer que antes não havia diálogo — e não havia! —, tem de explicar, hoje, porque é que enganou os trabalhadores da função pública nas negociações e porque é que enganou os portugueses no aumento dos combustíveis

Este Governo mantém uma política que arruina o futuro: salários baixos à espera que as empresas engordem, pensões de miséria à espera que as pessoas morram, ensino rotineiro à espera que os jovens aprendam por si próprios. É um País subsídio-dependente, que continua à espera..., e quem espera nunca alcança

O Governo desmantela as empresas públicas nos sectores estratégicos, nas comunicações, na energia, nos transportes. O Ministro Jaime Gama propôs acrescentar a RTP ao saque privatizador e outros vão, aqui e acolá, sugerindo a Caixa Geral de Depósitos. Nunca se privatizou tanto! Nunca se privatizou tão mal! Nunca se soube tão pouco de tantos negócios! Nunca se fizeram negócios tão chorudos! Nunca tão poucos beneficiaram com eles!

E a responsabilidade, Sr Primeiro-Ministro, é sua. Em particular, é sua a responsabilidade da crise política e da crise social.

O Governo vem a este debate dizer que sabe o que quer e que devemos esperar e confiar. Mas os portugueses sabem o que tem sido a política do Governo. Não há projecto. Não há liderança. Não há confiança. No mais pequeno e no maior, sente-se o vazio político.

O metro do Porto transformou-se numa anedota e as quezilhas regionais alastram com um Secretário de Estado que continua emprestado por uma Câmara.

A co-incineração serviu para demonstrar que a única determinação do Governo foi começar os ajustes de contas internos no Partido Socialista.

Nos touros de Barrancos, temos um Ministro que se demitia se houvesse exceção, que defende que as multas devem ser maximamente implacáveis, que caridosa e esclarece, de seguida, que as mesmas multas podem não ser de um escudo mas que podem ser de 50 contos, que, depois, se zanga com o País porque ouviu 50 contos, mas que devem ser 20 000 e que, noveis fora zero, deixa tudo na mesma

É por causa desta crise política que temos a incapacidade de contrapor soluções à degradação da situação económica e financeira de que quero falar nesta intervenção.

Porque cresce o défice externo. O endividamento das famílias à banca e da banca ao estrangeiro aumentou sem parar. É extraordinário, Sr. Primeiro-Ministro, que desvalorize este problema na sua intervenção com a justificação de que Portugal está para a Alemanha ou para a União como as ilhas portuguesas estão para Lisboa ou para Bruxelas. Admitindo, como admito, que o senhor não pretende transformar-se no Alberto João Jardim da Europa, saiba que as dívidas têm sempre de ser pagas

Vende-se património ao desbarato para colmatar problemas de tesouraria e as receitas fiscais apontam actualmente para uma divergência de quase 200 milhões de contos em relação ao orçamentado.

Há uma crise orçamental, porque o Governo tem menos receitas e nem sabe que despesas está a fazer. Estamos a pagar a incapacidade de reformar a gestão da saúde. E há uma crise tributária, porque o sistema de impostos se tem assente em Portugal numa fórmula mágica em que todos os governos confiaram. As empresas pagam o que lhes apetece e os impostos sobre o rendimento contribuem menos do que os impostos indirectos.

Numa palavra, o sistema tributário, em Portugal, nunca quis a verdade e preferiu a dissimulação. O IVA disfarça o imposto sobre os pobres e o IVA e os impostos sobre os combustíveis alimentam os cofres do Estado. O nosso sistema de impostos não quis a justiça fiscal. No ano passado, 98% dos empresários individuais pagaram 47 contos de IRS, ao passo que os trabalhadores pagaram sete vezes mais.

Por isso, o Primeiro-Ministro propor aqui o «aprofundamento» da reforma fiscal é, no mínimo, extraordinário. Não se pode aprofundar a situação actual, porque é reconhecidamente uma situação de fraude. Nunca se viu nada, até agora, e para começar uma reforma fiscal corajosa e completa tem de se começar e não aprofundar o anterior

Permitiu-se a fuga aos impostos, nomeadamente através da Madeira. Foi por isso, Sr. Primeiro-Ministro, que nos, últimos dias, a Comissão Europeia abriu um inquérito à zona franca da Madeira. Foi por isso que o último relatório da OCDE, de há poucos dias, inclui a Madeira entre os centros «potencialmente prejudiciais» à economia mundial e lhe impõe o ultimato de mudar o regime fiscal em 4 anos. Têm razão! A Madeira é, hoje, um entreposto para as Ilhas Caimão, para onde o Banco de Portugal, em dados oficiais, registou, no ano passado, a fuga de 750 382 308 contos. Perderam-se centenas de milhões de contos de impostos.

Na sua intervenção, o Sr Primeiro-Ministro destacou as conclusões do Conselho de Ministros acerca da reforma do IRS e do sigilo bancário

O Bloco de Esquerda assume, naturalmente, uma oposição intervencionista, com o sentido da maior responsabilidade política. Foi por isso que apresentámos propostas no sentido de terminar com a protecção que o sigilo bancário concede à evasão fiscal.

Mantemos e insistimos nessas propostas. O fim do sigilo é necessário, porque quem não deve não teme e porque o direito dos contribuintes é sagrado, mas exclui o direito de ocultar, de mentir, de roubar e de prejudicar os outros. E é isso que se passa no nosso país.

Mas o fim do sigilo bancário só faz sentido no contexto de uma reforma fiscal de conjunto, que o Governo tem vindo a adiar. Hoje tem de ser o ano zero da verdade e da justiça fiscal. E essa reforma, por isso, deve abranger, conjuntamente, o IRS, o IRC, a sisa, um novo imposto sobre o património imobiliário, a revisão do IVA, os benefícios e as infracções fiscais, a tributação das grandes fortunas, ou, então, não é reforma.

A reforma fiscal ou impõe a verdade ou é uma mentira. Ou dá a todos os mesmos direitos e deveres ou é uma fraude. Ou começa tudo ou não consegue começar nada. A reforma fiscal ou se faz agora ou nunca mais se faz.

Trata-se de uma questão fundamental para o País, porque, nesse sentido, é indispensável, através da reforma fiscal, defender e desenvolver o sistema público de segurança social, nomeadamente para corrigir as injustiças. E, por isso, respondo ao desafio do Dr Paulo Portas é, de facto, a esquerda que está contra a direita na reforma da segurança social e nenhum fogo de artifício pode obscurecer esse facto.

Todos percebemos que a moção de censura do Dr Paulo Portas, que não se opôs ao Orçamento do Estado, que não se opôs ao Programa do Governo, só pretende censurar as hesitações do PSD. E, com toda a simpatia, digo ao PP que me faz lembrar aquela fábula do escorpião que pede ao sapo para o levar às cavalitas para atravessar o rio e que, depois, lhe ferra o veneno. O PP repete-nos, com toda a candura, aquilo que já sabemos: «é a minha natureza».

E da natureza deste debate que a esquerda defende os interesses dos reformados e que a direita, que mergulhou a segurança social na crise mais profunda, defende os interesses das companhias seguradoras. O Dr Paulo Portas vem a este debate censurado.

Sr " e Srs Deputados, ao discutirmos o estado da Nação e ao fazermos, nesse contexto, uma apreciação global da actividade do Governo, têm também as oposições a obrigação de apresentarem ao País as suas críticas, as suas propostas, mas também o seu próprio balanço.

Ao concluir esta sessão legislativa, o Bloco de Esquerda tem uma particular responsabilidade, porque nos transformámos numa nova força parlamentar, que mereceu a confiança de mais de 130 000 portugueses, e, a partir daí, o seu mandato para renovar a esquerda e acrescentar força a grandes combates políticos.

Assim fizemos, ao contribuir para que a violência sobre a mulher, uma vergonha sem nome, passasse a ser considerado e julgado como crime público. Assim fizemos, propondo que as farmácias hospitalares passassem a servir os doentes tratados nas urgências e que a prescrição médica deixasse de servir o interesse comercial da indústria farmacêutica. Assim fizemos, propondo, como o Parlamento

aprovou, o início do processo de regulamentação das medicinas não convencionais a que tantos portugueses recorrem. Assim fizemos, com o direito de iniciativa popular, com a defesa da liberdade de imprensa em Angola. Assim fizemos, e nisso fomos derrotados pelo PS e pela direita, propondo que os contratos a prazo fossem limitados e que os direitos dos trabalhadores fossem garantidos.

Defendemos, e nisso fomos derrotados pelas direitas, incluindo a direita do PS, o princípio constitucional da liberdade religiosa e do fim dos privilégios de uma igreja de Estado, mas abriu-se o debate e será revista a Concordata.

Propusemos e propomos novas políticas de combate à toxicodependência, como a despenalização e o tratamento dos doentes que precisem, separando as drogas leves das drogas duras, reduzindo os consumos, abrindo a prevenção.

Assim fizemos, e este é o balanço do nosso compromisso perante o País. Fomos eleitos para enfrentar a direita e para vencer a modorra na esquerda. Não baixamos os braços em nenhuma destas lutas. E não nos calamos em nenhuma destas razões.

A reforma fiscal, a defesa dos direitos dos trabalhadores, a defesa dos direitos das mulheres a decidirem sobre o aborto, a defesa dos direitos das uniões de facto sem discriminações, são os objectivos do Bloco de Esquerda para esta Legislatura e por eles nos bateremos.

Aqui estamos, então, para prestar contas. E aqui estamos para continuar o que só começámos.

Aplausos do BE

O Sr Presidente — Srs. Deputados, informo que já deu entrada na Mesa a moção de censura n.º 1/VIII, ao XIV Governo Constitucional, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Já dei ordens no sentido da sua distribuição, quer pelos grupos parlamentares, quer pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Convoco, para as 18 horas, uma conferência de líderes para nos pronunciarmos sobre o agendamento desta moção de censura.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Sr Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo. Sr Primeiro-Ministro. Afirmou da necessidade de trazer questões concretas para promover um debate concreto sobre os problemas e a vida dos portugueses. Mas quando o Sr. Primeiro-Ministro foi confrontado com essas questões concretas, que promovem o verdadeiro debate, fugiu à sua resposta. E a leitura política legítima que fazemos é a de que o Sr Primeiro-Ministro sabe que o Governo tem andado a marcar passo em relação a muitas questões e que age mal em relação a muitas outras que afectam a vida diária e concreta dos cidadãos.

Por exemplo, Sr Primeiro-Ministro, em relação à segurança alimentar, as pessoas não têm garantias daquilo que comem hoje e dos efeitos que o que comem pode ter na sua saúde. Ainda há pouco tempo, se concluiu que as carnes vendidas ao público nos hipermercados não apresentam qualidade, muito pelo contrário, são fonte de potenciais agressões à saúde. Começa-se também a concluir, com certezas, que o cancro no cólon, que tem tido um aumento significativo, pode estar directamente relacionado com a alimentação das pessoas.

Face a tudo isto e a muitas mais coisas, como a doença das vacas loucas, as salmonelas, as dioxinas nos alimentos, os resíduos dos pesticidas, os alimentos geneticamente modificados, qual é a atitude do Governo? Marcar passo

No debate sobre o estado da Nação, de 23 de Junho de 1999, o Sr. Primeiro-Ministro, fazendo referência à insegurança alimentar, afirmava: «Assim, entendo dever ser criada uma agência para a qualidade e segurança alimentar, sob a tutela da defesa do consumidor»

Foi preciso, Sr Primeiro-Ministro, um ano para que fosse anunciada a criação da agência da segurança alimentar E, mesmo assim, ainda se prevê que o período para a instalação da agência demore mais dois anos Significa que o Governo vai continuar a marcar passo, que nestes anos as pessoas vão continuar a não ter certezas sobre o que põem à sua mesa e o que dão de comer aos seus filhos

Gostaria de levantar muitas outras questões concretas, Sr Presidente e Srs Deputados, mas o tempo não me permite desenvolvê-las Por exemplo, a inexisteça de um levantamento sério dos resíduos industriais e a definição de soluções para a redução e reciclagem. Por exemplo, a não requalificação das localidades onde estão instaladas unidades cimenteiras, uma vez que isto nada tem que ver com o processo da co-incineração. Por exemplo, a programa de encerramento de incineradores de resíduos hospitalares, está a ser cumprido?

A apostila nos transportes públicos e alternativos, é nula As cidades cada vez mais engarrafadas e poluidas. Educação sexual nas escolas, não há Direito de igualdade no acesso e êxito escolar, não existe O Sr. Primeiro-Ministro esquece o estado do parque escolar, esquece o trabalho infantil e esquece os trabalhadores estudantes a quem são negados cursos e aulas em regime nocturno.

Sr. Presidente e Srs Deputados O estado da Nação, neste momento, vai ao ritmo de um passo à frente e dois passos atrás

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr Presidente. — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr Deputado Francisco de Assis

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aproximamo-nos do fim do debate, não quero, porém, deixar de fazer duas ou três considerações em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Creio que este debate revelou bem o estado do Governo e o estado das oposições. E, sendo que um e outro contribuem para o desenvolvimento do País, ainda que de forma naturalmente diferenciada e com grau de responsabilidades distintas, convém, também, fazer uma apreciação acerca desse mesmo estado ou daquilo que do mesmo foi possível evidenciar ao longo deste debate.

Em primeiro lugar, o Governo. Como já tive oportunidade de referir, na pergunta que formulei ao Sr. Primeiro-Ministro, o Governo deu aqui a prova cabal de que está absolutamente empenhado em prosseguir a acção que, com sucesso, tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos cinco anos, respondendo caso a caso aos problemas concretos que se colocam, de forma contundente, aos portugueses.

Não temos um Governo acomodado, não temos um Governo perdido na autocontemplação estéril dos seus sucessos passados Temos um Governo preocupado em olhar para o futuro, em responder caso a caso aos

problemas que se vão deparando no dia-a-dia. Um Governo que não ignora os constrangimentos que envolvem a sua actuação Um Governo que não ignora, muitas vezes, as consequências negativas que, para o dia-a-dia dos portugueses, resultam, directa ou indirectamente, dos constrangimentos económicos que envolvem, naturalmente, a governação, mas que procura, com humildade, encontrar sempre as soluções mais adequadas, indo de encontro aos problemas reais e concretos que se colocam a cada um dos portugueses Tivemos, por isso, a evidência de um Governo determinado e empenhado.

Alguns gostariam de ter visto hoje, aqui, um Governo exangue, cansado, um Governo sem soluções e sem projectos. Causou-lhes surpresa verificar que o Sr. Primeiro-Ministro não veio aqui fazer um discurso assente numa retórica abstracta, assente em considerações absolutamente platónicas, mas trouxe propostas, trouxe soluções, trouxe medidas, naturalmente discutíveis, mas medidas que agora vão ser aplicadas. Fê-lo relativamente a áreas que consideramos fundamentais e que, de resto, a oposição também considerava fundamentais Aliás, a oposição considera sempre fundamentais as reformas até ao dia em que o Governo apresenta uma qualquer reforma porque, aí, muda radicalmente o discurso A oposição acha sempre que está tudo adiado até ao instante em que o Governo apresenta qualquer solução e, então, muda radicalmente de discurso

O Sr. Manuel dos Santos (PS). — Muito bem!

O Orador — De facto, uma oposição que não é capaz de se voltar para o País, uma oposição que não tem um projecto claro, que não tem uma orientação programática como elemento subjacente à sua intervenção e ao seu discurso político, é uma oposição sem orientação e, por isso mesmo, é uma oposição que está disponível para dizer uma coisa num dia e, no dia seguinte, o seu contrário, porque nunca tem como referência nem os seus projectos, nem o interesse de Portugal, nem a acção real do Governo, apenas tem como referência aquilo que é a sua desorientação absoluta e estrutural

Assim, em nome da bancada do PS, queremos exprimir a nossa adesão incondicional à forma como o Governo tem vindo a agir, prosseguindo uma acção que tem contribuído para modernizar e desenvolver o nosso país nas mais diversas vertentes e em obediência a um programa político de que nos orgulhamos, um programa político claramente ancorado nos valores do socialismo democrático e aplicado às necessidades concretas que se vão colocando, na actualidade, aos portugueses.

Este debate também nos permitiu verificar o estado da oposição e, em particular, da oposição situada à nossa direita Devemos dizer que, nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não é com agrado que constatamos que, hoje, infelizmente, em Portugal, a oposição situada à nossa direita é politicamente conduzida por um demagogo populista radical de direita...

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Não apoiado!

O Orador: — . . como é, claramente, o Dr. Paulo Portas

Aplausos do PS.

Protestos do CDS-PP.

O anúncio de apresentação de uma moção de censura que aqui foi feito só o foi, em primeiro lugar, porque o Dr. Paulo Portas sabe que, com a antemátrica parlamentar vigente, não há condições para a mesma ser aprovada.

Protestos do CDS-PP.

... e, em segundo lugar, porque apresentou-a com o intuito de condicionar o PSD, com o intuito de demonstrar ao País que o PSD, mau grado ser o maior partido da direita, é o que vai a reboque do PP e não a situação inversa e contrária, o que, de resto, seria mais natural.

Protestos do CDS-PP

Estejam tranquilos, Srs. Deputados do Partido Popular, porque se era esse o objectivo do Dr. Paulo Portas, foi plenamente alcançado. Da noite para o dia, o PSD mudou de posição, decaiu das posições que ontem tinha e passou a querer aproximar-se das posições que, hoje, o PP lhe impôs ter perante o País.

Srs. Deputados, nessa disputa pela liderança da direita, é evidente que, neste contexto, a vitória é clara, mas não parece que o interesse do País fique salvaguardado com isso. Não fica, porque não nos parece que se possa construir e consolidar uma alternativa política séria e sólida, ancorada no centro-direita português, tendo como referência, ao nível da liderança, alguém que apresenta propostas tão radicais, tão insensatas, tão demagógicas como aquelas que o Dr. Paulo Portas apresentou hoje, aqui.

Aplausos do PS

Mas isso é, sobretudo, resultado do estado em que se encontra o PSD: é o vazio programático, é a ausência de orientação, é a ausência absoluta de uma visão para Portugal, bem evidenciada no discurso do Dr. Durão Barroso. É que, hoje, o Dr. Durão Barroso voltou a limitar-se a fazer o discurso da catástrofe ao fazer a avaliação da realidade, um discurso retórico, abstracto e completamente desprovido de qualquer concretização prática quando pretende voltar-se para o futuro.

Ora, quando o partido que tem responsabilidade institucional de liderar um processo conducente à emergência de uma solução alternativa de centro-direita, em Portugal, não é capaz de assumir essa função,...

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Vai ver!

O Orador: ... é natural que esse espaço seja ocupado por outro partido, mesmo que à custa da demagogia mais infrene como aquela que, hoje, foi evidenciada no debate nesta Câmara.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP). — Pode ofender-nos, mas está com medo!

O Orador: — Por isso, Srs. Deputados, termino, com a tranquilidade que caracterizou a nossa actuação.

Felizmente para Portugal, não há riscos de instabilidade política. De resto, os portugueses não compreenderiam que alguém concorresse, de forma leviana, para lançar o País num quadro de crise política. Não há nenhum motivo seriamente invocável para justificar que o Governo apresente uma moção de confiança a esta Câmara. Só um governo que não

tivesse um verdadeiro sentido das responsabilidades de Estado em que actualmente está investido é que apresentaria, nestas circunstâncias, uma moção de confiança a esta Câmara, criando até constrangimentos.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Ora ai está!

O Orador: — .. indevidos aos partidos da oposição e em nada concorrendo para a preservação de um ambiente de estabilidade política que é fundamental para que possam ser enfrentados com sucesso os desafios que se colocam no nosso horizonte próximo.

Estamos, por isso, tranquilos, estamos, por isso, em condições de apoiar, com confiança, esta acção governativa.

Sr. Primeiro-Ministro, a verdadeira expectativa dos portugueses, hoje, não está concentrada nos «jogos florais» da oposição por mais interessantes que, do ponto de vista retórico, sejam algumas das intervenções que são proferidas vindas dessa área. O País está voltado para si, para o Governo e para o PS, e estou certo que o País está satisfeito com a linha de orientação que tem prosseguido. O País tem compreendido algumas das dificuldades com que todos temos sido confrontados, mas percebe uma coisa essencial: tem um Governo empenhado em prosseguir, de forma determinada, uma acção que já conduziu Portugal para novos patamares de modernidade e de desenvolvimento.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso.

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados. Nesta fase final do debate foram feitas algumas afirmações que não correspondem à verdade, nomeadamente no que diz respeito à posição do meu partido em sede de discussão na especialidade sobre a revisão da Lei de Bases da Segurança Social.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Exactamente!

O Orador. — Quanto à revisão da Lei de Bases da Segurança Social, nós tomámos a posição de definir um conjunto de condições e de exigências e temos vindo a procurar chegar a acordo nessa matéria, nomeadamente com o partido que apoia o Governo.

Entre as condições que colocámos havia uma primeira, à qual o Governo parecia responder afirmativamente, que tinha que ver com um compromisso nosso, tomado durante a última campanha eleitoral, que consistia em estabelecer a pensão mínima, em Portugal, no valor de 40 contos. Recordo que, na altura, o meu partido e eu próprio fomos atacados pelo governo, pelo primeiro-ministro, pelo Partido Socialista, considerando essa proposta irrealista. Parece que, entretanto, houve uma evolução por parte do Partido Socialista que já considera tal proposta realista e exequível.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — É o costume!

O Orador — Mas também pusemos outra condição, uma condição geral de filosofia do sistema. A este propósito é que se coloca um problema de fundo que divide — e não diria que divide esta Câmara —, sobretudo, o Partido Socialista.

O Partido Socialista não tem uma posição clara quanto ao que quer em matéria de segurança social

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-). — Muito bem!

O Orador — O Partido Socialista tentou o impossível, tentou levar o Partido Social Democrata e o Partido Comunista Português a chegarem a consenso, quando era evidente que, nesta matéria, não pode haver concordância entre os dois partidos porque temos duas visões completamente distintas em matéria de segurança social

Aplausos do PSD

Por isso, na minha intervenção inicial e antes, ainda, de conhecer quaisquer desenvolvimentos posteriores que este debate pudesse vir a ter, chamei a atenção para a evolução negativa do Governo e da sua proposta em matéria de segurança social

Com efeito, na proposta apresentada pelo Governo, já na madrugada de hoje, o artigo 61º é do seguinte teor «A lei poderá prever, » — é «poderá» e não «fixará»! — «salvaguardando os direitos adquiridos e a informação, o reforço da sustentabilidade financeira do sistema público de segurança social, bem como o princípio da solidariedade, a aplicação de limites aos valores considerados como base da existência contributiva ou fixar anualmente a parcela das quotizações e das contribuições que poderão. » — «poderão»! — «por opção do trabalhador, ser transferidas para um regime de capitalização pública » — «um regime de capitalização pública»! — «das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência»

Sr Primeiro-Ministro. Sr Ministro Ferro Rodrigues. Srs Deputados do Partido Socialista Se alguma vez vos passou pelo espírito, por um instante sequer, que o PSD pudesse aprovar esta proposta, então, não conhecem, de facto, o Partido Social Democrata, nada percebem sobre qual é a nossa posição!

Aplausos do PSD

Esta proposta de lei de bases da segurança social que se prepara, com o acordo do PS e do PCP, é pior do que a actual Lei de Bases da Segurança Social

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — Nós não concordamos com esta proposta de lei. Desde o início desta legislatura, temos vindo a denunciar constantemente o que consideramos o pendor estatizante do Governo e do Partido Socialista. Por isso, apresentámos uma moção de rejeição ao Programa do Governo, por isso, votámos contra o Orçamento do Estado apresentado por este Governo. Assim, com certeza que os Srs Deputados não têm dúvida quanto à nossa posição, quando se tratar de manifestá-la relativamente a este documento

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos passar à fase de encerramento do debate

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros, por 15 minutos, findo o que encerraremos os nossos trabalhos

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Vai anunciar a privatização da RTP?

O Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama) — Sr Presidente, Srs Deputados Este debate do estado da Nação foi extremamente interessante e também estimulante

É sempre suposto este debate permitir realizar um diagnóstico sobre o estado da Nação, por um lado, feito pelo Governo e, por outro, feito pelas oposições, e, também, permitir à opinião pública em geral efectuar um diagnóstico sobre o Governo e as oposições.

Neste debate também estavam em causa as linhas de saída, os programas, as propostas, as opções e ideias concretas para enfrentar as dificuldades diagnosticadas na análise do estado da Nação

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — É o que fizemos!

O Orador — Pois bem, o que é que aconteceu? Aconteceu que a oposição trouxe aqui um diagnóstico de verdadeira catástrofe, um diagnóstico que, de todo em todo, não é consistente, objectivo ou credível

É que, quando o País vai crescer, neste ano de 2000, acima da média europeia.

O Sr Durão Barroso (PSD) — Abaixo da Espanha, da França e de outros!

O Orador — de acordo com a previsão de todos os organismos internacionais credíveis e reputados — a previsão do Governo é mais modesta, o que, aliás, só lhe fica bem! —, quando, no primeiro trimestre deste ano, aumentam as exportações, comparadas com as de 1999, aumenta o investimento estrangeiro, aumenta o crédito bancário concedido ao investimento e aumenta a adjudicação de obras públicas, pois bem, o cenário catastrófico não é, de todo em todo, um cenário consistente ou credível. Aliás, não pode ser consistente e credível um cenário que ignora a criação de 250 000 novos postos de trabalho em quatro anos e meio, a venda de 700 000 habitações, com recurso ao sistema bancário, também em quatro anos e meio, bem como a existência de uma taxa de inflação que é, seguramente, a mais baixa desde o final da década de 60.

O cenário da catástrofe não é, portanto, credível, e uma oposição que se vislumbra vocacionada para ser alternativa de Governo também tem de ser credível no diagnóstico que faz da realidade do seu próprio País e não pactuar com as suas próprias ilusões. Aliás, não vai longe uma oposição onde começam a brotar ideias criativas como o fim do rendimento mínimo garantido, .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Oh!

O Orador — ou a saída do euro! Ai, a oposição tem de passar a exprimir-se melhor, com mais rigor, com mais objectividade e, também, em alguns casos, com mais seriedade.

Que terapias, que soluções trouxe a oposição a este debate? Não trouxe grande coisa

Vozes do CDS-PP — Oh!

O Orador. — Neste debate, verdadeiramente, o PSD esteve omisso três vezes. Esteve omisso, porque não trouxe

ao debate nenhuma proposta nem nenhuma ideia sobre o País; trouxe apenas generalidades no quadro de um cenário de catástrofe.

Protestos do PSD

Esteve omisso quando não foi capaz de dar nenhuma resposta política consistente ao pacote do Governo sobre a reforma fiscal e esteve ainda mais omisso quando não só não soube responder à iniciativa política do PP como ainda, para mais, se lhe «colou» da forma menos substantiva que se pode imaginar.

Três oportunidades para apresentar ideias próprias, três faltas de comparência absolutas em matéria de programas próprios.

Aplausos do PS

O Governo, naturalmente, sabe que há dificuldades, conhece as dificuldades, mas, contrariamente à oposição radical, não quer responder às dificuldades com crises, com instabilidade, com o vazio, ou com o capricho político de quem ou não mede as consequências das suas propostas ou, então, está antecipadamente seguro sobre o pouco efeito das suas iniciativas.

O Governo tem o dever de responder.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Com uma moção de confiança!

O Orador — . com a apresentação de propostas para a resolução das dificuldades Foi o que o Governo aqui fez hoje, indicando claramente linhas de actuação em relação à habitação e à saúde, também em relação à segurança interna e à justiça e, fundamentalmente, em relação ao pacote fiscal, que é uma reforma — VV Ex “dirão — «eternamente adiada» Pois bem, agora vamos-nos confrontar com a resposta da oposição a este desafio de uma das mais importantes e fundamentais reformas a introduzir em Portugal.

Aqueles que sempre preconizaram a reforma estrutural, o reformismo, e que têm essas palavras constantemente na boca, hoje, pareceram um pouco atemorizados com este pacote reformista.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Olhe que não!

O Orador: — Mas nós incitamo-los a que respondam e a que venham a este debate também com algumas ideias porque, na verdade, em relação a este problema, vamos determinar se na oposição há quem queira pactuar com a manutenção do sistema vigente, ou quem queira, decididamente, fazer com que mais passem a pagar — para que todos possam pagar menos, em especial aqueles que vivem do rendimento do seu trabalho —, para que a evasão e a fraude fiscais sejam absolutamente combatidas e para que, no nosso país, com equilíbrio, com moderação, com garantias, se passem a aplicar aqueles regimes de actuação na administração fiscal e, também, os padrões de utilização do sigilo bancário compatíveis com aqueles que hoje se praticam na maioria dos países da OCDE e na própria União Europeia

De resto, o debate e a solução encontrada no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira para a problemática do pacote fiscal vai no sentido de fazer empenhar não só toda

a União Europeia nesses objectivos, mas países como os Estados Unidos, o Canadá, a Suíça e outros, também eles empenhados em trazer racionalidade e seriedade a toda essa problemática

Ficou aqui claro como estamos disponíveis para, desde já, e em conjugação com o orçamento do Estado para 2001, debater as alterações ao Código do IRS, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Código do IRC, o regime das infracções e das garantias aos contribuintes e apresentar, até ao final de 2000, as linhas gerais para toda a reforma da tributação do património e da tributação energética para que, nesta terceira faixa, ela já possa ser aplicada no exercício 2002/2003

Pois bem, no momento em que o Governo, respondendo também ao desafio da oposição, analisa o estado da Nação e deduz a necessidade de apresentar programas e reformas muito claros em áreas-chave, a oposição parece responder com a ideia da geração artificial de crises Naturalmente, sabemos que a proposta do PP não é tanto dirigida ao Governo,..

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Venha a moção de confiança!

O Orador — . é mais dirigida a um problema de assegurar a liderança num espaço político que ainda se não estruturou!

Mas, Sr. Deputado Paulo Portas, devo dizer que quando V Ex^a passa da apresentação de uma moção de censura para o desafio, ao Governo, de apresentação de uma moção de confiança, demonstra que não está interessado em nada, .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Estou interessado na mudança!

O Orador — ... nem na segurança social, nem nos pobres, nem nos regimes de segurança social para protecção dos desfavorecidos Ai, V Ex^a está a apostar, claramente, numa abertura de crise política, num cenário claro de instabilidade!

Aplausos do PS

Isto é, V. Ex^a não tem nenhuma lógica de contribuição parlamentar para aperfeiçoar o sistema da segurança social, como também não tem nenhuma lógica de cooperação parlamentar para ajudar a realizar uma reforma fiscal

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Como é que sabe?!

O Orador — V. Ex.^a tem apenas um objectivo político por um lado, incomodar o PSD com a sua — do PSD — liderança fraca, e, por outro, sinalizar claramente o seu objectivo, sobretudo a partir de agora — não resistindo à tentação de sobrevalorizar alguns benefícios de quota pessoal nas subidas de popularidade —, lançando-se, de imediato, com alguma imprevisibilidade, no desejo de abertura de uma crise política, porque é isso que verdadeiramente está por detrás não da primeira mas da segunda proposta de V Ex.^a.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Devo dizer-lhe, em relação a este ponto, que o Governo não vai actuar pelos índices de expectativa que V. Ex.^a deseja

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Quer dizer que o Governo não vai apresentar a moção de confiança?

O Orador: — O Governo tem um elevado sentido de responsabilidade em relação ao País,..

Vozes do CDS-PP — Tem medo!

O Orador: — ... tem o dever assegurar a estabilidade política do País, e fá-lo-á, e tem o dever de contornar todas as hipóteses que V. Ex.^a trabalha no campo da crise política, para manter a estabilidade do funcionamento do Governo, das instituições e, também, para assim contribuir para enfrentar algumas dificuldades existentes no estado da Nação

Seguramente que a solução de V. Ex.^a não é a de contornar as dificuldades, de as evitar ou de propor qualquer «terapia» alternativa, mas a de agravar, ainda mais, as dificuldades, com a criação muito viva de crises políticas

O Governo será factor de estabilidade, pelo que assegurará a reforma da segurança social e o avanço da reforma fiscal. Esse é um imperativo que os portugueses nos pedem, pelo qual nos julgarão, e não daremos azo a que aquilo que V. Ex.^a hoje aqui inaugurou faça escola política. Uns podem, por receio, ir atrás de V. Ex.^a, contribuindo para que tenha mais força para realizar esse tipo de política e outros menos força dão para realizar qualquer tipo de política

O Sr Presidente — Terminou o seu tempo, Sr Ministro

O Orador — Queria reiterar, Sr Presidente, Srs. Deputados, e, em especial, Sr. Deputado Paulo Portas, que manteremos, no campo do Governo, toda a serenidade, toda a seriedade, toda a responsabilidade e toda a firmeza para cumprir o nosso programa no quadro da legislatura.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente — Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs. Deputados, chegámos ao fim do debate sobre o estado da Nação.

Reitero o anúncio da convocatória da conferência de líderes, para as 18 horas, na Sala D. Maria.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão

Eram 14 horas e 45 minutos

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados.

Partido Socialista (PS):

José Carlos Correia Mota de Andrade
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Luís Pedro de Carvalho Martins

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
Domingos Duarte Lima
Henrique José Monteiro Chaves
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Pedro Manuel Cruz Roseta
Sérgio André da Costa Vieira

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 480\$00 (IVA INCLUIDO 5%)